



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE  
MESQUITA FILHO” – UNESP  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BERTA LUCIA DO NASCIMENTO CAMARGO

**GEOGRAFIA, TURISMO E RELIGIÃO.  
GESTÃO PÚBLICA DO ESPAÇO NO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE  
SANTO EXPEDITO SP.**

**Presidente Prudente (SP)  
2021**

**BERTA LUCIA DO NASCIMENTO CAMARGO**

**Geografia, turismo e religião:  
Gestão pública do espaço no Município de Interesse Turístico de Santo Expedito  
SP.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico) da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz.

**Presidente Prudente - SP  
2021**

C172g Camargo, Berta Lucia do Nascimento  
Geografia, turismo e religião : Gestão pública do espaço no Município de Interesse Turístico de Santo Expedito SP. / Berta Lucia do Nascimento Camargo.  
-- Presidente Prudente, 2021  
154 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente  
Orientadora: Rosângela Custodio Cortez Thomaz

1. Produção do Espaço. 2. Turismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.  
Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.  
Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## **BERTA LUCIA DO NASCIMENTO CAMARGO**

### **Geografia, turismo e religião: Gestão pública do espaço no Município de Interesse Turístico de Santo Expedito SP.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico) da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

#### **Comissão Examinadora**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz  
UNESP – Universidade Estadual Paulista - Campus de Rosana  
Orientadora

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)  
Departamento de Geografia / Unesp /FCT - Campus de Presidente Prudente

Prof.<sup>a</sup> Dra. CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS (Participação Virtual)  
Instituto de Ciências Humanas e da Informação / FURG – Campus de Santa Vitória do Palmar

Presidente Prudente  
03 de junho de 2021

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**Título: GEOGRAFIA, TURISMO E RELIGÃO: GESTÃO PÚBLICA DO ESPAÇO NO MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO DE SANTO EXPEDITO SP.**

AUTORA: BERTA LUCIA DO NASCIMENTO CAMARGO

ORIENTADORA: ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ (Participação Virtual)  
Curso de Turismo / UNESP / Câmpus de Rosana

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)  
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS (Participação Virtual)  
Instituto de Ciências Humanas e da Informação / FURG – Campus de Santa Vitória do Palmar

Presidente Prudente, 03 de junho de 2021.



**Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz**

## RESUMO

A velocidade com que a atividade turística pode interferir no espaço em que se desenvolve tem gerado demandas de estudos que permeiam um planejamento específico, pautado nas necessidades de moradores e visitantes em localidades classificadas como turísticas. A Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo possui uma política pública de turismo que reconhece e classifica municípios em que o turismo já ocorre, esse reconhecimento dá direito ao município receber o título de Município de Interesse Turístico (MIT) ou Estância Turística Lei Complementar 1261/2015, além de um incentivo financeiro para o desenvolvimento da infraestrutura local. Esta dissertação tem como objetivo realizar análise das políticas públicas e gestão pública do turismo no Município de Interesse Turístico de Santo Expedito (SP). A metodologia adotada para esta pesquisa é a quali-quantitativa, de caráter exploratório. Para subsidiar a pesquisa e permitir reflexões acerca do objetivo central, realizou-se uma discussão teórica que abarcou diversas áreas que perpassam pela geografia e pelo turismo, subsidiando conceitualmente. Foram realizadas visitas *in loco* que viabilizaram o registro fotográfico da infraestrutura básica e turística, a aplicação de questionários on-line junto aos moradores e entrevistas com os representantes da gestão pública e da igreja do município e por meio de documentos o registro das obras de infraestrutura turística executadas no local. Bem como, a coleta de dados sobre o MIT e verbas direcionadas a este em plataformas on-line do Ministério do Turismo, Secretaria Estadual e municipal de Turismo. Os resultados obtidos integraram informações sobre as transformações referentes a infraestrutura local de Santo Expedito após seu reconhecimento como MIT, a atuação do poder público municipal e a ação conjunta com a paróquia do município diante as atividades religiosas que proporcionam o fluxo de milhares de pessoas todos os anos. Outro importante resultado observado se refere ao ponto de vista dos moradores do município em relação as possíveis transformações decorrentes do turismo religioso e sua classificação como MIT.

**Palavras-chave:** Turismo Religioso; Desenvolvimento Local; Políticas Públicas de Turismo; MIT.

## **ABSTRACT**

The speed with which the tourist activity can interfere in the space in which it develops has generated demands of studies that permeate a specific planning based on the needs of residents and visitors in locations classified as tourist. The State Department of Tourism of São Paulo has a public tourism policy that recognizes and classifies municipalities in which tourism already takes place, this recognition gives the municipality the title of Municipality of Tourist Interest (MIT) or Tourist Resort, financial incentive for the development of local infrastructure. This dissertation aims to analyze public policies and public tourism management in the Municipality of Tourist Interest of Santo Expedito (SP). The methodology adopted for this research is quali-quantitative, exploratory. To support the research and allow reflections about the central objective, a theoretical discussion was held that housed several areas that permeate geography and tourism, conceptually subsidizing. On-site visits were carried out which enabled the photographic registration of basic and tourist infrastructure, the application of online questionnaires to residents and interviews with representatives of the municipality's public administration and church and, through documents, the registration of infrastructure works tour performed on site. As well as the collection of data on the MIT, and funds directed to this on online platforms of the Ministry of Tourism, State and Municipal Secretariat of Tourism. The results obtained integrated information on the transformations related to the local infrastructure of Santo Expedito after its recognition as MIT, the action of the municipal government and the joint action with the parish of the municipality before the religious activities that provide the flow of thousands of people every year. Another important result observed refers to the point of view of the residents of the municipality in relation to the possible transformations resulting from religious tourism and its classification as MIT.

**Keywords:** Religious Tourism; Local Development; Public Tourism Policies; MIT.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de Localização de Santo Expedito (SP).....	17
Figura 2 -	Distância entre a Igreja Matriz de Santo Expedito e o novo Santuário.....	26
Figura 3 -	Fluxo de turistas e peregrinos no dia 19 de Abril (Festa do Padroeiro).....	28
Figura 4 -	Reunião entre voluntários no salão Paroquial de Santo Expedito.....	28
Figura 5 -	Mapa das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo.....	46
Figura 6 -	Mapa Estâncias Turísticas e MIT's.....	47
Figura 7 -	Cenário de Impacto Econômico do Covid-19 nas Atividades Características do Turismo.....	49
Figura 8 -	Mapa do Turismo Brasileiro - Evolução de Regiões.....	66
Figura 9 -	Mapa do Turismo Brasileiro - Evolução de Municípios.....	70
Figura 10 -	Organograma COMTUR Santo Expedito.....	76
Figura 11 -	Obra inicial de revitalização da Praça Central de Santo Expedito....	80
Figura 12 -	Praça Central antes e depois das obras de revitalização.....	81
Figura 13 -	Obra de revitalização da Praça Central de Santo Expedito (2019)....	81
Figura 14 -	Identificação de obra de recapeamento área central/ Recursos municipais.....	82
Figura 15-	Festa do Milho em Santo Expedito.....	85
Figura 16-	Moto Romaria em Santo Expedito.....	86
Figura 17-	Encontros de Veículos Antigos em Santo Expedito.....	87
Figura 18-	Pedal da Fé.....	88
Figura 19-	Cavalgada em Santo Expedito.....	89
Figura 20-	Festa de Santo Expedito no Instituto Brasileiro do Café (IBC).....	90
Figura 21-	Comemoração Dia Municipal do Evangélico em Santo Expedito.....	100



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 -	Faixa etária dos participantes.....	96
Gráfico 2 -	Gênero dos participantes.....	97
Gráfico 3 -	Município em que residem os participantes.....	98
Gráfico 4 -	Tempo em que os participantes residem em Santo Expedito.....	99
Gráfico 5 -	Religião dos participantes.....	101
Gráfico 6 -	Reconhecimento do Município de Santo Expedito como destino de Turismo Religioso.....	102
Gráfico 7 -	Reconhecimento do Município de Santo Expedito como MIT.....	103
Gráfico 8 -	Importância do reconhecimento do Município de Santo Expedito como MIT pelo Governo do Estado de São Paulo.....	104
Gráfico 9 -	Ponto de vista sobre a importância e benefícios do turismo para o município.....	105
Gráfico 10 -	Benefícios gerados pelo Turismo Religioso em Santo Expedito.....	106

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 -	Possíveis impactos decorrentes do desenvolvimento turístico em uma localidade.....	20
Quadro 2 -	Espaços religiosos no município de Santo Expedito.....	25
Quadro 3 -	Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR).....	44
Quadro 4 -	Maiores Índices de Competitividade no turismo nacional – 2015...	57
Quadro 5 -	Histórico das principais Leis e Decretos para o Turismo no Estado de São Paulo.....	67
Quadro 6 -	Repasses de valores às Estâncias Turísticas de São Paulo.....	72
Quadro 7 -	Repasses de valores às Estâncias e Municípios de Interesse Turístico de São Paulo após a Lei 1.261/2015.....	72
Quadro 8 -	Santuário de Santo Expedito em construção etapas concluídas até 2021.....	94
Quadro 9 -	Observações sobre as obras de revitalização da praça central.....	108

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABBTUR - Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil

BA – Bahia

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOH - Boletim de Ocupação Hoteleira

C&VB- Convention & Visitors Bureau

CADASTUR – Cadastro Nacional de Turismo

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CE – Ceará

CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

CG COPATUR - Comitê Gestor

CIPES - Comitê Interno do Projeto Esplanada Sustentável

CIT - Centro de Informações Turísticas

COC - Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias

COE - Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública do Governo Federal

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

CONTRUESP - Conselho Estadual de Turismo

COVID-19 – Coronavírus

CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações

CTClass - Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem

DADETUR - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos

d.C – Depois de Cristo

DER – Departamento de Estradas e Rodagem

Eco - 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

ES – Espírito Santo

ETEC – Escola Técnica

FATEC - Faculdades de Tecnologia

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FGV – Faculdade Getúlio Vargas  
FIFA - Federação Internacional de Futebol  
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
FNRH - Ficha Nacional de Registro de Hóspedes  
FUB - Fundação Universidade de Brasília  
FUMTUR - Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos  
FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo  
FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo  
GO – Goiás  
GTE COPATUR - Grupo Técnico Executivo  
GTT - Grupo Técnico de Trabalho para a Promoção do Turismo Cinematográfico  
IBC - Instituto Brasileiro do Café  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICCA – International Congress & Convention Association/ Associação de Convenções e Congressos Internacionais  
ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano  
MEI - microempreendedor individual  
MG – Minas Gerais  
MH - Meios de Hospedagem  
MIT- Município de Interesse Turístico  
MP - Medida Provisória  
MTUR - Ministério do Turismo  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
OMT - Organização Mundial de Turismo  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PA – Pará  
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento  
PASTUR – Pastoral do Turismo  
PE – Pernambuco

PEA- Plataforma de Engajamento e Aprendizagem  
PIB - Produto Interno Bruto  
PIS/PASEP - Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PL – Projeto de Lei  
PLANTUR - Plano Nacional de Turismo  
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
POSIC - Política de Segurança da Informação e Comunicação  
PPGG – Programa de Pós-graduação em Geografia  
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional  
PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte  
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego  
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo  
SARS-COV-2 - Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2/ síndrome respiratória aguda grave 2  
SBCLASS - Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem  
SC – Santa Catarina  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SECTUR - Secretaria Municipal de Turismo  
SENCON - Secretaria Nacional do Consumidor  
SIGTUR - Sistema Integrado de Gestão do Turismo  
SISCEAB - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro  
SISPRT – Sistema Nacional de Registro de Hóspedes  
SNRHOS - Sistema Nacional de Registro de Hóspedes  
SP – São Paulo  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UF – Unidade da Federação  
UH - Unidades Habitacionais  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNESP – Universidade Estadual Paulista  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

WTTC - The World Travel & Tourism Council/ Conselho Mundial de Viagens e Turismo

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. SANTO EXPEDITO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	17
2.1 Aspectos históricos e geográficos.....	17
2.1.2 <i>Perfil dos moradores</i> .....	18
2.1.3 <i>Origens da devoção a Santo Expedito</i> .....	22
2.1.4 <i>A festa de Santo Expedito</i> .....	27
2.2 A produção do espaço turístico.....	30
2.2.1 <i>A produção do espaço turístico religioso</i> .....	32
2.3 Reflexões sobre o turismo religioso e desenvolvimento urbano.....	36
3 POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DO ESTADO E O TURISMO.....	39
3.1 Políticas Públicas: perspectivas para repensar o turismo.....	39
3.2 O turismo no Brasil e suas políticas públicas.....	40
3.2.1 <i>Política de Regionalização do Turismo no Brasil</i> .....	43
3.2.2 <i>Mapa do Turismo Brasileiro: Estratégia de Regionalização do Turismo no Brasil</i> .....	44
3.3 As Estâncias Turísticas e os Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo: política e territorialização.....	56
3.3.1 <i>Turismo e gestão participativa no Estado de São Paulo</i> .....	61
3.3.2 <i>Estâncias e Município de Interesse Turístico</i> .....	64
4 A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O TURISMO RELIGIOSO DE SANTO EXPEDITO.....	74
4.1 Santo Expedito: desdobramentos políticos e a (re)territorialização em Município de Interesse Turístico.....	74
4.1.2 <i>Santo Expedito: Gestão participativa para o turismo religioso diante das políticas públicas enquanto MIT</i> .....	75
4.1.3 <i>Análise dos questionários respondidos por moradores do município de Santo Expedito</i> .....	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	116
Apêndice A. Questionário aplicado aos Gestores Municipais de Turismo de Santo Expedito.....	124
Apêndice B. Questionário aplicado ao Pároco responsável pela Igreja católica em de Santo Expedito.....	125
Apêndice C. Histórico de Políticas Públicas de Turismo no Brasil. Adaptação à proposição de Melo (1996) .....	126
Apêndice B. Termo de consentimento de uso da entrevista.....	126
Anexo 1. Certificado de integração no Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021) .....	139
Anexo 2. Certificado COMTUR Santo Expedito junto ao Ministério do Turismo.....	140

## 1 INTRODUÇÃO

O espaço turístico tem como elemento a fluidez, gerada por meio da entrada de turistas, a inserção de políticas interescalares, investimentos internos e externos, de modo a alterarem as territorialidades em diversos sentidos, atingindo a escala da vida na territorialidade local.

Uma política pública específica para o turismo pode ser considerada uma proposta de ação que permite foco na atividade e prevê direcionar recursos do próprio turismo para o seu desenvolvimento. Sua implementação possibilita governos e municípios trabalharem de forma conjunta e, ao mesmo tempo, valorizar suas particularidades. Muitas são as ações voltadas à organização do setor de turismo, tais políticas foram pautadas nas necessidades de cada período, como exemplo as de 2020 com foco em minimizar os impactos da pandemia Covid-19.

Nos últimos anos, houve uma importante reformulação em uma das principais leis que estabelece critérios para o reconhecimento de um destino como turístico no Estado de São Paulo. Esta reformulação proporcionou uma expansão no quadro de municípios contemplados como destinos turísticos no estado, principalmente no interior. A Lei Complementar nº 1261/2015 estabelece critérios e um novo formato de gestão do turismo regional, reformula o processo de acesso dos municípios interessados possibilitando novas oportunidades para outros municípios do estado.

Muitos municípios buscam seu desenvolvimento pela economia turística, e pleiteiam o título de Estância Turística ou Município de Interesse Turístico na tentativa de atrair maior visibilidade, recursos do governo estadual e investimentos privados.

Nesse bojo, nasce a inquietação de compreender as transformações territoriais presentes no Município de Santo Expedito, tendo como centro as mudanças estabelecidas temporalmente pela titulação adquirida de MIT, e a efetivação dessa política no tocante ao econômico, social e ao cultural local.

As considerações e levantamentos realizados por este trabalho apresentam uma discussão sobre o papel dos investimentos direcionados para a manutenção de locais turísticos, e como a política pública específica pode se tornar uma ferramenta nesse processo de fortalecimento da identidade de um município turístico, no caso específico do Município de Interesse Turístico de Santo Expedito.

O Município de Santo Expedito (SP), objeto desta pesquisa, é caracterizado pelo turismo religioso nas últimas décadas. Em 2017, recebeu o título de Município de Interesse Turístico (MIT) pela Secretaria Estadual de Turismo do Estado de São Paulo. Esta dissertação tem como objetivo geral realizar análise das políticas

públicas e gestão pública do turismo no Município de Interesse Turístico de Santo Expedito (SP), com objetivos específicos foi possível realizar um levantamento sobre a destinação e aplicação dos recursos disponibilizados pelo governo do estado de São Paulo, verificar o reconhecimento da atividade turística por parte dos moradores locais e as relações e parcerias entre o governo municipal, paróquia e setor privado, foi possível também realizar um levantamento histórico sobre o processo de formação socioespacial no município e suas relações com práticas religiosas.

Sendo o turismo identificado como uma atividade que pode gerar impactos nas localidades, o presente estudo justifica-se diante da atual identificação e classificação do espaço pesquisado como localidade turística dentro da modalidade de turismo religioso. Observar e acompanhar esse processo permite uma discussão importante sobre as possibilidades e aplicações da atividade turística em nossa região.

As questões que nortearam o desenvolvimento da pesquisa foram:

- Como relacionar a prática do turismo com as práticas religiosas em um pequeno município?
- De que forma uma política pública específica para o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local?
- Qual a importância da participação dos agentes públicos, privados e comunidade local para o desenvolvimento do turismo?
- Quais os benefícios que o título de Estância e Município de Interesse Turístico podem trazer aos municípios paulistas?
- Como um município deve aplicar recursos específicos destinados para a manutenção e revitalização de infraestrutura básica que se relacionam com o turismo?

Considerando as necessidades propostas pelos objetivos centrais deste trabalho, o método utilizado foi o indutivo, no qual “o pensamento percorre um caminho partindo de fatos particulares para fatos universais” (ZANELLA, 2013, p.21).

#### *Pressupostos teórico-metodológicos*

Com o objetivo de aprofundar as temáticas necessárias para o desenvolvimento desta dissertação, foram realizados levantamentos bibliográficos



durante todo o período de desenvolvimento da pesquisa, o que possibilitou o acesso a subsídios teóricos.

Os principais temas estiveram relacionados a políticas públicas de turismo, desenvolvimento local, envolvimento e participação da comunidade, bem como aspectos relacionados a modalidade de turismo religioso. No entanto, foi necessário realizar um levantamento histórico da formação socioespacial do município de Santo Expedito para que a dinâmica de formação da cidade pudesse ser compreendida.

A fundamentação dos aspectos teóricos estabelece diretriz e reforça a estabilidade do projeto. O levantamento bibliográfico foi realizado junto a bibliotecas universitárias (rede de bibliotecas da Unesp) e meios eletrônicos (periódicos e cadernos).

#### *Construção de dados de campo*

A pesquisa de campo contou com a utilização de duas modalidades: pesquisa observacional e aplicação de questionários. Desta forma, "a amplitude das informações coletadas auxiliará no processo de entendimento, não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar" (MARCONI; LAKATOS 2011, p.76). Importante destacar que o levantamento de registros fotográficos foi importante no processo de tabulação das informações e na formulação do inventário.

Alguns aspectos comparativos foram determinantes nesta etapa do projeto, pois sendo objetivo principal verificar a aplicação dos recursos e alterações na infraestrutura física do município, foi necessário verificar como eram esses locais antes do reconhecimento como MIT. Os principais pontos de alterações estão localizados na área central onde se localiza a atual igreja matriz, e os locais escolhidos pelos gestores foi a praça da matriz e suas vias de acesso, por se tratar do ponto central de acesso dos romeiros e turistas, e também por ser um espaço importante de lazer da população.

As observações ocorreram em períodos esporádicos dentro do prazo estabelecido pelo projeto, e de acordo com o início e finalização das obras e, principalmente, durante a realização da festa do padroeiro, no dia 19 de abril de 2019, e entre os anos de 2019 e 2020. No entanto, diante da situação referente a pandemia Covid-19, todas as atividades foram adiadas e os dados referentes a 2020 não foram coletados até o momento.

### *Aplicação de questionários aos moradores de Santo Expedito*

Por se tratar de uma atividade que expõe o cotidiano local e atrai grande número de pessoas de lugares distintos, o ponto de vista da população precisa ser considerado um critério fundamental no processo de identificação da atividade turística.

Alguns fenômenos que podem ser relacionados quando a população local não é parte do processo estão relacionados ao baixo nível de hospitalidade, comportamentos hostis, depredações e até situações que envolvem episódios de criminalidade. A população local precisa ser considerada, e sua aceitação é importante no processo de reconhecimento e fortalecimento do turismo, isso pode ser observado em localidades possuem um turismo de base local, onde população participa de forma intensiva da gestão compartilhada.

Uma das formas de se obter informações sobre o ponto de vista da população local sobre o turismo se dá por meio de pesquisas que, geralmente, são promovidas por órgãos gestores ou até mesmo universidades que desenvolvam um trabalho específico. No entanto, é necessário que essas pesquisas sejam refeitas constantemente para que se estabeleça um padrão comparativo de pontos de vista com o passar dos anos.

O procedimento utilizado para o levantamento das informações sobre o ponto de vista dos moradores de Santo Expedito sobre o turismo local, a abordagem utilizada durante a pesquisa foi a quantitativa, que de acordo com Zanella (2013, p. 95), “está relacionada com representatividade numérica de forma objetiva possibilitando generalizar os dados a respeito de uma população por amostragem” (ZANELLA, 2013), e neste caso utilizou-se da aplicação de questionários de múltipla escolha com perguntas fechadas.

No primeiro momento, a proposta foi realizar a aplicação *in loco* durante a realização de alguns eventos, no entanto, devido ao cancelamento e adiamento das atividades a partir de março de 2020, e com as medidas impostas pelo distanciamento social, a forma encontrada para obter as informações foi a aplicação do questionário na modalidade virtual pela plataforma *Google Docs*.

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas descritivas [perfis socioeconômicos, como renda, idade, escolaridade, profissão e outros], comportamentais [padrões de consumo, de comportamento social, econômico e pessoal, dentre outros] e preferenciais [opinião e avaliação de alguma condição ou circunstância] (ZANELLA, 2013, p. 110).

Foram elaboradas doze perguntas fechadas nas quais o morador tinha a opção de selecionar sua resposta e em alguns momentos apresentar seu ponto de vista sobre o questionamento. O questionário se inicia com perguntas de identificação como gênero, idade, religião e tempo em que reside no município, tais questões auxiliam no processo inicial para que se possa traçar um perfil dos participantes e verificar se há uma diversidade de público, se houve uma abordagem da população em toda sua representatividade. Na sequência, seguem as perguntas específicas sobre o ponto de vista do turismo local. Neste momento, os entrevistados são levados a refletir sobre a existência, reconhecimento e importância da atividade em seu município, além de compartilhar seu ponto de vista sobre a presença ou não de benefícios ao município e municípios em geral.

O link da plataforma utilizada disponibilizou o acesso ao questionário online entre os dias 21 de maio de 2020 e 21 de junho de 2020. Os meios de divulgação foram as mídias sociais direcionadas aos moradores e por moradores. Ao final do prazo estabelecido, o número obtido foi de 92 questionários respondidos, os quais serão apresentados na análise dos resultados.

### *Entrevistas*

As entrevistas foram direcionadas aos gestores municipais, representante da paróquia local (pároco) e moradores, o objetivo de utilizar esta ferramenta é obter informações oficiais dos responsáveis pelo desenvolvimento do turismo no município, bem como o ponto de vista e perspectivas sobre o reconhecimento enquanto MIT.

Aos entrevistados, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D), cuja finalidade é respaldar os participantes sobre a finalidade e uso das informações disponibilizadas para este trabalho. Optou-se por perguntas fixas e semiestruturadas, tendo assim maior liberdade na variação dos questionamentos fazendo referência com a pesquisa qualitativa na qual “preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados” (ZANELLA, 2013, p. 99).

As perguntas foram elaboradas de forma que funcionassem como um roteiro, classificado por Lakatos e Marconi (2007) como entrevista estruturada. Desta forma, o entrevistado tem um direcionamento sobre assuntos propostos pelo pesquisador, porém, pode abordar assuntos correlatos referentes ao tema.

O roteiro direcionado aos representantes da coordenadoria de turismo do município foi construído diante das necessidades da pesquisa e as perguntas elaboradas contemplam questões relacionadas estruturação, planejamento e gestão do turismo em Santo Expedito e suas possíveis parcerias. Perguntas cruciais sobre investimentos financeiros do Governo Municipal em infraestrutura voltada para o turismo local e a aplicação dos recursos destinados pelo Governo Estadual aos Municípios de Interesse Turístico, além de questões sobre o desafio da sazonalidade do turismo e perspectivas sobre o futuro do turismo no município.

Ao representante da paróquia local, foi direcionado um roteiro com perguntas relacionadas a percepção da vocação local para o turismo religioso, a forma em que a igreja se organiza, importância e presença do voluntariado para a realização das atividades e a parceria com o Governo Municipal. Sobre o reconhecimento de MIT foi perguntado sobre o seu significado e se há benefícios para a igreja, sobre os desafios de ser um destino do turismo religioso no interior do Estado de São Paulo e sobre as perspectivas diante do cancelamento das atividades em 2020.

Ao todo, foram elaboradas 15 (quinze) questões aos representantes da gestão do turismo municipal, e 12 (doze) direcionadas ao representante da igreja católica de Santo Expedito.

A abordagem aos entrevistados foi feita após visitas de observação e participação de reuniões sobre o turismo no município e contou com a apresentação da proposta do projeto, houve uma boa receptividade o que não ocasionou problemas quanto a realização das entrevistas e demais atividades.

O contato inicial de abordagem foi realizado no segundo semestre de 2018, e o procedimento para a realização das entrevistas iniciou-se com envio das perguntas e documentação para o uso das informações no trabalho e estava prevista entre fevereiro março de 2020, diante de alguns contratempos e compromissos dos entrevistados as entrevistas foram adiadas e por conta das medidas de isolamento social previstas pela pandemia a partir de março de 2020, as perguntas foram respondidas via telefone e e-mail. Os entrevistados são representantes da gestão de turismo do município de Santo Expedito, além do representante da paróquia, responsável por todas as atividades religiosas realizadas.

### *Pesquisa Observacional/ Pesquisa de campo*

Conforme proposto inicialmente no projeto, a pesquisa de campo seria fundamental para relatar o comportamento de moradores e visitantes durante as principais atividades realizadas no município. Trata-se de uma “técnica que utiliza os sentidos para obter informações da realidade” (ZANELLA, 2013, p. 121), que, neste caso, pode ser classificada como observação participante, na qual o pesquisador não é apenas um espectador e se coloca junto ao objeto pesquisado.

Durante os eventos realizados do segundo semestre de 2018 a fevereiro de 2020, a pesquisadora esteve presente com a finalidade de verificar a dinâmica presente e, em alguns casos, inserida no contexto do evento, o que permitiu verificar o envolvimento da comunidade católica local com todas as atividades desenvolvidas, bem como seus desafios.

As contribuições da pesquisa observacional também subsidiaram aspectos importantes referentes ao ponto de vista dos visitantes (turistas). No entanto, como a aplicação da pesquisa seria realizada no evento do dia 19 de abril de 2020, não foi possível por conta dos cancelamentos e, sendo assim, outra forma de coleta de informações foi efetivada para que houvesse um levantamento de dados estatísticos sobre a qualidade da infraestrutura oferecida.

### **Estrutura da Dissertação**

Como parte das discussões iniciais são apresentadas no 2º capítulo a caracterização da área de estudo que identifica e contextualiza a pesquisa. Neste capítulo, são apresentados os aspectos históricos e geográficos de Santo Expedito, o perfil dos moradores, o histórico de formação socioespacial e início das atividades religiosas no local.

O 3º capítulo discorre sobre as relações entre o turismo e a geografia, com discussões sobre a produção do espaço turístico religioso e reflexões sobre o turismo religioso e desenvolvimento urbano.

No 4º capítulo, as reflexões foram organizadas em torno das definições de políticas públicas de turismo como estratégias de desenvolvimento e fortalecimento da atividade turística no Brasil e no estado de São Paulo. Dados e fatos históricos sobre a criação de políticas públicas são apresentadas, bem como as medidas necessárias e adotadas para minimizar os impactos decorrentes da pandemia da Covid – 19 no turismo brasileiro.

O 5º capítulo apresenta os resultados específicos sobre as pesquisas propostas, além de uma análise da gestão do turismo em Santo Expedito, aplicação dos recursos no turismo, presença da igreja local e ponto de vista da população sobre o turismo religioso e o título de Município de Interesse Turístico (MIT).

E, por fim, foram tecidas as considerações finais, tendo em vista as perspectivas teóricas e metodológicas que embasaram o processo científico de construção e de desenvolvimento da dissertação.

## 2 SANTO EXPEDITO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 2.1 Aspectos históricos e geográficos

A dimensão empírica de análise é o Município de Santo Expedito no Estado de São Paulo, com um olhar específico sobre o turismo religioso cristão católico desenvolvido no local.

O Município de Santo Expedito está localizado a oeste do Estado de São Paulo e distante 597km da capital, o qual compõe a mesorregião de Presidente Prudente, SP (Figura 1). Possui proximidade com as divisas dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, o que pode justificar um importante número de visitantes destas localidades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 2017).

**Figura 1-** Mapa de Localização de Santo Expedito (SP).



Fonte: Lima (2018), adaptado pela autora (2021).

De acordo com o Pioneiro e Historiador Pedro Geraldo Coimbra, os primeiros movimentos para demarcação de terras no local são de 1919, e o primeiro nome dado ao local foi 'km 30' por questões de localização dos municípios mais próximos. (SANTUÁRIO DE SANTO EXPEDITO, 2020).

No entanto, a história de ocupação do município data da década de 1940, com a vinda de migrantes das regiões norte do Brasil. O povoado foi fundado em 26 de abril de 1948 pela Companhia Colonizadora denominada "Ciampolino & Braga" e, por este motivo, o aglomerado foi inicialmente chamado de Vila Braga (LIMA, 2018).

A princípio, o povoado se tornou distrito do município de Alfredo Marcondes e, no ano de 1959, Santo Expedito conquistou sua emancipação política pela Lei Estadual nº 5285, de 18/02/1959, já denominado Santo Expedito.

No ano de 2019, com população estimada de 3.111 pessoas (IBGE, 2010), o município possui características de cidade pequena, por sua extensão territorial, número de habitantes, e "por estar distante dos circuitos do meio técnico-científico-informacional, muitas vezes, à jusante das cidades médias e das metrópoles, por serem cidades com baixo dinamismo demográfico, econômico, político, etc". (JURADO DA SILVA E SPOSITO, 2009, p.13) Para Santos (1979):

As pseudocidades ou cidades pequenas podem ser totalmente dependentes de atividades de produção primária, como também de atividades não primárias, como algumas cidades industriais ou cidades religiosas, universitárias, balneárias, de montanha (serranas), etc. [...] (SANTOS, 1979, p. 70).

Santo Expedito pode ser considerado um exemplo desses pequenos centros, pois parte da economia se baseia na agricultura e comércio, por se tratar de uma cidade religiosa, conta com a forte presença do turismo religioso católico.

Sua proximidade com Presidente Prudente estabelece uma relação importante entre os municípios, pois alguns moradores de Santo Expedito se deslocam até Presidente Prudente para desempenhar funções laborais, de estudo, realizar consultas médicas, compras no comércio e desfrutar de atividades de lazer. "Este movimento pendular que ocorre principalmente entre os que trabalham em municípios vizinhos pode caracterizar Santo Expedito como cidade dormitório" (LIMA, 2018, p.4).

### *2.1.2 Perfil dos moradores*

A população de Santo Expedito possui uma distribuição etária equilibrada, no entanto, alguns grupos se destacam, são estes: os adultos entre 40 a 49 anos que equivalem a 14,2%, seguidos pelo o grupo que corresponde aos 30 a 39 anos com 12,3%. (IBGE, 2019). Ao analisarmos os grupos etários que se destacam, podemos classificá-los como grupo de adultos economicamente ativos, pois nestas faixas etárias que se encontram o maior número de trabalhadores, independente de áreas e locais de atuação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2017 o salário médio mensal dos moradores de Santo Expedito era de 1.7 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14,9% (IBGE, 2017).

O comércio local em 2019, contava com 146 estabelecimentos de diversos setores como: farmácias, mercados, bares, lanchonetes, vestuário, posto de combustíveis, açougues, casa lotérica, etc. Grande parte da população economicamente ativa trabalha no município, 21,2% (setor público e privado), e 14,3% trabalham em outros municípios (IBGE, 2017).

O saneamento básico do município é efetivo em 76,9% dos domicílios que possuem esgoto sanitário adequado. A arborização de 99,4% de domicílios urbanos em vias públicas coloca Santo Expedito na 64ª colocação no estado, no entanto somente 13,7% de domicílios urbanos em vias públicas possuem urbanização adequada (bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2017).

No que se refere à saúde, o município possui um único posto que realiza atendimentos ambulatoriais e procedimentos de baixa complexidade. Quando se trata de casos considerados mais graves e que necessitam internação e cuidados mais especializados os hospitais dos municípios próximos realizam os atendimentos.

Ao considerarmos que a infraestrutura básica existente e todos os serviços oferecidos se referem ao número de habitantes, como imaginar esse mesmo município consiga disponibilizar serviços essenciais para um número que supera 20 vezes sua população em um único dia, o dia do padroeiro Santo Expedito? Por este fator é importante que haja planejamento e participação dos moradores diante da atividade turística desenvolvida no município.

Neste cenário, o turismo religioso vem alcançando números expressivos que não se limitam ao município, mas a toda região que faz parte, o que exige, por parte dos gestores públicos, a realização de estudos, pesquisas e o monitoramento da



atividade para que suas contribuições sejam positivas e possam gerar benefícios a comunidade local.

Para que o turismo seja consolidado como uma prática socioeconômica e cultural em uma localidade, é necessário que outras dimensões sejam plenamente desenvolvidas. Economia dinamizada em diferentes setores, qualidade de vida da população local e do ambiente, qualidade da infraestrutura básica disponível, capacidade da atividade em gerar benefícios e minimizar as consequências não desejadas, compõem o quadro que se refere a tais dimensões (Quadro 1).

**Quadro 1 – Possíveis impactos decorrentes do desenvolvimento turístico em uma localidade.**

<b>DIMENSÃO</b>	<b>IMPACTOS POSITIVOS</b>	<b>IMPACTOS NEGATIVOS</b>
<b>Econômica</b>	Geração de empregos; distribuição e circulação de renda; aumento da arrecadação de impostos; criação de novos empreendimentos; diversificação da economia; aumento da renda "per capita"; expansão das oportunidades locais; atração de investimentos; incentivos econômicos para empreendimentos turísticos.	Especulação imobiliária; aumento da economia informal; aumento do custo de vida; inflação; privilégio de benefícios econômicos.
<b>Social</b>	Diminuição do índice de desemprego; melhoria e desenvolvimento da infraestrutura básica local; capacitação e qualificação de mão de obra especializada; melhoria da qualidade de vida (escola, saúde, saneamento básico, lazer, segurança); integração e desenvolvimento regional (circuito turístico).	Imigração desordenada; aumento da prostituição; tráfico de drogas; acúmulo de lixo urbano e rural; aumento da poluição, congestionamento e tráfego urbano; exploração do turista; crescimento desordenado; aumento da criminalidade e do vandalismo; desconforto, evasão e rejeição do turista pelos residentes; desagregação familiar; doenças; aumento da população sazonal; problemas de infraestrutura básica.
<b>Cultural</b>	Valorização do artesanato; valorização da herança cultural; valorização e preservação do patrimônio histórico; manutenção das práticas religiosas.	Descaracterização do artesanato; vulgarização das manifestações tradicionais; destruição do patrimônio histórico.
<b>Ambiental</b>	Utilização mais racional dos espaços e valorização do convívio direto com a natureza; criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos; investimento dos empreendedores turísticos em iniciativas preservacionistas para manter a qualidade e consequente, atratividade dos recursos naturais e socioculturais; promoção da descoberta e da acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões não valorizadas, a fim de desenvolver o seu conhecimento por meio de programas especiais (ecoturismo); implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas a partir da renda da atividade, tanto indireta (impostos) quanto direta (taxas, ingressos).	Ocupação e destruição de áreas naturais que se tornam urbanizadas e poluídas pela presença e pelo tráfego intenso de turistas; poluição visual provocada pela construção de equipamentos turísticos modificando o meio, e descaracterizando a paisagem; poluição da água provocada por descarga de águas servidas in natura falta ou mau funcionamento dos sistemas de tratamento e descargas de esgotos; poluição sonora; destruição da fauna e da flora, dentre outras.

Fonte: Retirado de Souza (2020, p. 42).

O equilíbrio entre as dimensões apresentadas são fatores importantes para minimizar impactos decorrentes da atividade turística. No objeto de estudo desta dissertação, é possível observar que algumas questões ainda se apresentam de forma tímida e inicial. No entanto, existe um esforço da gestão municipal em estimular o comércio local por meio de capacitações direcionadas ao estímulo do empreendedorismo.

Os aspectos positivos da dimensão econômica podem ser considerados importantes na manutenção e fortalecimento da atividade no município, porém, a sazonalidade presente pode ser um fator que impede um engajamento mais efetivo entre os comerciantes locais. Os impactos negativos da dimensão econômica podem ser observados na informalidade, principalmente na presença de comerciantes de outras localidades que, no dia 19 de abril, se deslocam até o município.

A dimensão social do turismo religioso em Santo Expedito apresenta pontos relacionados a melhorias, ou até mesmo a criação de infraestrutura básica no local com aprimoramento dos espaços físicos comuns entre os moradores e turistas, além da integração junto ao circuito do turismo regional, o que permite visibilidade e pode auxiliar na manutenção e aumento do fluxo de visitantes ao local.

Outro aspecto da dimensão social é a capacitação e qualificação de mão de obra especializada. Após o reconhecimento do município como de interesse turístico em 2017, a gestão municipal iniciou o processo de formação de uma equipe técnica para atuar a frente da gestão do turismo, que, atualmente, representa o município em feiras, reuniões estaduais e regionais, capacitações oferecidas pela Secretaria Estadual de Turismo, além de planejar as atividades referentes ao turismo junto à paróquia.

Os aspectos sociais negativos observados em Santo Expedito estão relacionados, principalmente, ao aumento sazonal da população que é muito superior ao número de habitantes, o que pode gerar uma baixa sensação de segurança por parte dos moradores. Por se tratar de um público específico com uma motivação religiosa, de acordo com moradores, o fluxo de pessoas nas atividades da igreja não causa incomodo. Porém, nos últimos anos, surgiu a preocupação com a presença de pessoas com outras motivações. Neste caso, a segurança local para os moradores, necessita de maior atenção.

Outro aspecto apontado por Ferreira (2005) está relacionado a questões culturais, fator relevante quando se trata de turismo religioso. Os impactos culturais positivos encontrados no município estão ligados à manutenção das práticas religiosas, além da valorização do patrimônio histórico existente (capela e igreja

matriz), e o que está em construção (Santuário de Santo Expedito). Por fim, os impactos referentes à dimensão ambiental no município aparecem de forma sutil, no entanto, são considerados negativos. A presença do grande número de automóveis e ônibus pode acarretar poluição visual e do ar no local. Existe um caminho religioso que corta a zona rural do município, mas este não é sinalizado ou demarcado corretamente, o que pode causar perturbação aos animais e até mesmo acúmulo de resíduos.

### *2.1.3 Origens da devoção a Santo Expedito*

Santo Expedito foi um comandante Romano que conduziu a XII Legião entre os anos 296 a 303 d. C. De acordo com historiadores, teve contato com cristãos e simpatizava com a mensagem de Jesus, mas sua procrastinação o impedia de tomar uma decisão genuína diante de Deus. Depois de alguns anos procrastinando, após um sonho, tomou a decisão de seguir o cristianismo.

No sonho, um corvo representava o espírito do mal, grasnava diante dele a palavra “cras”, do latim, que significa amanhã, deixe sua conversão para amanhã. O corvo grasnava forte e parecia poderoso. Porém, de repente, Expedito decidiu e pisoteou o corvo dizendo: “hodie”, que significa hoje, em latim. Por isso ele é considerado o Santo das causas urgentes (CRUZ TERRA SANTA, 2020, p.1).

Após sua conversão, o comandante continuou por um tempo à frente da sua legião conseguindo converter seus soldados ao cristianismo, o que rendeu perseguições por parte do Imperador Diocleciano, pelo qual foi preso, torturado e decapitado no dia 19 de abril de 303 d.C, em Melitene, na Armênia (CRUZ TERRA SANTA, 2020). Por este motivo, comemora-se o dia 19 de abril o dia de Santo Expedito, o Santo das causas urgentes.

Relatos de antigos moradores descrevem a provável história que apresenta a relação entre a localidade e nome Santo Expedito. Para eles, dentre os primeiros migrantes havia uma família na qual o patriarca teria feito a promessa de que ao chegar ao estado de São Paulo construiria uma capela em homenagem a Santo Expedito como agradecimento ao conseguir moradia e trabalho, graça alcançada que resultou na construção da primeira capela feita de pau a pique (ITO, 2014).

Inicialmente denominada “Capelinha da Vila Braga”, em alusão à Companhia de Colonização instalada no local. Mas, predominou a

utilização da denominação “Capelinha”; e aos poucos, por conta da imagem de Santo Expedito existente na Capela, o povo denominou a localidade de Santo Expedito (ITO, 2014, p. 2).

O histórico de ocupação do espaço e devoção ao santo é construído simultaneamente e a presença da capela no local foi tão simbólica que Santo Expedito passou a ser o nome do município. A construção de um espaço de devoção assumiu um papel importante a ponto de se tornar o nome do município.

De acordo com Lima (2018, p.5), em 1955, quando ainda era distrito de Alfredo Marcondes, a população local e a Igreja Católica se mobilizaram em favor da construção da igreja matriz que substituiria a capela construída inicialmente. A nova igreja se tornou um marco no processo identificação entre a localidade e o Santo católico.

O papel de centralidade hierárquico urbano exercido pela igreja matriz de Santo Expedito estabeleceu o espaço como a região central do município nos quais os principais serviços estão localizados até os dias atuais. Ao redor da matriz foram estabelecidos o comércio, terminal rodoviário, paço municipal, posto de saúde, escolas e a praça central.

Conforme Ito (2014, p.4),

Em torno deste simbolismo organizou-se o Município de Santo Expedito-SP, o espaço sagrado da Capela, e posteriormente a Igreja de Santo Expedito, representou o “Centro do Mundo” para os primeiros habitantes (não índios) da região, tornou-se o principal ponto de referência para o planejamento e crescimento urbano.

Importante ressaltar que a igreja, em muitas localidades, se constituía como o principal marco arquitetônico, não sendo um caso exclusivo de Santo Expedito. A diferença é que o município, até os dias atuais, possui uma forte ligação com a igreja matriz que vem sendo fortalecida pela prática do turismo religioso.

No ano de 1957, foi realizada uma grande quermesse ao lado da Capela de Santo Expedito. Trata-se do primeiro registro, por parte dos moradores, no que se refere a encontros festivos promovidos pela comunidade e igreja (SANTUÁRIO DE SANTO EXPEDITO, 2020).

Os primeiros movimentos relacionados ao turismo religioso em Santo Expedito tiveram início em 1998 com a vinda de romeiros que cavalgaram da capital do estado de São Paulo até o local, tendo como líder um devoto de Santo Expedito. De acordo com Oliveira (2017, p.19), “tratava-se de uma promessa feita para que a mãe de um

dos romeiros fosse curada de uma enfermidade”. Em seguida, a procura pelo local foi crescendo entre os moradores da região.

Em 2007, a comunidade local e a igreja católica se mobilizam para organizar a festa do padroeiro. Foi o primeiro registro de um grande público no local e após a realização da sua aparição em um programa de televisão em 2017 o município passou a ter destaque entre fiéis e romeiros de todos os estados brasileiros, bem como de outros países (SANTUÁRIO DE SANTO EXPEDITO, 2020).

Diante do crescimento significativo no fluxo de fiéis, foi criada, em 2009, pela Mitra Diocesana de Presidente Prudente, a Paróquia do Santuário de Santo Expedito, antes subordinada à Paróquia de Alfredo Marcondes. Dentre as principais funções a serem exercidas, o novo Pároco, o Padre Umberto Laércio Bastos de Souza, inicia a construção do Santuário de Santo Expedito no ano de 2010 (SANTUÁRIO DE SANTO EXPEDITO, 2020).

O término da obra do Santuário Diocesano Santo Expedito está previsto para 2022. O espaço conta com mais de 10 mil metros quadrados, e terá a capacidade de acomodar 1.800 fiéis sentados. Dentre os aspectos arquitetônicos, o espaço religioso contará com uma cúpula no centro do altar, uma torre na entrada do local e quatro capelas internas, sendo elas: batistério, reconciliação, devotos/ milagres e do Santíssimo, com capacidade para 100 pessoas.

Abaixo, temos o registro dos três espaços que representam a devoção em Santo Expedito. A primeira capela construída em 1945, a primeira igreja matriz de 1955 em um registro atual, inclusive registrada em um dia de festa e o Santuário com previsão de término para 2022, o quadro apresenta as obras do Santuário em janeiro de 2021 e sua proposta final (Quadro 2).

**Quadro 2 - Espaços religiosos no município de Santo Expedito**

Primeira Capela (1945)



Igreja Matriz de Santo Expedito (1955) – Foto em 2018



Santuário de Santo Expedito 2021



Projeto do Santuário de Santo Expedito



Fonte: SANTUÁRIO DE SANTO EXPEDITO (2020).

Grandes são as expectativas com a finalização das obras e início das atividades no Santuário. No entanto, diferente dos outros espaços de devoção presentes no município, este está localizado a 2 Km da área central onde os demais equipamentos se encontram, na entrada da cidade (Figura 2). Desta forma, cabe aos responsáveis pela organização das atividades religiosas pensarem em estratégias que não desvinculem o simbolismo dos espaços utilizados atualmente após a finalização do Santuário de Santo Expedito.

Outra observação a ser feita se refere ao comércio local. De acordo com o projeto, no novo Santuário, haverá praças de alimentação e lojas para venda de artigos religiosos, sendo assim, o complexo oferecerá grande parte do que os devotos necessitam.

**Figura 2** - Distância entre a Igreja Matriz de Santo Expedito e o novo Santuário



Fonte: Google Maps (2021).

Os primeiros movimentos ocorreram de forma voluntária e o nome do município e sua distância do local de residência dos primeiros romeiros podem ser considerados fatores que reforçam a relação entre sacrifício como forma de agradecimento por algo recebido. De acordo com Dias (2003, p. 18), os destinos religiosos não se limitam a uma arquitetura concreta, mas fatores como espaços históricos, localização geográfica e celebrações podem ser considerados como elementos atrativos.

#### 2.1.4 A festa de Santo Expedito



O dia de Santo Expedito é comemorado em 19 de abril. Há quem diga que se trata de um dos santos católicos com grande número de devotos no mundo por ser considerado o santo das causas urgentes. Existem igrejas, capelas espalhadas em todo o mundo e, no dia 19 de abril, seus devotos se deslocam até estes locais como forma de gratidão, penitência ou pedido, uma prática comum presente no catolicismo.

Como citado anteriormente, a prática de agradecer pela graça recebida foi responsável pela construção da primeira capela no município pesquisado e a prática em pedir por uma graça fez com que os primeiros deslocamentos de devotos ocorressem no local. Atualmente, milhares de pessoas se dirigem até o município nesta data e, a cada ano, esse número vem tomando proporções maiores.

Diante do aumento no número de visitantes, a Prefeitura e a Paróquia de Santo Expedito, decidiram se unir para organizar e criar mecanismos de apoio aos romeiros e turistas para melhoria dos serviços prestados. Dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) revelam que, nos últimos anos, o turismo religioso cresceu de forma significativa, são 15 milhões de pessoas se deslocando a locais que remetem alguma manifestação de fé todos os anos (EMBRATUR, 2015).

Após consecutivas tentativas, no ano de 2017, o município obteve o título de Município de Interesse Turístico (MIT) junto à Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo. Mesmo antes de obter o reconhecimento como MIT, as mobilizações em comemoração ao dia do padroeiro já eram organizadas pela prefeitura municipal, paróquia e munícipes. Nos dias da festa, o número de pessoas assume proporções muito maiores do que as residentes e a infraestrutura local fica disponível a todos.

No ano de 2019, o dia 19 de abril coincidiu com outro feriado religioso católico (Sexta-Feira Santa), o que proporcionou um aumento significativo do fluxo de romeiros/ peregrinos/ visitantes que chegou ao número de 60 mil pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO EXPEDITO, 2019).

A cada ano, o número de fiéis e peregrinos cresce de forma notória e a cidade é tomada por pessoas de todo Brasil e até outros países (figura 3). A devoção e o bom trabalho realizado pela paróquia local podem ser considerados fatores essenciais para esse crescimento exponencial.

**Figura 3** - Fluxo de turistas e peregrinos no dia 19 de abril (Festa do Padroeiro).



Fonte: Araújo (2018)

A presença de voluntários é essencial para o desenvolvimento das atividades durante os eventos religiosos organizados. Para tanto, são oferecidas capacitações mediante parcerias com instituições de ensino superior da região (Figura 4). O grupo de voluntários é composto por membros da comunidade ligados a departamentos da igreja como agentes de pastorais e da comissão de finanças e participante de alguma pastoral ou movimento da Igreja, de acordo com o pároco são aproximadamente 250 voluntários envolvidos. Para ele, sem a contribuição voluntária, a realização das festas não teria a mesma eficácia, e até mesmo em alguns momentos inviável de serem realizadas.

**Figura 4** - Reunião entre voluntários no salão Paroquial de Santo Expedito.



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Expedito (2019).

Para Pinto (2006, p. 34), as festas religiosas são eventos que projetam um mundo ideal, pois, nestas ocasiões a comunidade local se envolve numa atmosfera de cooperação em prol do santo ou entidade homenageada. A hospitalidade está presente no servir e oferecer o melhor para os visitantes e toda essa atmosfera de cooperação é complementada pela fé.

Atualmente, são realizadas várias programações no decorrer do dia 19 de abril, são estas: três missas campais realizadas em frente à igreja matriz, e uma de encerramento no interior da igreja, com projeção aos que não conseguem entrar no local; a cavalgada com a bênção dos cavaleiros e animais, que conta com a presença de pessoas de toda região e possui aproximadamente 1 hora duração. Durante todo o dia os devotos formam filas para receberem a bênção da imagem de Santo Expedito localizada no interior da igreja matriz, momento no qual são feitos os agradecimentos e pedidos ao santo. Outras atividades são realizadas, na data, como celebrações musicais religiosas.

De acordo com Novaes (2001, p. 61), “religião e política são dimensões distintas da vida social e que conformam espaços sociais diversos, com instituições, finalidades e inserções temporais específicas”. Em Santo Expedito, as articulações políticas são frequentes para municípios que visam se estabelecer no cenário turístico, no que se refere a Santo Expedito a visibilidade é importante para unir forças e finalizar a construção do Santuário.

Mesmo que ainda de forma simples, é oferecida uma infraestrutura aos devotos que inclui posto médico móvel, posto de informações, e praça de alimentação. Neste

caso, a parceria com a prefeitura é significativa, principalmente no que se refere a infraestrutura de apoio, conforme observado pela pesquisadora durante a participação da festa do padroeiro nos anos de 2018 e 2019.

Além da praça de alimentação montada pela paróquia, (na qual todo valor é revertido para a finalização das obras do Santuário), é montada uma feira itinerante que conta com uma infinidade de itens comercializados que incluem alimentos e bebidas, além de roupas, calçados e artigos religiosos. Os interessados em expor durante o evento precisam realizar um cadastro junto à Prefeitura, pessoas de vários lugares do Brasil vão até Santo Expedito para expor seus produtos. É importante ressaltar que essa liberação independe se o comerciante interessado reside ou não em Santo Expedito. Conforme observado durante a visita em 2018 e 2019, grande parte dos comerciantes presentes na feira são de outras localidades.

A presença de feiras e comércio em ambientes turísticos é frequente e exerce um importante papel no desenvolvimento local. No turismo religioso, não é diferente. Em Santo Expedito, a comercialização de diversos objetos inclui os objetos religiosos como imagens do santo, terços, bíblias, etc.

Como também se comemora o aniversário do município no dia 19 de abril, após a finalização das atividades religiosas, é realizado um show musical na praça da matriz. Este, por sua vez, organizado pela Prefeitura e sem qualquer envolvimento com a Paróquia. Conforme observado em 2018, o público que comparece no evento noturno é, em grande parte, diferente dos que participam do evento religioso, visto que após o término da última celebração um número razoável de devotos retorna para suas cidades de origem.

A presença de pessoas de todo país é frequente no dia 19 de abril, o que pode ser notado ao observar a quantidade de meios de transportes coletivos como ônibus, vans e carros nas principais vias de acesso.

## **2. 2 A produção do espaço turístico**

A geografia é a ciência da qual o turismo mais se aproxima, e recorre com o objetivo de desenvolver estudos, relação essa que se caracteriza por ser o espaço o principal objeto de consumo do turismo (CRUZ, 2003). Essa proximidade tem possibilitado diversos estudos com o objetivo de aprofundamento do significado da

geografia, do significado do turismo e de suas interfaces, bem como compreender como se dá a formação desse espaço e sua construção cultural e histórica.

Para Coriolano e Mello e Silva (2005, p.21) “a Geografia é a ciência do espaço e o Turismo concretiza-se nos espaços geográficos”, e esse espaço que, para Santos (1996, p. 51), “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

De acordo com Santos (1978), o espaço como importante categoria de estudo da geografia, é composto por elementos fixos em cada lugar e que permitem ações que o modifiquem e os fluxos que recriam as condições ambientais, sociais e redefinem o lugar.

Ao observarmos um espaço em que o turismo é presente podemos considerar os fixos como tudo o que naturalmente existe, um rio, uma cachoeira, montanhas, características naturais que são consumidas pelo turismo. Com o passar dos anos, as ações diretas e indiretas podem causar alterações em seu significado e valor, essas ações são os fluxos (SANTOS 1982; SANTOS, 1988 apud SANTOS, 2006).

No entanto, para o geógrafo, o espaço geográfico não pode ser considerado simplesmente suporte e nem reflexo da ação da sociedade, mas um produto social. Sendo assim, “o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas” (SANTOS 1979, p. 18).

A produção do espaço, de modo geral, envolve seu uso e apropriação e, neste caso, o conflito termina por ser ligado ao processo (CRUZ, 2007). As relações entre espaço e o turismo são diversas, portanto, compreender seu processo de formação exige um olhar que contemple as ações dos fluxos sobre os fixos e o que de fato isso pode acarretar aos que compõem este espaço agora identificado como turístico. Importante ressaltar que não são apenas Estado, mercado e turista que produzem os espaços referentes à prática turística, mas também as sociedades autóctones, parte delas transformada, em muitos casos, atuando como contra racionalidades à determinações hegemônicas.

De acordo com Santos (1997), “O espaço é, hoje, um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (p. 51). O espaço apropriado pelo turismo, em alguns casos atraídos por características naturais, passa por um processo de transformação que podem ser

considerados acréscimos específicos para que a atividade turística possa ser consolidada.

O espaço turístico é composto por uma série de equipamentos específicos como empreendimentos e infraestrutura, somados aos atrativos que podem ser ambientais, culturais, históricos, entre outros. Conforme Boullón (2002, p. 79), o espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que são a matéria-prima do Turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turística, são necessários para definir o espaço turístico de qualquer localidade.

Ao considerarmos uma atratividade turística uma construção cultural e histórica dos lugares, pode-se considerar, também, que todos os lugares podem ser potencialmente turísticos. Para Cruz (2007), no que tange à sua dimensão espacial, o turismo pode, teoricamente, acontecer em todos os lugares do planeta, isso lhe confere uma competência, maior que de qualquer outra atividade econômica, de distribuir espacialmente a riqueza.

No entanto, essa distribuição espacial presente no turismo necessita de um processo de planejamento que não se limita a promoção do destino, mas a integração, harmonia e equilíbrio entre o espaço e seus agentes de desenvolvimento. De acordo com Ruschmann (1999), "o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir".

O planejamento do turismo, independentemente de sua escala de atuação, não se dá sobre um espaço plano e vazio, um receptáculo puro e simples de nossas ações, ao contrário, este planejamento se dá sobre um espaço concreto, herdado, histórica e socialmente construído, e que, portanto, tem de ser considerado pela política pública e pelos programas e projetos que dela derivam (CRUZ, 2007, p.342).

O desenvolvimento do turismo carece de um projeto construído de forma coletiva e democrática, não uma resposta a interesses específicos e particulares de grupos sociais restritos.

### *2. 2.1 A produção do espaço turístico religioso*

De acordo com a Organização Mundial de Turismo, o turismo pode ser classificado como atividades realizadas por pessoas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001).

O turismo pode ser considerado uma atividade diversificada e, portanto, carrega uma ampla categorização, não se tem com exatidão quantas tipologias de turismo existem atualmente e essa diversificação reforça a necessidade de estudos específicos para melhor compreensão e gestão da atividade.

No Brasil, o Ministério do Turismo classifica a atividade turística em 13 tipologias distintas que abrangem as potencialidades presentes em todo território nacional. Desta forma temos: Ecoturismo; Turismo Cultural; Turismo de Estudos e Intercâmbio; Turismo de Esportes; Turismo de Pesca; Turismo Náutico; Turismo de Aventura; Turismo de Sol e Praia; Turismo de Negócios e Eventos; Turismo Rural; Turismo Gastronômico; Turismo Religioso e Turismo de Saúde são as tipologias oficialmente utilizadas no Brasil (MTUR, 2012).

Dentre as práticas de turismo consolidadas no Brasil e no mundo, está o turismo religioso, tipologia relacionada ao turismo cultural, por se tratar de locais sagrados que podem compor uma arquitetura histórica, práticas e ritos considerados sagrados. Porém, outros fatores contribuem para a especificidade deste tipo de turismo, de acordo com Dias (2003):

Turismo religioso é aquele empreendido por pessoas que se deslocam por motivações religiosas e/ou para participarem em eventos de caráter religioso. Compreende romarias, peregrinações e visitações a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas (DIAS, 2003, p.17).

Para a Embratur (1992), o turismo religioso é a prática motivada pela fé ou necessidade de cultura religiosa, seja através de visitações a igrejas e santuários, seja por peregrinação, romarias ou congressos eucarísticos.

O termo turismo religioso surgiu na década de 1960 (SILVEIRA, 2007 apud MONTEIRO, 2003) e, desde então, vem compondo o quadro de tipologias de turismo e alcançado uma enorme utilização por parte dos setores ligados à reflexão acadêmica sobre o turismo, dos empresários do setor e instituições religiosas. No entanto, “as práticas que envolvem o turismo religioso estão relacionadas à peregrinação que ocorrem desde o período do apogeu da cultura Grega, antes de Cristo” (DIAS, 2003 p.19).

Para Steil (1998), uma característica do turismo religioso é quando o sagrado migra como estrutura de percepção para o cotidiano, para as atividades festivas, para o consumo, para o lazer, o que pode gerar a impressão de que a prática não está vinculada com a tradição religiosa.

Assim como Mircea Eliade, o sociólogo Durkheim (1996), defende a ideia que nas sociedades ocorre uma mistura de culturas ligadas ao sagrado, existindo em algumas delas a necessidade de procurar uma busca de sentido sacro a coisas banais do dia a dia, ou ao contrário, tornar comum aquilo que anteriormente pode ter sido considerado sagrado.

Quando se trata de turismo religioso, a abordagem está intrinsecamente associada ao lazer, e eventos religiosos que demonstram uma interação do sagrado com o profano. Podemos classificar o conceito de profano como uma manifestação desvinculada da conotação religiosa e que está inequivocamente associado à sensação de lazer/prazer e conectado com os princípios capitalistas do trade turístico.

De acordo com Ledhesma (2016, p. 23), “turismo religioso é o que um turista realiza com motivos para realizar práticas espirituais”, já para Abumanssur (2003), o discurso do turismo religioso tende a se concentrar mais especificamente nas necessidades decorrentes do deslocamento como transporte, alimentação, hospedagem, desconsiderando as motivações religiosas para a viagem. Desta forma, temos em um primeiro momento uma definição que inclui a motivação religiosa e num segundo momento apenas o uso de equipamentos que compõem a atividade turística.

Ao contrapormos as afirmações, podemos verificar discursos que se distinguem quando se trata de “*turistificar*” o que é considerado sagrado, um ponto muito abordado e polêmico no início das discussões sobre a categorização do turismo religioso, como se o reconhecimento da atividade profanasse a prática religiosa ou desrespeitasse os fiéis, peregrinos<sup>1</sup> e romeiros<sup>2</sup>.

De acordo com Pinto (2006), o peregrino também desfruta de outras atividades disponíveis na localidade, este por sua vez continua sendo peregrino e mesmo que sua motivação inicial e principal seja a fé, nada o impede de realizar outras atividades no local, o que muitas vezes pode ampliar seu tempo de permanência.

No seu tempo livre, atualmente, o atual peregrino procura cumprir suas obrigações religiosas adequando-as a uma atividade prazerosa.

---

<sup>1</sup> **Peregrino:** Verbo ou Substantivo ou Adjetivo. Buscador. Aquele que percorre um caminho de busca por algo espiritual.

<sup>2</sup> **Romeiro:** Substantivo ou Adjetivo - Nome dado a pessoa que viaja para uma determinada cidade a fim de pagar uma promessa ou prestar devoção a um determinado santo.



Isto porque não gasta o seu tempo livre na localidade religiosa somente com atividades espirituais. No caso de pagamento de promessas sua visita, comumente, resume-se a assistir um culto e a oferenda em agradecimento à graça recebida, o que leva em média 3 horas. O tempo restante disponível será empregado em atividades lúdicas como, visitas ao comércio, a parques temáticos e festas religiosas. Dessa forma diversificam as suas motivações, aumentando a sua permanência na localidade que, promove um arranjo espacial para atender as expectativas desse novo perfil de turista (PINTO, 2006, p.25-26).

O turismo religioso possui características específicas no que se refere ao seu público-alvo, que em grande parte, são pessoas motivadas pela devoção, tradição e fé. Originalmente, quando se trata do turismo religioso católico, alguns termos classificam este público-alvo, são estes: romeiros, peregrinos e devotos.

Passadas as discussões iniciais sobre a essência do turismo religioso, as pautas atuais reconhecem os fatores presentes na atividade e que o fluxo ocorrerá havendo ou não organização específica voltada para o planejamento do espaço e desta forma, a organização passa a ser necessária e inevitável como no caso de Santo Expedito.

O entendimento de que classificar o fluxo como turismo religioso não muda ou invalida a prática, precisa ser adotado por todos os agentes envolvidos, mas, principalmente, compreendido por pessoas que professam a fé evidenciada pelo turismo religioso. No entanto, não se pode deixar de lado todos os cuidados que requer o planejamento e, neste caso, é importante considerar e respeitar questões referentes a crença, tradições e práticas religiosas.

O turismo religioso existe e, portanto, é necessário que seja organizado para que o reflexo dessa organização seja percebido por todos: os que visitam e os que permanecem no local.

No ano de 2007 a Organização Mundial de Turismo elaborou uma série de encontros com o objetivo de direcionar ações e discussões sobre como desenvolver o turismo religioso de forma sustentável. Na oportunidade, o turismo religioso passou a ocupar lugar de destaque em vários países no mundo, e até então a atividade seguia padrões e protocolos direcionados ao turismo cultural.

O primeiro encontro foi a Conferência de Córdoba realizada em outubro de 2007, que proporcionou uma abertura ao diálogo sobre a atividade que gerou importantes contribuições. Uma delas foi o relatório do evento *“Turismo y religiones: una contribución al diálogo entre religiones, culturas y civilizaciones”* que se tornou um dos primeiros documentos norteadores.

O segundo evento organizado pela OMT, junto a Unesco, foi o I Congresso Internacional Patrimônio Religioso e Turismo, realizado em novembro de 2017, em Elche, na Espanha. Na oportunidade, as discussões foram direcionadas ao turismo religioso e suas representatividades, e relação patrimonial material e imaterial. Todas as discussões e apontamentos resultaram em um livro que leva o título do evento.

As discussões realizadas durante o evento em Córdoba (2007) foram importantes no reconhecimento do crescimento da atividade no mundo e sua relação internacional, o relatório destaca que:

El turismo religioso se internacionaliza, pasando de un turismo en gran parte nacional a un turismo en el que convergen diferentes nacionalidades e incluso en algunos destinos diferentes espiritualidades y religiones (OMT, 2007, p. 205).

O resumo do relatório destaca algumas práticas que devem ser consideradas para que o turismo religioso, como qualquer outra forma de turismo, desempenhe seu papel visando o desenvolvimento sustentável na localidade. O reconhecimento do protagonismo da atividade em gerar um diálogo entre religiões, culturas e civilizações, além de se tornar um catalizador de vários projetos, no entanto, a preocupação com a identidade, com o respeito aos peregrinos e sua fé e a liberdade de culto são pontos destacados (OMT, 2007).

El contenido de los programas, circuitos, viajes o estancias de turismo religioso, espiritual o de diálogo debe evitar todo estereotipo o incitación al racismo, a la xenofobia y al nacionalismo extremista, así como al terrorismo. Los sitios web vinculados con el turismo religioso y espiritual deben respetar las reglas de la ética que podrían formalizarse siguiendo los principios enunciados en el Código Ético Mundial para el Turismo. Toda forma de turismo en favor del encuentro, el diálogo y el ecumenismo debería alentarse y remitirse a dicho Código. (MTUR, 2007, p. 213).

O respeito, a liberdade e o diálogo são apresentados como fatores importantes no combate a xenofobia, e o documento discute, de forma objetiva, sobre questões de intolerância religiosa presentes no mundo, e de como o turismo religioso precisa se apropriar do discurso e das práticas para minimizar essas questões. O respeito às normas e regras locais, e de cada religião complementadas pelo Código Mundial de Ética para o Turismo, precisam ser fatores essenciais para que a atividade seja desenvolvida sem gerar maiores interferências.

Trata-se de um segmento que, quando organizado e planejado cuidadosamente, pode contribuir para a valorização e a preservação das práticas espirituais, enquanto manifestações culturais e de fé que identificam determinados grupos.

A sustentabilidade do turismo religioso pode ser destacada sob dois aspectos: em primeiro lugar, para que a cultura religiosa não venha perder o seu sentido enquanto manifestação de fé e, em segundo lugar, para que essas atividades não se transformem em um movimento de massa, descaracterizando a sua essência.

### **2.3 Reflexões sobre o turismo religioso e desenvolvimento urbano**

O processo de colonização do Brasil contribuiu para a disseminação do catolicismo, e muitos são os locais que atualmente são destinos de peregrinação que vem atingindo status de turismo religioso. No entanto, vale lembrar que o turismo religioso se aplica a todas as religiões existentes.

Vários são os destinos religiosos conhecidos no Brasil, no entanto, o maior destaque e referência no Estado de São Paulo é a cidade de Aparecida localizada no Vale do Paraíba/SP. O principal fator para o destaque nacional e internacional de Aparecida pode ser explicado pela grande devoção a Nossa Senhora Aparecida, considerada a Santa Padroeira do Brasil e, também, por ser reconhecida como o local com o maior culto mariano do mundo (PINTO, 2006).

A origem do Município de Aparecida está relacionada a movimentos de fé e se deu após pescadores encontrarem uma imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida no Rio Paraíba do Sul em 1717. Após esse episódio, vários relatos de milagres foram atribuídos a santa e em 1745 foi edificada sua primeira capela que em 1888 foi substituída pela Basílica Velha, que por não comportar o grande número de romeiros, peregrinos e turistas suscitou a construção de um espaço ainda maior, o atual Santuário de Nossa Senhora Aparecida<sup>3</sup> no ano de 1971 (PINTO, 2006).

Com um histórico que atribui vários milagres ao longo dos últimos 300 anos, milhares de romeiros, peregrinos e turistas se deslocam até o local. Vale ressaltar que mesmo o dia 12 de outubro sendo considerado o dia da santa, inclusive feriado nacional, não limita o fluxo de pessoas que ocorre durante todos os dias do ano. Em

---

<sup>3</sup> Considerado o maior templo católico do Brasil e o segundo maior do mundo, menor apenas que a Basílica de São Pedro, no Vaticano. É a maior catedral do mundo, visto que a Basílica Vaticana não é uma catedral.

2017 (comemoração aos 300 anos da Padroeira), 13 milhões de pessoas passaram pelo local.

Várias características ligadas a fé, arquitetura e cultura fazem de Aparecida um espaço democrático que não limita suas visitas a religiosos e a organização por parte dos gestores locais contempla essa diversidade. Aparecida possui a classificação turística como estância no estado de São Paulo e com aproximadamente 40 mil habitantes tem no turismo sua principal fonte de geração de emprego e renda.

O município compõe o tripé classificado como Circuito Turístico Religioso do Vale do Paraíba junto com os municípios de Guaratinguetá e Cachoeira Paulista criado em 2007. Os roteiros temáticos estabelecem vínculos e fortalece a região, além de possibilitar o aumento na permanência do visitante, algo característico de planejamentos turísticos.

Sua localização estratégica junto ao eixo Rio - São Paulo e importantes cidades com referência tecnológica, como São José dos Campos e Taubaté, facilita o acesso de seus visitantes e dinamiza o turismo diante da presença do turismo científico. (PINTO, 2006).

Por se tratar do principal destino consolidado de grande fluxo no Brasil, o Município de Aparecida é visto como exemplo a ser seguido por gestores de locais onde a presença do turismo religioso é frequente. Alguns fatores contribuem, de forma significativa, para a consolidação de Aparecida: abriga o local sagrado da maior santa católica brasileira; sua grandiosidade arquitetônica e histórica; espaço planejado e organizado; e sua localização estratégica que facilita os acessos e visibilidade.

O processo de formação socioespacial em Aparecida está totalmente ligado a questões religiosas e toda transformação decorrente ao aumento do fluxo. Porém, sua localização facilita os acessos e visibilidade. Atualmente, temos um ambiente projetado para o turismo, desde toda estrutura física edificada, comércio focado nas necessidades dos romeiros e turistas, além da dinâmica de funcionamento de todas as atividades, ou seja, as funções urbanas estão relacionadas com a presença dos peregrinos.

A cidade de Aparecida possui cerca de 35 mil habitantes, e tem, no turismo religioso, sua principal fonte econômica. Neste caso, temos uma cidade criada especificamente para acolher pessoas e para obter e sustentar a posição de destaque no cenário religioso nacional e internacional. De acordo com Pinto (2006, p. 29), a

cidade-santuário de Aparecida sofreu um rearranjo espacial em seu sítio urbano promovido pela grande afluência de romeiros e peregrinos.

A cidade se desenvolveu a partir do núcleo religioso cristalizado, ou seja, as Basílicas (Velha e Nova) e a Passarela da fé que une os dois templos. Foi, a partir deste núcleo religioso que a cidade se expandiu em camadas funcionais que atendem a demanda turístico-religiosa (PINTO, 2006, p.51).

Importante destacar que a aparição da imagem de Nossa Senhora da Conceição se deu nas proximidades da Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá e que por motivo do forte crescimento pela busca em cultuar a imagem, a Matriz de Aparecida foi construída em terra cedida no Morro dos Coqueiros na qual iniciou o povoado, ou seja, um local que comportasse o crescimento exponencial. Uma infraestrutura de acesso foi construída para facilitar a chegada de peregrinos. Primeiro, a estrada de ferro e, conseqüentemente, o acesso rodoviário que impulsionou ainda mais a busca pelo local sagrado.

Aparecida é considerada uma cidade-santuário e possui como principal característica ser um centro urbano com função religiosa. As cidades-santuário espalhadas no mundo possuem configurações parecidas no que se refere a sua formação socioespacial, duas importantes cidades-santuário conhecidas mundialmente são Lourdes situada nos Altos Pirineus, na França e Fátima paróquia da diocese de Leiria localizada a 100 Km ao norte de Lisboa em Portugal.

Outras características são presentes em cidades-santuários, como: pontos fixos e espaços sagrados de encontros periódicos ou permanentes e uma ordem espiritual predominante marcada pela prática religiosa da peregrinação ou romaria, o que pode proporcionar uma maneira particular de olhar as cidades em relação a seu contexto cultural que estabelece um elo entre religião, a gênese da cidade e uma de suas funções (ROSENDAHL, 2008). Para a mesma autora, “cidades-santuários são centros de convergência de peregrinos que com suas práticas e crenças materializam uma peculiar organização funcional e social do espaço” (ROSENDAHL, 2008, p.72).

As cidades-santuários podem ser consideradas “o resultado da soma entre o caráter sagrado atribuído ao espaço e suas composições, desta forma, é possível reconhecer o sagrado como elemento de produção do espaço” (ROSENDAHL, 2008, p. 67).

Uma cidade pode se formar em torno do imaginário e de práticas religiosas, sendo de forma “espontânea” ou planejada. Ao observar o processo de formação das cidades-santuário, a finalidade e objetivo são parecidos. Se diferenciam no foco específico dado por cada religião e, assim como Aparecida no Brasil, Fátima em Portugal e Lourdes na França, Santo Expedito busca seu lugar de destaque e reconhecimento no cenário brasileiro do turismo religioso em São Paulo.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DO ESTADO E O TURISMO**

#### **3.1 Políticas Públicas: perspectivas para repensar o turismo**

Políticas públicas remetem a um conceito amplo nas ciências políticas, com objetivos relacionados às questões políticas e governamentais que medeiam a relação entre Estado e sociedade. As políticas públicas podem ser direcionadas a todas as áreas, para que conflitos sejam minimizados e direitos garantidos. Desta forma, pode-se dizer que são ações que visam minimizar problemas na sociedade.

Para Secchi (2013, p. 2), políticas públicas “tratam do conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Desta forma, a política pública assume o papel de diretriz para enfrentar um problema público.

De acordo com Carvalho, Costa e Silva (2013, p. 2), políticas públicas podem ser consideradas:

Instrumentos que, se bem elaborados, implementados, monitorados e avaliados corretamente são capazes de promover o desenvolvimento social e econômico, não somente das populações, mas também dos setores da economia ao qual se destinam. São ações que visam à melhoria do bem estar social e, portanto, devem ser elaboradas levando em consideração a participação da sociedade .

Todas as ações e propostas para uma política pública necessitam estar pautadas na garantia de direitos estabelecidos por um conjunto de leis gerais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é considerada o conjunto de leis que visa a estabelecer equidade no país.

Como parte do quadro de necessidades e direitos, está o turismo, principalmente quando se estabelece direitos como lazer e férias<sup>4</sup> e, ao se apropriar disto, passa a ser uma resposta a esta necessidade. As políticas públicas de turismo têm como objetivo ser uma ferramenta para gerenciar os processos de organização da atividade, viabilizando recursos, estabelecendo parâmetros de atuação e preservação, qualificando localidades e democratizando acessos.

Beni (2003, p.101) afirma que, para que haja o fortalecimento da atividade turística, “é necessário entender por política de turismo o conjunto e fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país, determinando as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado”.

### **3.2 O turismo no Brasil e suas políticas públicas**

No Brasil, as primeiras atuações voltadas para o turismo correspondem à década de 1939, e retratam intervenções do Estado sobre setores que contemplam a atividade (PIMENTEL *et al.* 2012). Com o passar dos anos, aconteceram mudanças na política mundial que serviram de base e proporcionaram um novo cenário para a atividade no Brasil. Desta forma, os governos passaram a estabelecer práticas e políticas públicas para que a atividade acompanhasse o crescimento mundial e globalizado.

Para Pimentel *et al.* (2012, apud MELO, 1996), a agenda política de turismo no Brasil pode ser observada pela perspectiva dos períodos políticos. Desta forma, podemos observar nove (9) períodos/governos. A Era Vargas (1930-1945) na qual a política de turismo iniciou e, portanto, voltou-se para a promoção internacional e para o estímulo e controle da atividade internamente, “as principais ações e políticas serviram para organizar e regulamentar o setor de viagens e agências, como foco no turismo receptivo internacional” (PIMENTEL *et al.* 2012, p. 10).

Durante o Governo Populista (1946-1963), o foco foi direcionado à ordenação da atividade turística por meio de planejamento e coordenação das atividades de desenvolvimento do turismo externo e interno. Neste período, foi criado o primeiro

---

<sup>4</sup> Direito social (art. 6.º, Capítulo II). A promoção do lazer como um dever da família, da sociedade e principalmente do Estado (art. 227, Capítulo VII), o Poder Público “incentivará o lazer, como forma de promoção social” (art. 217, § 3.º, Capítulo III).

fundo especial voltado para o custeio das atividades turísticas no Brasil (PIMENTEL *et al.* 2012).

O terceiro período apresentado pelos autores, corresponde à Ditadura militar (1964-1984). O período contou com novas pautas na agenda pública de turismo com foco em linhas de financiamento e incentivos fiscais para entidades públicas e privadas no interesse do turismo. Grande parte da hotelaria do litoral do Nordeste brasileiro surge neste período, porém, “no final da década de 1970, e durante os anos 1980, ressurgiram dificuldades econômicas, e a Política Nacional de Turismo não foi efetivada” (PIMENTEL *et al.* 2012, p. 13-14).

O período classificado como Transição democrática (1985-1994) foi marcado pela atuação quase nula ao turismo por meio do Estado. A falta de atuação por parte dos governos possibilitou que as ações fossem restritas à Embratur. No entanto, neste período, novos temas passaram a ser incorporados pela Política Nacional de Turismo como reflexo da Eco - 92:

A valorização e a preservação dos patrimônios natural e cultural; a democratização do acesso ao turismo, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais; a redução de disparidades socioeconômicas de ordem regional, pela geração de empregos e distribuição de renda; e a valorização do homem como destinatário do desenvolvimento do turismo (PIMENTEL *et al.* 2012, p.15).

Durante o quinto período, o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi estabelecido o “Ministério do Esporte e Turismo com o objetivo de formular e coordenar a política nacional de desenvolvimento do turismo de forma integral”. (PIMENTEL *et al.* 2012, p. 16), destaca que um aspecto no período foi a “preocupação com a qualidade e a produtividade do setor, aparente nos objetivos do Conselho Nacional de Turismo e nas reformas administrativas da administração pública brasileira a partir da década de 1990”.

Durante o Governo Lula (2003-2010), as políticas públicas de turismo proporcionaram uma expansão voltada ao estímulo do fluxo interno, além do habitual incremento do fluxo externo (PIMENTEL *et al.* 2012, p. 18). A criação do Ministério do Turismo, em 2003, possibilitou uma atuação específica que fortaleceu de forma significativa o setor, e o número de políticas públicas foram superior aos governos anteriores.

Políticas voltadas para a regionalização do turismo, qualificação profissional, estímulo ao turismo doméstico (jovens e melhor idade), atualização do Plano Nacional



de Turismo, além da elaboração do Sistema Integrado de Gestão de Turismo (SIGTur) e da Lei nº 11.771/ 2008, Lei Geral do Turismo<sup>5</sup>.

O sétimo período refere-se ao Governo Dilma Roussef (2011-2016), e deu continuidade às propostas do governo anterior no entanto, com foco nas ações administrativas voltadas as expectativas dos dois grandes eventos esportivos internacionais que ocorreram em 2014 (Copa do Mundo da Fifa) e 2016 (Jogos Olímpicos). Importante ressaltar que uma portaria, em específico, a de nº 125 teve como foco estabelecer normas para edital de chamada pública do segmento turismo religioso em 2011, uma prova do reconhecimento e crescimento da tipologia no Brasil.

Em 2011, foi criado o Cadastur, principal instrumento de ordenamento dos prestadores de serviços turísticos no Brasil até os dias atuais. Neste período, foi criado o PRODETUR Nacional (linha de investimentos). A portaria nº 313 define os critérios para a criação do Mapa do Turismo Brasileiro e teve sua primeira divulgação realizada em 2015, importante instrumento na política de regionalização e valorização dos municípios turísticos brasileiros.

O Governo Michel Temer (2016-2018), foi um período em que a política de turismo no Brasil sofre algumas reduções de repasses, com rumores de extinção do Ministério do Turismo. Mesmo diante de dificuldades, algumas políticas foram executadas com foco na continuidade da qualificação de profissionais do setor. Instituiu-se o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur+Turismo), que promoveu estímulo ao turismo cinematográfico (portaria nº 162/2018), além de instituir um código de conduta destinado a proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (portaria Interministerial nº 182/ 2018).

O nono período na agenda política de turismo no Brasil refere-se ao Governo Jair Bolsonaro (2019- 2023) e, no ano de 2020, devido à crise gerada pela pandemia<sup>6</sup> na qual o turismo sofreu impactos imensuráveis, as políticas direcionadas pelo Mtur estiveram focadas em estabelecer segurança sanitária nos empreendimentos turísticos, manutenção de postos de trabalho, linhas de crédito voltadas para infraestrutura e auxílio ao setor cultural.

---

<sup>5</sup> Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências (MTUR, 2008).

<sup>6</sup> O tema será abordado no tópico: “Medidas de enfrentamento aos impactos decorrentes da pandemia de COVID – 19 no Brasil”.

O histórico de atuação pública do turismo no Brasil com ações voltadas para organização do setor em todas as possíveis áreas relacionadas ao turismo, políticas públicas pautadas em necessidades de cada período. Nota-se que o maior número de leis, decretos e portarias foram elaborados entre os anos de 2003 e 2016, por se tratar de uma gestão nacional que visava fortalecer o setor, no qual o Ministério do Turismo possuía maior autonomia, situação que, entre os anos de 2017 até 2020, passou a ser prejudicada até mesmo pelos cortes de repasse a pasta.

Nos últimos anos, as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério do Turismo foram pautadas em reavaliar as práticas propostas pelas políticas anteriores, principalmente a revisão da Lei nº 11.771 (Lei Geral do Turismo). Novas discussões foram propostas, em 2019, após a aprovação na Câmara dos Deputados do Parecer e Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei nº 2724/15, atualmente a revisão da Lei Geral do Turismo está guardando Apreciação pelo Senado Federal.

Com a criação do Ministério do Turismo pelo Governo Federal em 2003, nasce uma nova proposta com o objetivo de fortalecer o turismo no Brasil e reconhecê-lo como importante área econômica do país. Medidas com o objetivo de fortalecer o setor passaram a ser estabelecidas com o foco na regionalização. A proposta de descentralização da gestão é fortalecida principalmente pela diversidade presente no Brasil<sup>7</sup>.

### *3.2.1 Política de Regionalização do Turismo no Brasil*

Como parte da política estratégica voltada para o desenvolvimento do turismo no Brasil, a regionalização é resultado de um processo de planejamento descentralizado e compartilhado que teve início em 2003, e passou a ser um dos principais focos do Ministério do Turismo e, neste caso, possui enfoque territorial.

Para Buarque (2002)

A descentralização contribui para a democratização dos processos decisórios e fortalece o poder local, ampliando as oportunidades que temo cidadão de escolher suas alternativas e decidir sobre o seu destino nas formulações imediatas e diretas das necessidades e alternativas de desenvolvimento local (p. 54).

A descentralização possibilita um olhar sobre as especificidades e a gestão passa a ser de acordo com as características e necessidades de cada local, no caso

---

<sup>7</sup> Apêndice com o histórico das principais Políticas Públicas de Turismo no Brasil.

da regionalização, a proposta prevê o fortalecimento da região e o crescimento desigual pode ser minimizado.

A política de regionalização proposta passou por reformulações desde seu início, no entanto, sua base voltada para o desenvolvimento se manteve e atualmente suas ações são direcionadas pela Portaria nº 119, de 8 de abril de 2016.

O modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada, descentralizada, coordenada e integrada, proporcionando a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo a multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada (ARTIGO 3º, PORTARIA MTUR Nº 119, DE 8 DE ABRIL DE 2016).

A gestão compartilhada no turismo é um modelo que necessita de estruturação que permita aos gestores uma mobilidade no acesso e troca de informações. A gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo estrutura-se nos seguintes níveis de atuação (Quadro 3):

**Quadro 3.** Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo

<b>Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo</b>			
<b>ÂMBITO</b> (Atuação)	<b>INSTITUIÇÃO</b> (Responsabilidade)	<b>COLEGIADO</b> (Representatividade)	<b>EXECUTIVO</b> (Interlocutor)
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Fonte: Mtur, (2016). Organizado pela autora (2020).

Conforme observado, a gestão compartilhada define os papéis de atuação em cada âmbito e ao mesmo tempo proporcionar a interlocução entre todas as regiões turísticas do Brasil. As atuações precisam ser complementares e se submeterem as determinações gerais, importante características deste formato de gestão é o diálogo entre os pares envolvidos por meio dos conselhos e fóruns estabelecidos.

O artigo 4º da Portaria nº 119, de 8 de abril de 2016, apresenta oito eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo. São vertentes que direcionam as medidas para que o objetivo do desenvolvimento possa ser vislumbrado. Esses oito eixos precisam nortear todas as ações em todas as regiões turísticas. Desta forma, a política de Regionalização do Turismo prevê a gestão descentralizada com planejamento que vise um posicionamento de mercado, ações distribuídas em 8 eixos e focadas na qualificação profissional e empreendedorismo, além do foco na infraestrutura, informação, promoção e monitoramento (MTUR, 2015).

O conjunto de oito eixos propostos pela política de regionalização se complementa e estabelece padrões para que os destinos turísticos no Brasil se fortaleçam em suas regionalidades. A diversidade turística faz do Brasil um dos poucos países capazes de atrair visitantes de diferentes partes do mundo.

### *3.2.2 Mapa do Turismo Brasileiro: Estratégia de Regionalização do Turismo no Brasil.*

O Mapa do Turismo Brasileiro foi um instrumento elaborado pelo Mtur para identificar o desempenho da economia do setor, além de organizar, categorizar e representar municípios do Brasil. Instituído pela Portaria Mtur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, previsto como uma estratégia de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, permite direcionar ações e implementar políticas que respeitem as particularidades regionais.

O documento é atualizado periodicamente e apresenta versões referentes aos anos de 2004, 2006, 2009, 2013, 2016 e 2019. As regiões turísticas correspondem aos estados da federação, e são formadas de acordo com suas potencialidades e vocação, sendo assim, um mesmo estado pode possuir mais de uma região turística, mas, para compor o Mapa do Turismo Brasileiro, é necessário que se enquadrem nas categorizações propostas.

A política prevê estimular investimentos para o fomento do turismo local/regional. Em um primeiro momento é realizado um inventário com informações sobre a atividade por meio de uma metodologia específica que inclui variáveis referentes a fontes de coleta. Dentre as variáveis estão:

Quantidade de estabelecimentos de hospedagem, quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem, quantidade estimada de visitantes domésticos, quantidade estimada de visitantes internacionais e arrecadação de impostos Federais a partir dos meios

de hospedagem, todos os dados são coletados junto aos órgãos oficiais em suas relações anuais de registros (MTUR, 2013, p.1).

A categorização, ou seja, as classificações determinadas para cada local foram estabelecidas pela portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015 e prevê os seguintes objetivos:

- a) Otimizar a distribuição de recursos públicos;
- b) Orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios;
- c) Aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do Ministério e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão;
- d) Auxiliar na atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que é feita periodicamente;
- e) Auxiliar na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento turístico regional (MTUR, PORTARIA Nº 144, DE 27 DE AGOSTO DE 2015, p.1).

A categorização dos municípios turísticos é identificada entre as letras de “A” até “E”. Os municípios mais estruturados e com organização estabelecida, certamente, estarão entre “A e C”, no contrário, a classificação estará entre “D e E”. Para o Ministério do Turismo, essa classificação é um instrumento de acompanhamento do desempenho das economias turísticas locais, e auxilia na priorização de investimentos, que incluem ações de infraestrutura turística, qualificação profissional e promoção dos destinos, observando características peculiares de demanda e vocação turística (MTUR, 2015).

Os dados que definiram o Mapa do Turismo Brasileiro para 2019 fazem referência a 2.694 cidades de 333 regiões turísticas do país, que foram validadas e incluídas na atualização de uma plataforma online. Em 2019, estados e municípios contaram com novos critérios, compromissos e recomendações estabelecidas pelo Ministério do Turismo, entre elas a obrigação de participação em instância de governança e em Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

As modificações propostas no processo de classificação dos municípios estão relacionadas à formalização da gestão atividade. O novo mapa adotou outros critérios obrigatórios para a participação na plataforma: orçamento próprio destinado ao turismo, e possuir prestadores de serviços turísticos de cadastro obrigatório registrados no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do Ministério do Turismo (MTUR, 2019).

Junto ao mapa atualizado o Ministério do Turismo disponibilizou um comparativo entre os números referentes aos anos de 2016, 2017 e 2019 (não há

dados referentes a 2018, possivelmente, não houve atualização no Mapa). O quadro que apresenta a evolução das regiões e aponta uma diminuição, em 2019, em algumas regiões, provavelmente, as novas exigências previstas podem ser consideradas um dos motivos desta baixa, pois organizar e estabelecer conselhos de turismo demanda conhecimento técnico diante das demandas burocráticas, o único estado que obteve aumento no número de regiões foi Rio Grande do Norte na região Nordeste do país (Figura 5).

**Figura 5 - Mapa do Turismo Brasileiro - Evolução de Regiões.**

**COMPARATIVO POR ANO**

	2016	2017	2019	
<b>NORTE</b>	AC	10	14	13
	AM	14	30	24
	AP	5	12	10
	PA	65	129	53
	RO	14	22	25
	RR	5	12	8
	TO	42	40	49
<b>CENTRO OESTE</b>	DF	1	1	1
	GO	49	83	79
	MT	77	94	85
	MS	60	47	42
<b>SUDESTE</b>	ES	64	62	54
	MG	285	555	471
	RJ	71	89	83
	SP	222	432	354
	<b>NORDESTE</b>	AL	28	67
BA		117	150	133
CE		59	74	68
MA		46	53	54
PB		45	101	68
PE		57	103	76
PI		35	77	30
RN	65	75	79	
SE	37	58	46	
<b>SUL</b>	PR	224	283	217
	RS	294	371	345
	SC	184	251	177

Fonte: Mtur (2019 p. 09).

Outro quadro apresentado se refere a evolução de municípios que compõem o Mapa do Turismo Brasileiro, diferente da informação apresentada no quadro anterior, os números de evolução entre os anos de referência são maiores. Nas regiões Norte e Nordeste os números foram crescentes em 2019, as regiões Sul e Centro Oeste mantiveram seus números anteriores e a região Sudeste sofreu uma pequena diminuição nos números em 2019 (Figura 6).

**Figura 6.** Mapa do Turismo Brasileiro - Evolução de Municípios

**COMPARATIVO POR ANO**

	2016	2017	2019		
<b>NORTE</b>	AC	5	5	5	
	AM	7	7	7	
	AP	1	1	5	
	PA	6	6	14	
	RO	4	5	7	
	RR	3	3	3	
	TO	7	7	7	
	<b>SUDESTE</b>	DF	1	1	1
GO		10	10	10	
MT		14	16	14	
MS		10	9	8	
ES		10	10	10	
<b>NORDESTE</b>	MG	40	48	44	
	RJ	12	12	12	
	SP	28	51	49	
	<b>SUL</b>	PR	14	14	14
		RS	27	27	27
		SC	12	12	13
		<b>NORDESTE</b>	AL	6	7
BA			13	13	13
CE	12		12	12	
MA	10		10	10	
PB	8		9	11	
PE	14		16	13	
PI	7		7	7	
RN	5		5	5	
SE	5	5	5		

Fonte: Mtur (2019 p. 7).

A Região em que o recorte deste trabalho está inserido no Mapa do Turismo Brasileiro é a Região Turística Sol do Oeste composta pelos municípios de Presidente Epitácio (categoria – C), Presidente Prudente (categoria – B), Rancharia (categoria – D) e Santo Expedito, que passou a compor o mapa em 2019 na categoria – E (MTUR, 2019).

Algumas iniciativas passaram a ser compartilhadas entre o Ministério do Turismo e interlocutores das instâncias de governança regionais nos estados são desenvolvidos dentro do projeto PRT+Integrado lançado em 2019. A proposta prevê uma série de encontros, com o objetivo de aproximar políticas públicas federais, estaduais e municipais, proporcionando um canal de interlocução e acompanhamento do turismo nacional. São previstos encontros em que os participantes conhecem oportunidades de apoio proporcionadas pelo Ministério do Turismo para o desenvolvimento do setor e a geração de emprego e renda, com impacto cultural, social e econômico (MTUR, 2019).

### 3.2.3 O MTUR e as Medidas de enfrentamento aos impactos decorrentes da pandemia de COVID – 19 no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada sobre um número importante de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Com o aumento dos números em

pouco tempo, as atenções foram voltadas para o que se tratava de uma nova cepa (tipo) de coronavírus, nomeado em 11 de fevereiro de 2020 como SARS-CoV-2, responsável por causar a doença Covid -19 (OPAS, 2020).

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a existência de um surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), e constituiu Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional<sup>8</sup> que em 11 de março de 2020, viria ser caracterizada como uma pandemia<sup>9</sup>.

Diante desta nova realidade, o mundo se depara com um cenário inesperado e necessita de medidas que vise, no primeiro momento, a impedir que maior número de pessoas seja contaminado e uma das primeiras ações foi estabelecer o isolamento social por meio da quarentena nos locais mais afetados. Esta medida foi considerada efetiva para estabelecer o menor contato entre a população devido ao alto grau de contaminação causado pelo vírus, a medida foi adotada por grande parte dos países.

Além do isolamento social, outras medidas restritivas foram adotadas, como o uso de máscaras em ambientes externos, diminuição do número de frota de transportes coletivos, fechamento do comércio considerado não essencial, proibição de qualquer tipo de aglomeração, aferição de temperatura e uso do álcool em gel.

Com o fechamento das atividades comerciais consideradas não essenciais, o turismo foi diretamente impactado, e praticamente todas as atividades ligadas ao setor sofreram com a paralização em todo o mundo. O mercado de viagens tem sido considerado um dos setores mais afetados por se tratar de uma atividade fortemente geradora de empregos no Brasil, os impactos decorrentes de uma paralização das atividades podem gerar consequências significativas ao país.

Diante desse cenário, com o turismo diretamente impactado, surgem alguns estudos e pesquisas que visam prever o tempo de recuperação da atividade e que auxiliam no processo de identificação do *status quo* e proporcionam uma discussão pertinente sobre cenários futuros. No Brasil, uma dessas pesquisas foi realizada pela Faculdade Getúlio Vargas e traz reflexões e provisões de recuperação do turismo no Brasil.

De acordo com a pesquisa, se as atividades forem reestabelecidas entre os meses de maio e junho de 2020, o cenário previsto para recuperação das atividades

---

<sup>8</sup> Considerado e previsto no Regulamento Sanitário Internacional o mais alto nível de alerta da Organização. (OMS, 2020).

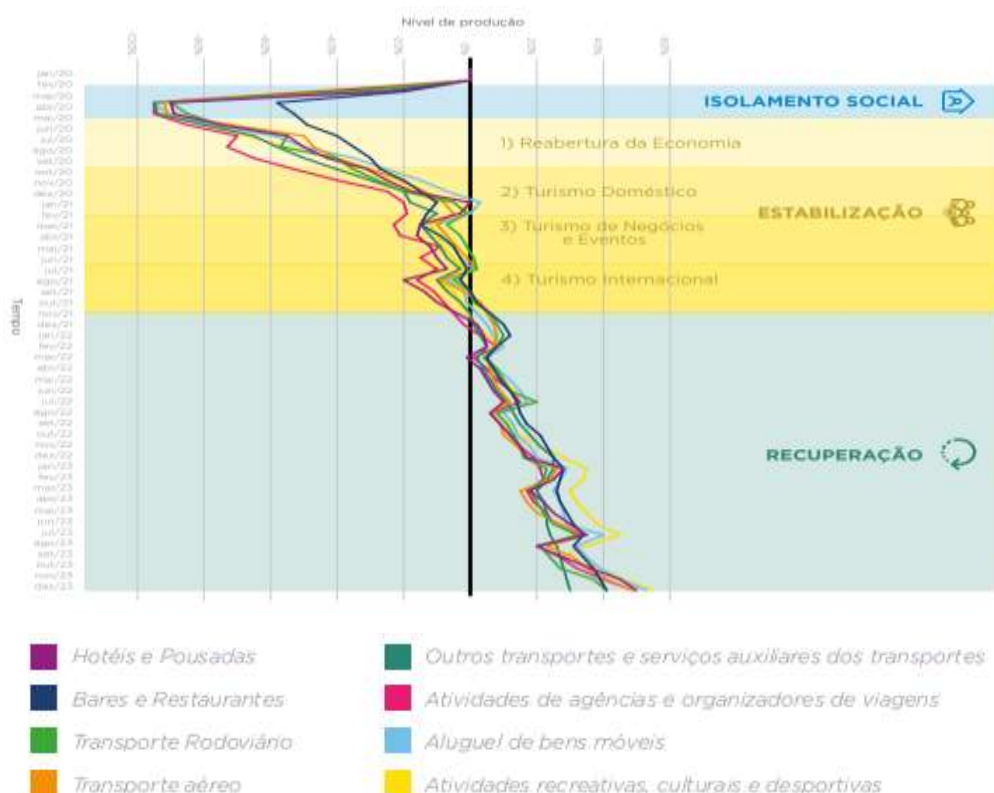
<sup>9</sup> PANDEMIA - Disseminação mundial de uma nova doença. O termo é utilizado quando uma epidemia – grande surto que afeta uma região – se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. (AGÊNCIA BRASIL, 2020) - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/coronavirus-saiba-o-que-e-uma-pandemia>.



será o mês de novembro de 2021, passando pelo processo de retomada e estabilização do turismo doméstico em outubro de 2020, do turismo de negócios e eventos em fevereiro de 2021 e do turismo internacional em julho de 2021.

Outra previsão apresentada pela pesquisa é a de que em dezembro de 2023 a produção do turismo alcançará 60% de sua capacidade de produção mundial, conforme apresentado abaixo (Figura 7).

**Figura 7 - Cenário de Impacto Econômico do Covid-19 nas Atividades Características do Turismo.**



Fonte: FGV (2020 p. 10).

O estudo apresenta dados referentes ao cenário econômico, suas perdas e um possível processo de recuperação previsto para três anos. Desta forma, será necessário um crescimento de 16,95%, nos anos de 2022 e 2023, com PIB de, respectivamente, R\$ 303 bilhões e R\$ 355 bilhões para que se alcance a recuperação prevista. As perdas econômicas durante este período podem totalizar R\$ 116,7 bilhões no biênio 2020-2021, o que representa perda de 21,5% na produção total do período (FGV, 2020).

Algumas propostas são consideradas urgentes para iniciar o processo de retomada das atividades e minimizar os impactos, para, desta forma, aliviar a pressão operacional e manter vagas de empregos, são estas:

- Auxílios públicos - disponibilização de crédito para o setor, principalmente o setor aéreo, que é o coração da atividade.
- Reequilíbrio dos contratos de concessão (aeroportos, centros de eventos e atrativos turísticos).
- Atenção especial as micro e pequenas empresas (crédito facilitado e subsidiado para manter suas atividades, diferimento de tributos e flexibilização dos contratos de trabalho de forma a manter no médio prazo a massa salarial do setor).
- Redirecionamento dos recursos e esforços para a promoção do turismo doméstico. O turismo internacional levará ainda mais tempo para retomar. Recursos devem ser disponibilizados para viabilização de eventos corporativos e de lazer no mercado doméstico.
- Crédito ao consumidor com condições atrativas. No período de retomada, as finanças familiares e das empresas do setor estarão combatidas. Será necessário um esforço de crédito especial as operadoras de turismo e consumidores de forma viabilizar a estada de lazer no Brasil. Ressalta-se ainda que o período de férias escolares deverá sofrer adaptação diminuindo o período de possibilidade de viagens para as famílias (FGV, 2020, p. 5).

As propostas apresentadas estão direcionadas ao empenho do poder público diante de sua atuação por meio das políticas públicas e gestão do turismo em todas as esferas. Essa atuação será necessária para uma possível mudança de cenário e recuperação de uma das atividades que contribuem de forma significativa na economia nacional, estadual, regional e local.

O processo de retomada vai depender do retorno do consumo, e os esforços precisarão estar direcionados em atrair os turistas, o que vai além do simples desejo de realizar uma viagem, mas, principalmente, depende das condições financeiras deste público diante de suas prioridades.

Outro estímulo que será inevitável e está totalmente relacionado à economia de forma mais abrangente será a retomada de eventos corporativos. Empresas de vários setores irão utilizar essa ferramenta como estratégia de retomada comercial, marketing entre outras, o que, de certa forma, poderá aquecer o setor de turismo de eventos corporativos.

Os consumidores que se mantiverem em seus empregos e conseguirem manter suas receitas em dia, durante a pandemia, serão os primeiros na retomada do turismo, mesmo porque as impossibilidades causadas pelo isolamento social poderão despertar uma necessidade por viagens, e caberá aos gestores se mobilizarem de forma a fortalecer o setor para que esta necessidade seja correspondida e se torne uma experiência positiva, agradável e segura.

Diante da realidade enfrentada pelo setor de turismo no Brasil, em meio as medidas adotadas diante da pandemia Covid-19, o Ministério do Turismo passou a integrar o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública do Governo Federal (COE) coordenado pelo Ministério da Saúde. O COE tem por objetivo acompanhar e definir estratégias para o enfrentamento ao coronavírus no Brasil (MTUR, 2020), e, diante da intensa relação das medidas com o setor do turismo, a participação do Ministério do Turismo é importante para que as ações sejam unificadas.

A interlocução busca, ainda, ratificar os esforços da Pasta para mitigar o impacto em todos os segmentos, com soluções de apoio ao setor neste momento de adversidade, e a manutenção da geração de emprego e renda no Brasil. (MTUR, 2020 p. 5).

Com o objetivo de informar sobre as ações e propostas relacionadas ao setor (empresários, trabalhadores, gestores e turistas) o Mtur produziu um manual com as principais informações e orientações para dirimir eventuais questionamentos. Trata-se de uma medida informativa com recomendações gerais de como: prevenir o avanço da contaminação do vírus, informações sobre o vírus, sintomas, formas de contágio, como proceder em caso de diagnóstico positivo e apresenta o aplicativo do SUS com um mapeamento de unidades de saúde para atendimento emergencial.

Além das orientações de prevenção ao vírus, são apresentadas algumas ações como a participação no processo de repatriação de brasileiros durante o período de isolamento e fechamento das fronteiras, um trabalho em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa, Agência Nacional de Aviação Civil, Ministério de Segurança Pública e Embratur. Até abril de 2020, haviam sido repatriados 18,1 mil brasileiros, em alguns casos turistas retidos em navios de cruzeiros (MTUR, 2020).

Como medida emergencial tomada pelo Governo Federal, foi determinada a restrição emergencial da entrada de estrangeiros de qualquer nacionalidade no Brasil por vias terrestres, aéreas, portuárias por 30 dias inicialmente podendo ser prorrogável na ausência de melhoras no quadro brasileiro. A Portaria nº 204/2020 foi publicada em abril, e atende as recomendações técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A restrição de entrada envolve, principalmente, a entrada de turistas, prevendo punições como deportação imediata e responsabilização penal a quem descumprir esta determinação.

Outras ações apresentadas no manual estão relacionadas ao marketing, são campanhas de sensibilização, fidelização de turistas, com mensagens de incentivo a um retorno breve. Com o mesmo objetivo, foi direcionada uma ação de comunicação aos turistas que já possuíam pacotes previstos para o período da pandemia, neste caso, “a proposta foi estimular a remarcação e não o cancelamento das viagens, o portal do Ministério do Turismo disponibilizou uma página específica para esclarecimentos aos turistas” (MTUR, 2020, p. 18).

A Medida Provisória 936/2020, publicada no início de abril surge com uma ação que abrange a todos os setores da economia, mas que de acordo com o Ministério do Turismo, conta com algumas reivindicações do setor apresentadas ao Governo Federal. O objetivo principal da MP é flexibilizar contratos, salários e jornada de trabalho, desta forma, garantir a sobrevivência do mercado evitando demissões em massa e para isso o “Governo Federal destinou R\$ 51 bilhões para auxiliar empresas de diversos segmentos e portes, incluindo o turismo” (MTUR, 2020, p. 20).

Outras medidas adotadas pelo Ministério do Trabalho, e que foram criadas com o objetivo de evitar demissões durante este período e, desta forma, nomeadas como Programa Antidesemprego, preveem as seguintes medidas:

Teletrabalho, antecipação de férias individuais, férias coletivas, ampliação de banco de horas, redução proporcional de salários e jornada de trabalho, antecipação de feriados não religiosos, além do deferimento do recolhimento do FGTS durante o estado de emergência (MTUR, 2020, p. 32).

A medida provisória nº 948/2020 estabelece regras sobre o cancelamento de serviços, reservas, eventos de serviços turísticos e culturais, que garante ao prestador de serviços a não obrigatoriedade do reembolso de valores pagos imediatamente, possibilitando até 12 meses após o fim oficial da pandemia para realizar o estorno, oferecendo três opções aos clientes: 1) Remarcação; 2) Disponibilização de crédito para uso ou abatimento; 3) Realização de outro acordo junto ao prestador de serviços (MTUR, 2020).

Importante ressaltar que as três opções disponibilizadas aos clientes não podem conter custos adicionais, e o crédito poderá ser utilizado pelo consumidor no período de 12 meses, a solicitação ser feita no prazo de 90 dias a partir da publicação da medida provisória.

Outro público beneficiado com a MP nº 948/2020 são artistas que possuíam contrato e que, diante do cancelamento dos eventos culturais, foram afetados. Desta forma, o documento prevê a “exclusão de reembolso imediato do valor de cachês já pagos, desde que haja remarcação no período de até 12 meses após o fim da pandemia” (MTUR, 2020, p. 21).

A criação de uma nota técnica conjunta em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública propõe estímulo para a adesão dos segmentos turísticos na plataforma Consumidor.org.br<sup>10</sup>, a proposta prevê auxiliar na resolução de conflitos entre consumidores e comerciantes e/ou prestadores de serviços turísticos.

Outra ação direcionada pelo Ministério do Turismo foi a criação de linhas de crédito. O Mtur disponibilizou R\$5 bilhões do Governo Federal para empresas do setor se manter neste período, visando a auxiliar no capital de giro de empresas de todos os portes, outra proposta relacionada a linha de crédito é o acesso facilitado aos recursos do FUNGENTUR, os empreendedores terão (MTUR, 2020, p. 24):

- *“Redução dos juros de 7% para 5%;*
- *Ampliação da carência de 6 meses para 1 ano;*
- *Possibilidade de aplicação de 100% dos recursos no capital de giro”.*

As medidas apresentadas foram disponibilizadas mediante a realização do cadastro no CADASTUR<sup>11</sup>.

Além do FUNGENTUR, outras linhas de crédito foram disponibilizadas aos empreendedores do setor turístico por intermédio do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, além de linhas de créditos disponibilizadas pelo BNDS específicas para micro e pequenas empresas. Outra proposta foi a criação do PRONAMPE<sup>12</sup> (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) que aguarda votação do texto final no Senado Federal.

Ainda sobre linhas de crédito e financiamento, a Medida Provisória 963/2020 estabelece Abertura de Crédito Extraordinário no valor de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para o Financiamento específico para Infraestrutura Turística Nacional. A proposta prevê estimular a manutenção da infraestrutura turística das localidades. No entanto, sua disponibilização ficará sob supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo) (MTUR, 2020).

---

<sup>10</sup> Serviço público federal gratuito que permite a interlocução entre consumidores e empresas para soluções de conflitos de consumo pela internet (MTUR, 2020 p. 23).

<sup>11</sup> CADASTUR: é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo, formalizando e legalizando estes prestadores de serviços junto ao Ministério de Turismo.

<sup>12</sup> PL 1.282/20

A disponibilização do auxílio emergencial estabeleceu o pagamento de R\$ 600,00 para trabalhadores autônomos, informais e microempreendedores individuais (MEIs) no período de três meses. Uma extensão desse auxílio emergencial, que também se estende aos profissionais de turismo, foi o benefício disponibilizado a mães chefes de família que puderam receber R\$ 1,2 mil durante o mesmo período, os auxílios emergenciais foram disponibilizados mediante cadastro e análise por parte dos órgãos responsáveis.

Para receber o benefício, é necessário se enquadrar no seguinte perfil socioeconômico:

- Maior de 18 anos;
- Não tenha emprego formal;
- Não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego;
- Renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos;
- Rendimentos tributáveis inferior a R\$ 28.559,70 no ano de 2018;
- Microempreendedor Individual (MEI);
- Contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social;
- Trabalhador informal, de qualquer natureza, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

(MTUR, 2020, p. 28-29).

Os benefícios disponibilizados pelo auxílio emergencial estão diretamente relacionados ao setor do turismo no Brasil, “diante da presença significativa da informalidade, e considerando que 80% do segmento turístico formado por micro e pequenas empresas” (MTUR, 2020, p. 29).

A medida provisória nº 946/2020 autoriza o saque de até R\$1.045,00 por trabalhador em suas contas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) inativos. A mesma MP extinguiu, a partir de 31 de maio de 2020, o fundo PIS/PASEP, sendo assim, os recursos ainda não sacados serão transferidos para contas individuais da mesma titularidade cadastradas no FGTS para o saque citado acima, visto que serão suspensos os recolhimentos de contribuições pelos empregadores durante três meses previstos pela MP nº 927/2020 (MTUR, 2020).

No que se refere às ações previstas para o estímulo do setor da aviação, mais especificamente companhias aéreas, as medidas apresentadas envolveram a isenção de multas a consumidores e linhas de financiamento de capital de giro disponíveis;

adiamento dos vencimentos das tarifas de navegação aérea<sup>13</sup>; reembolso de passagens aéreas compradas até 31/12/2020, em até 12 meses; valores pagos para União pelo direito de explorar o aeroporto adiados até 18/12/2020. (MTUR, 2020).

A medida provisória nº 925/2020 prevê aos passageiros que decidirem adiar suas viagens no período da pandemia a isenção de cobrança de multa contratual caso aceitem crédito para comprar uma nova passagem no período de 12 meses contados da data do voo contratado. O passageiro que decidir pelo reembolso estará sujeito as regras contratuais da tarifa adquirida, incluindo eventuais multas, o valor da tarifa de embarque deve ser reembolsado integralmente em até 12 meses (ANAC, 2020).

Pacotes e passagens aéreas adquiridas em agências de turismo se adequam as determinações sobre reembolsos e remarcações apresentadas pela MP 925/2020.

Em meio a este pacote de medidas apresentados, foi aprovada no mês de abril de 2020 pelo Senado Federal a medida provisória nº 907, que transformou a Embratur em Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. Desta forma, a agência passa a ser um Serviço Social Autônomo de direito privado e deixa de ser exclusivamente pública, diferente de sua formação inicial quando foi considerada a primeira empresa estatal do país.

Algumas atribuições, que eram restritas ao Ministério do Turismo, passaram a ser realizadas pela Embratur a partir de sua nova proposta, foram estas:

Em caso de decretação do estado de emergência e, até seis meses após o fim dessa situação, a Embratur está autorizada a promover exclusivamente o turismo doméstico, inclusive por meio de convênios com os estados, o Distrito Federal e os municípios, sob a coordenação no MTUR [...] Além de auxiliar no processo de repatriação de brasileiros impossibilitados a voltar para o país [...] (MTUR, 2020, p. 19).

Como iniciativa para retomada as atividades no país, foi criado, pelo Ministério do Turismo, o Selo “Turista Protegido”. O Programa busca fortalecer ações de segurança sanitária em estabelecimentos turísticos, diante de protocolos de boas práticas, requisitos de higiene e limpeza para prevenção da Covid-19 para cada um dos segmentos do setor. O selo estará vinculado ao Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR (MTUR, 2020).

---

<sup>13</sup> Tarifas de Navegação Aérea são aquelas devidas pela utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades destinadas a apoiar e tornar segura a navegação aérea no País, proporcionados pelos órgãos e elos do SISCEAB. ([www.decea.gov.br](http://www.decea.gov.br)).

Diante das medidas apresentadas, espera-se que a retomada da atividade no Brasil seja consolidada diante dos desafios enfrentados pelo setor, muitas das ações estão sendo desenvolvidas em outros países e neste caso passam por adaptações específicas para se enquadrarem a realidade brasileira. Cabe ressaltar que toda previsão de possível normalidade e recuperação do turismo está relacionada ao período de retomada, ou seja, quanto mais tardio for o retorno, mais demorada será sua recuperação.

### **3.3 As Estâncias Turísticas e os Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo: política e espacialização.**

O Estado de São Paulo possui destaque nacional em setores considerados importantes na economia. É responsável por 31% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (IBGE, 2017), e o 4º maior mercado consumidor da América Latina.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2017, o estado possui 45 milhões de habitantes distribuídos em 645 municípios (IBGE, 2017), municípios estes que se diversificam economicamente em atividades como indústria, pecuária e serviços, e possui como destaque sua capital como principal centro econômico do país.

O Estado conta com um dos melhores desempenhos nacionais em relação às condições de vida da população. Mais de 90% dos seus municípios apresentam alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Outro importante ponto se refere ao número de Universidades presentes no Estado, equivalente a 25% do total no país, são elas: Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e estão entre as principais do Brasil, contribuindo de forma significativa com ensino, pesquisa e extensão.

O Estado possui a maior rede gratuita de ensino técnico, profissionalizante e tecnológico do Brasil, com destaque para o Centro Paula Souza, responsável pelas Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs).

O turismo no estado se destaca por sua diversificação. Na capital e algumas cidades metropolitanas, o turismo de negócios assume um importante papel nacional e internacional. Algumas características são primordiais nesta definição, como sua



localização estratégica, e vias de acesso como aeroportos com fluxo nacional e internacional.

Outro fator que potencializa o turismo de negócios na cidade de São Paulo é a concentração de sedes de grandes empresas e seu destaque internacional. No ano de 2014, de acordo com a Associação de Convenções e Congressos Internacionais (ICCA), a capital foi o principal destino das feiras internacionais realizadas no país.

O interior e o litoral destacam-se por suas atividades econômicas e de lazer. Diante de uma importante diversidade e potencialidades voltadas ao turismo, é importante que os órgãos gestores estaduais trabalhem em favor da formulação de políticas públicas que contemplem o desenvolvimento pleno da atividade em todo Estado. Ao cruzar informações sobre o turismo nos estados brasileiros, disponibilizadas pelo Ministério do Turismo e Sebrae, em 2015, o estado de São Paulo é apresentado em primeiro lugar no Brasil no que se refere a competitividade no turismo nacional (Quadro 4).

**Quadro 4** – Maiores Índices de Competitividade no turismo nacional - 2015

<b>CIDADE</b>	<b>ÍNDICE</b>
São Paulo (SP)	83,2
Rio de Janeiro (RJ)	81,1
Porto Alegre (RS)	81,0
Curitiba (PR)	80,4
Belo Horizonte (MG)	79,2
Recife (PE)	77,2
Salvador (BA)	77,0
Foz do Iguaçu (PR)	76,3
Florianópolis (SC)	75,9
Vitória (ES)	75,2

Fonte: Retirado de Souza (2020, p.53). Adaptado pela autora (2021).

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério do Turismo, o estado de São Paulo possui destaque no fluxo nacional e internacional de turistas. Os dados relacionados à chegada de turistas por São Paulo apresentam o número de 2.144.606 de turistas em 2017 e 2.250.994 em 2018, destes mais de 90% são acessos aéreos (MTUR, 2019, p. 264). No cenário nacional, São Paulo concentra 32,5% do total das entradas em 2017 e no ano seguinte atinge a marca de 34% das chegadas totais no Brasil.

As informações apresentadas reforçam o importante papel do estado de São Paulo no turismo internacional, e isso se deve a presença do número de aeroportos e,

principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos, responsável por inúmeros pousos e decolagens nacionais e internacionais. Quando comparados ao fluxo interno registrado, embarques de passageiros nos aeroportos representam 30,5% de todo o movimento de voos domésticos no país (MTUR, 2019, p. 335).

Sobre a importância dada ao fluxo nos aeroportos do Estado, foi criado, em 2019, o programa SP Pra Todos, com o objetivo estimular o crescimento no setor da aviação em todo o estado. Dentre as principais ações e medidas, está a redução na alíquota do ICMS que incide diretamente sobre o principal combustível (querosene) utilizado de 25% para 12%, o que contabiliza em torno de 40% do custo operacional das companhias aéreas (SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Uma contrapartida presente na proposta inclui o aumento do fluxo aéreo, ou seja, o aumento de voos em todo o estado, principalmente em cidades que não eram atendidas por linhas comerciais regulares. Desta forma, os números previstos pelo regulamento é de que os voos para as novas cidades sejam elevados para, no mínimo, 490 decolagens semanais (SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Outro destaque do Estado de São Paulo se refere à modalidade turismo de negócios, eventos e convenções. Um ponto importante nestas modalidades é que sua ocorrência se dá ao longo de todo ano, não há necessidade de clima favorável ou problemas com a sazonalidade presente no turismo de lazer. Desta forma, muitas vezes, essa tipologia de turismo é o que movimentava o setor hoteleiro em períodos em que a procura para o descanso diminuiu, é comum verificar redes de hotéis remodelando sua infraestrutura para atender a necessidade de espaço para a realização de eventos e convenções.

O estado de São Paulo possui um histórico relevante para a mobilização de políticas públicas específicas para organizar a atividade turística, principalmente no que se refere a ações que vão ao encontro com a proposta de regionalização feita pelo Ministério do Turismo.

A gestão do turismo no Estado é norteada de acordo com políticas específicas determinadas pela Secretaria Estadual de Turismo criada em janeiro de 2011, pelo Decreto 56.635 e se organiza pelo Decreto nº 56.638/2011 e alterado inciso II do artigo 3º pelo Decreto 57748/2012 (SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015), trata-se de uma Secretaria passível de alteração de acordo com cada nova gestão estadual.

Atualmente, todos os estados brasileiros possuem Secretarias Estaduais de Turismo, justamente por ser considerada uma atividade relevante para a economia e desenvolvimento das localidades. A atuação de cada secretaria é proposta de acordo com as características e tipologias de turismo de cada estado e, desta forma, tem como objetivo potencializá-las, sempre em conformidade com a legislação e práticas definidas pelo Ministério do Turismo.

De acordo com a Secretaria Estadual de Turismo do Estado de São Paulo, sua “função é promover o turismo como atividade econômica de forma estratégica, contribuindo para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o Estado” (SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, s/p). Outras atribuições apresentadas são:

Planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as políticas de promoção do turismo; formular diretrizes para o desenvolvimento de ações, planos e programas, inclusive mediante a execução de obras relativos ao turismo no Estado; apoiar outras instituições, particulares ou não, para a criação de políticas que incrementem o turismo; difundir as atrações turísticas de todo o Estado de São Paulo, dentro e fora do país; organizar permanentemente um inventário sobre o potencial turístico do Estado; incentivar a criação de escolas e cursos destinados à capacitação de profissionais para o exercício de atividades relacionadas ao turismo; elaborar o calendário turístico do Estado. (SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, s/p).

A estrutura da Secretaria Estadual envolve, também, o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR), o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho do Turismo Regional. (SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO DE SÃO PAULO, 2015). Esta forma de organização atua principalmente na proposta de gestão dos municípios classificados como estâncias turísticas e municípios de interesse turístico, uma das principais políticas de atuação no turismo do Estado de São Paulo.

A estrutura Administrativa é composta pelo Secretário Estadual de Turismo, nomeado e subordinado ao Governador do Estado, e, a cada mudança de gestão, a possibilidade de troca pode causar uma ruptura na continuidade das ações, situação presente nas gestões municipais e federais. Outro aspecto que deve ser destacado é que nem sempre a política de turismo faz parte da agenda de atuação da gestão em exercício, o que, mais uma vez, impossibilita a continuidade das políticas públicas

relacionadas ao turismo e pode ser considerado um ponto extremamente negativo no processo de desenvolvimento da atividade em qualquer localidade.

A Secretaria Estadual define e norteia leis, decretos, normativas de acordo com a política atual de governo proposta. O Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) foi criado pela Lei nº 6.470, em 1989 com o objetivo de transferir recursos diretos para a execução de obras e programas ligados ao desenvolvimento do turismo nas cidades reconhecidas como estâncias e municípios de interesse turístico.

O DADETUR assume o papel de direcionar recursos às localidades que já possuem o título de estância turística ou município de interesse turístico mediante um convênio formalizado após a aprovação da proposta do projeto na Assembleia Legislativa de São Paulo. Conforme estabelece o Decreto nº 36.856/93, o DADETUR necessita de um Conselho para que toda sua atividade seja supervisionada e haja controle e planejamento na para a distribuição dos recursos aos municípios, neste caso, denominado Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias (COC). A composição do COC é determinada da seguinte forma:

§ 1º - O COC será composto por 9 (nove) membros efetivos, nomeados pelo Governador, na seguinte conformidade:

1 - 1 (um) de sua livre escolha;

2 - 1 (um) indicado pela Secretaria de Planejamento e Gestão;

3 - 1 (um) indicado pela Secretaria da Fazenda;

4 - 1 (um) indicado pela Secretaria de Turismo;

5 - 2 (dois) indicados pelo Conselho Estadual de Turismo;

6 - 3 (três) indicados pela entidade representativa dos Municípios Turísticos, sendo 2 (dois) Prefeitos de Estâncias e 1 (um) Prefeito de Município de Interesse Turístico, por meio de lista sêxtupla. (ARTIGO 4ª, LEI Nº 16.283, DE 15 DE JULHO DE 2016).

De acordo com a mesma Lei, tais membros serão nomeados para o período de dois anos, permitida a recondução, podendo ser substituídos a qualquer tempo, tais funções são consideradas como serviço público relevante de caráter fiscalizador. No entanto, não se trata de uma função remunerada.

Outra proposta feita pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo que se relaciona ao DADETUR é o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos – FUMTUR. Estabelecido pela Lei nº 16.283, de 15 de julho de 2016, destinado ao desenvolvimento de programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos, o FUMTUR deve ser constituído por:

- I - Dotação orçamentária anual correspondente a 11% (onze por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias no exercício imediatamente anterior, limitada ao valor inicial da última dotação atualizado pela variação anual nominal das receitas dos impostos estaduais estimada na subseqüente proposta orçamentária;
- II - Créditos adicionais e suplementares que lhe sejam destinados;
- III - auxílios, doações e contribuições de qualquer natureza;
- IV - Transferência de recursos, mediante convênios ou ajustes com entidades de direito público ou organismos privados nacionais e internacionais;
- V - Produto das operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
- VI - Outros recursos eventuais. (ARTIGO 4ª, LEI Nº 16.283, DE 15 DE JULHO DE 2016).

Os recursos referentes ao Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos devem ser utilizados em conformidade com as normas e competências dos sistemas de administração financeira e orçamentária do Estado para que não haja gastos superiores. Desta forma, a proposta prevê que os próprios destinos turísticos sejam corresponsáveis pela manutenção do fundo diante da arrecadação de impostos gerados com a atividade turística.

Outra forma de incentivo financeiro para a gestão do turismo no Estado de São Paulo é uma iniciativa em parceria entre a Secretaria de Turismo e a Desenvolve São Paulo, com apoio da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES. O Programa Crédito Turístico foi criado em 2019 e propõe facilidades em linhas de financiamento para gestores públicos e empresas privadas do setor. O programa não se refere apenas às estâncias turísticas e municípios de interesse turístico no estado.

Com importante atuação na gestão da atividade em São Paulo, o Conselho Estadual de Turismo (CONTURESP) foi criado em 1965 e tem por finalidade opinar, sugerir, indicar e propor medidas para desenvolver o turismo no Estado de São Paulo. É composto por representantes de organizações ligadas ao setor do turismo (público ou privado), e quem preside o CONTURESP é o Secretário Estadual de Turismo em exercício.

A proposta dos conselhos, independente se sua atuação é local, regional ou estadual, está essencialmente na gestão participativa e na construção da proposta de que as decisões precisam ser tomadas por todos os interessados. No entanto, é importante que todos tenham conhecimento desse espaço de construção e decisão coletiva, caso contrário as decisões acabam ficando nas mãos de uma pequena parte com interesses particulares.

Outro conselho proposto pelo governo do estado de São Paulo é o Conselho do Turismo Regional Paulista, que possui a função de desenvolver o turismo regional de forma integrada juntamente aos demais órgãos, entidades do setor público e privado. Composto por membros indicados pelos conselhos municipais de turismo, o que propõe uma gestão que contemple as particularidades de cada região do Estado de São Paulo.

### *3.3.1 Turismo e gestão participativa no Estado de São Paulo*

O conceito de gestão participativa não pode ser considerado essencialmente novo, por mais que as tentativas de atuação e aplicação da proposta em diversos setores da sociedade tenham crescido nos últimos anos. No turismo, a proposta vem sendo discutida nas últimas duas décadas e muitas vezes relacionada ao conceito de turismo com base comunitária.

A gestão participativa pode ser considerada como o processo de diálogo que tem por objetivo incluir todos os grupos e setores envolvidos em uma questão específica. Nesse processo, é possível compartilhar conhecimentos sobre um tema, identificar desafios, planejar ações e tomar decisões coletivamente.

Vários povos e comunidades tradicionais já tinham como prática modelos de gestão que permitem o compartilhamento são estes: aldeias, cidades pequenas que compartilham conhecimentos e tomam decisões em conjunto, em processos nos quais todos participam aos poucos, essa abordagem foi também sendo incorporada à administração pública.

No Brasil, o desenvolvimento de um ambiente político social mais propício às práticas de gestão participativa está relacionado ao processo de redemocratização ocorrido na década de 80 do século XX. Nesse contexto está a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que prevê mecanismos de participação popular na gestão pública, posteriormente regulamentados por leis específicas (UNESP, INTRODUÇÃO À GESTÃO PARTICIPATIVA, p.6).

A atual gestão de turismo no Estado de São Paulo prevê, entre suas ações, apresentar propostas que proporcionem uma gestão participativa, isso inclui a atuação dos conselhos e a realização de reuniões com profissionais de departamentos relacionados ao turismo. De acordo com a secretaria, cada setor apresenta o trabalho efetuado aos demais profissionais de outras áreas no sentido de

aperfeiçoar os programas (monitoramento). No entanto, trata-se de uma proposta interna e mesmo que vise criar um ambiente participativo, pode excluir parte dos envolvidos com o turismo.

Por mais que o discurso e a teoria estejam atrelados ao planejamento participativo do turismo no Estado de São Paulo, percebe-se a ausência de efetividade prática que inclua todos os agentes envolvidos no processo. No caso, trata-se de atividades nas quais a gestão participativa se limita ao interesse de poucos, muitas vezes relacionados ao meio político administrativo da pasta.

Outro papel exclusivo do poder público na gestão do turismo se refere ao de regulador e incentivador das ações que podem possibilitar o desenvolvimento integral e responsável e desta forma será possível mediar propostas entre a comunidade local, conselhos e iniciativa privada.

Os interesses do poder público devem estar relacionados a comunidade em que representa, portanto, assumir responsabilidades com o desenvolvimento do turismo em certas localidades precisa inicialmente fortalecê-la para que o turismo assuma um papel de gerador de oportunidades, uma comunidade ativa e bem representada se fortalece diante de uma atividade tão promissora.

Segundo Pupo, “o processo de desenvolvimento do turismo no estado de São Paulo, especialmente do turismo interno, teve início através das estâncias, que são localidades definidas em lei estadual (...)” (PUPO, 1974, p.3).

Na década de 1990, o Governo do estado adotou uma política de trabalho em que o turismo passou a ser considerado de acordo as potencialidades existentes em cada região, a proposta surge com o objetivo de descentralizar a gestão dos municípios turísticos e faz parte da proposta feita pelo governo federal de regionalização e municipalização do turismo como núcleos para o desenvolvimento local.

Trabalhar o turismo de forma regional tomou um novo formato em 2002 quando o Decreto nº47. 180 instituiu o Circuito das Frutas e em 2004 com a criação do mapa do turismo regional do estado. Desde então, este se divide turisticamente em 15 macrorregiões e subdividido em 34 regiões turísticas (SECRETARIA DE TURISMO, 2016).

Artigo 1º - Fica instituído o Projeto "Circuito das Frutas", integrado pelos Municípios de Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira, Valinhos, Vinhedo e outros, mediante adesão, desde que observadas as condições mínimas a serem estabelecidas em resolução conjunta dos Secretários da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo e de Agricultura e

Abastecimento (ARTIGO 1º, DECRETO Nº 47.180, DE 2 DE OUTUBRO DE 2002).

Com o fortalecimento e criação do Ministério do Turismo em 2003, ações e políticas direcionadas para setor passaram a ser implementadas o que de certa forma auxiliou os Estados na elaboração de medidas próprias embasadas no norte dado pelo Ministério do Turismo. O Estado de São Paulo já possuía algumas medidas para o desenvolvimento do turismo no Estado, principalmente relacionado as estâncias que passou a se fortalecer.

O Governo do estado de São Paulo tem se mobilizado em favor da criação de novas políticas públicas com o objetivo de fomentar o turismo em todo estado. Mesmo diante de políticas que podem ser consideradas estruturadas e atuantes, como é o caso das citadas acima, novas ações são propostas de acordo com a necessidade de cada região, como a criação dos chamados distritos turísticos regionais.

Em fevereiro de 2020, foi publicada, pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, uma nova estratégia de desenvolvimento turístico, proposta que se assemelha a ideia de *clusters* de desenvolvimento. Na oportunidade, foi assinada uma autorização, pelo Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Turismo, para criação da mais recente política pública denominada Distritos Turísticos Regionais.

Os distritos turísticos regionais seriam áreas criadas de forma específica definida pela administração pública local e regional, exclusiva para a instalação de um ramo de atividade econômica, neste caso, o turismo. Poucas são as informações técnicas a respeito e até o momento a lei não foi redigida e apresentada a Assembleia Legislativa de São Paulo.

A seguinte proposta se assemelha ao Projeto de Lei nº 82 /2016, que tinha como objetivo a criação de espaços também classificados como distritos turísticos regionais, que foi vetada, em 2019, pelo Governador, sob a justificativa de não ser aderente à política pública estadual para fomento do turismo, delineada pela Constituição Bandeirante e pela legislação infraconstitucional.

A nova proposta divulgada pelo Governo do Estado, até o segundo semestre de 2020, não foi apresentada em forma de projeto de lei, o que impossibilita uma abordagem comparativa com a proposta feita em 2016 e vetada em 2019. No entanto, após sua publicação este exercício poderá ser realizado e desta forma, as verificações deverão ser feitas para uma melhor compreensão sobre os fatores aprimorados pelo Governo do Estado de São Paulo.



### 3.3.2 Estâncias e Município de Interesse Turístico

O termo estância é originalmente europeu que se refere às estações hidrominerais, termais, climáticas e balneárias muito frequentadas por turistas que buscam além de momentos de lazer, também bem-estar e saúde. No Brasil, o termo foi adotado inicialmente pelo estado de Minas Gerais, durante os anos de 1926 e 1936, “com a criação de infraestrutura turística nos municípios com potencial, eram considerados “oásis” por serem locais de lazer, ar puro, contato com a natureza, originando um afluxo de população flutuante [...]” (PUPO, 1974, p.38-39), os estados de Santa Catarina e São Paulo também assumiram a terminologia para classificar espaços em localidades com o mesmo perfil.

O Decreto Lei nº 7.841 Código de Águas Minerais da União de 1945 fortaleceu o estado de São Paulo no reconhecimento das estâncias hidrominerais, pois o estado já possuía qualificações específicas definidas no Decreto que estabeleceu requisitos mínimos para a instalação e funcionamento de uma estância hidromineral, que eram locais com as características que lhes confirmam uma ação medicamentosa (CEPAM, 2009). As diretrizes para a criação de estância hidromineral ou balneária foram estabelecidas a partir do Decreto Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969 que dispõe sobre a organização dos Municípios.

A criação de estâncias de qualquer natureza dependerá de aprovação dos órgãos técnicos competentes do Executivo estadual e de voto favorável da maioria absoluta da Assembleia Legislativa.

§ 1º - As estâncias hidrominerais dependerão da comprovação da existência, no território do Município, de fontes naturais de água dotada de qualidades terapêuticas e em quantidades suficientes para atender aos fins a que se destinam.

§ 2º - As estâncias climáticas e balneárias dependerão de comprovação da existência de condições relativas ao clima altitude e outros requisitos que favoreçam a instalação de hotéis, sanatórios e similares.

As estâncias hidrominerais serão administradas por Prefeitos com conhecimentos de administração municipal, nomeados pelo Governador, com prévia aprovação da Assembleia Legislativa. (ARTIGO 118º, ARTIGO 119º, DECRETO - LEI Nº 9, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1969).

Em 1971, por meio do Decreto nº. 10.426/71, foram estabelecidos os critérios para a classificação dos municípios como estância hidromineral ou balneária e

regulamentada pelo Decreto nº 20/72. O documento determinava os critérios declarando que os anteprojetos ou propostas de criação de estâncias dependeriam essencialmente na esfera do Poder Executivo, de prévio exame e aprovação do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias da Secretária de Cultura, Esportes e Turismo.

Até 1976, apenas municípios com características hidrominerais e balneárias poderiam pleitear o título de estância. Com o estabelecimento da Lei nº 1457/77, as possibilidades foram ampliadas e passou a ser adotada a terminologia estância turística e as localidades que possuíssem atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, ou de recursos naturais e paisagísticos, poderiam obter o reconhecimento mediante cumprimento das normativas presentes na lei (FINO; QUEIROZ, 2012).

As estâncias são definidas como "municípios privilegiados que além de recursos naturais específicos, clima benéfico e paisagens notáveis oferecem atrativos de caráter permanente, com valor histórico, artístico ou religioso" (AULICINO, 1994, p. 35).

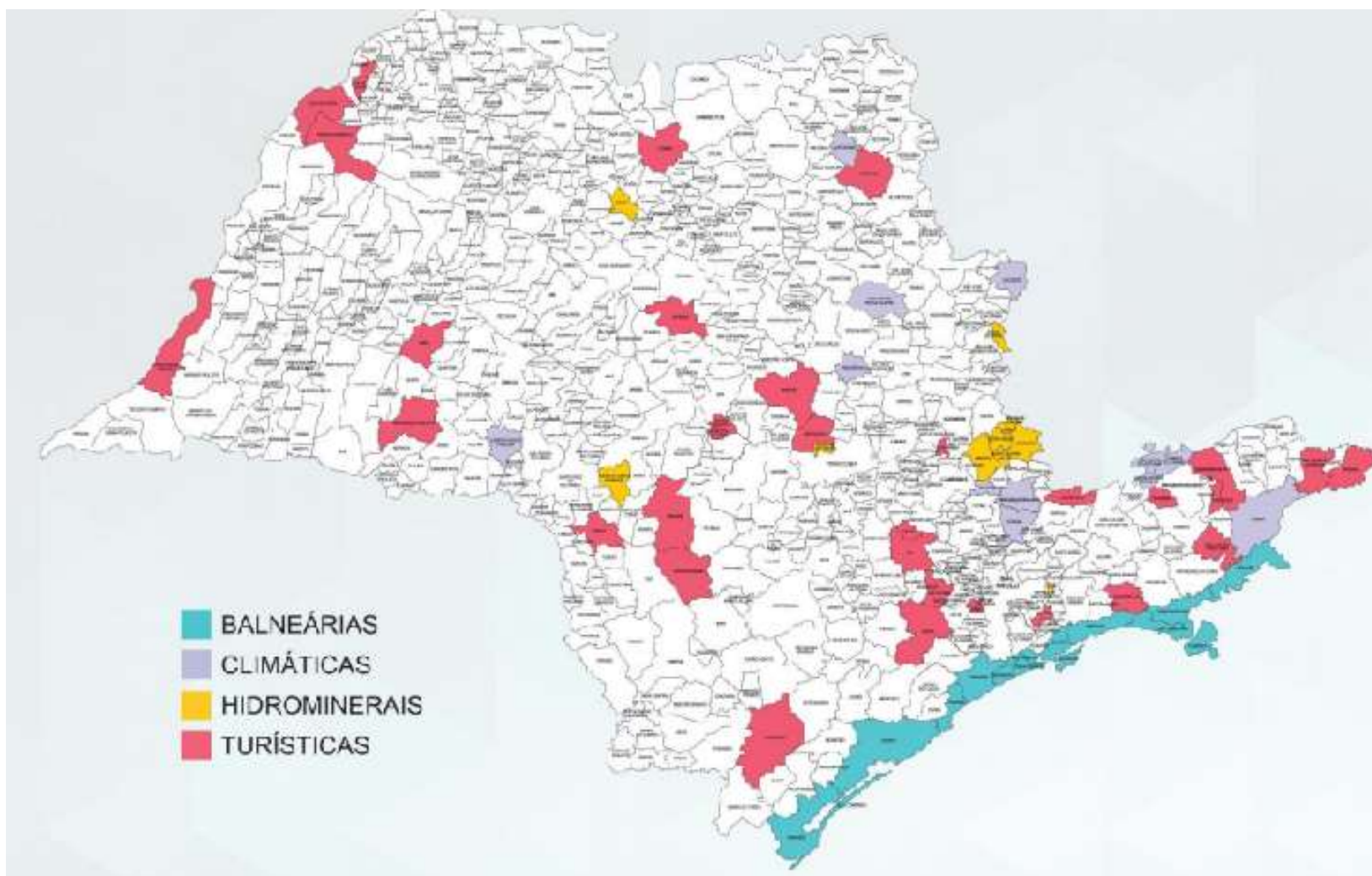
A Lei nº 1457/77 foi uma importante ferramenta que possibilitou a dinamização da atividade turística no estado de São Paulo e incluiu diversos municípios na escala do turismo estadual, nacional e internacional. Importante destacar que, até a Constituição de 1988, os seus prefeitos das estâncias paulistas eram nomeados pelo governador do Estado e muitos eram atraídos pela dotação orçamentária especial recebida pelo município, principalmente os pequenos municípios (AULICINO, 1994).

A política pública de reconhecimento e classificação de municípios turísticos no estado de São Paulo foi reformulada em 2015 pela Lei Complementar nº 1261/15 e tem por objetivo impulsionar melhorias e desenvolvimento nos locais em que a atividade turística ocorre, com o foco em obras de infraestrutura turísticas no município contemplado.

Na Lei mencionada, algumas modalidades de turismo que se enquadram na proposta: Turismo social, ecoturismo, turismo cultural, turismo religioso, turismo de estudos e de intercâmbio, turismo de esportes, turismo de pesca, turismo náutico, turismo de aventura, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos, turismo rural e turismo de saúde (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, LEI COMPLEMENTAR Nº 1261/15).

Atualmente, as modalidades podem ser agrupadas nas seguintes categorias: Estâncias Balneárias, estâncias climáticas, estâncias hidrominerais e estâncias turísticas, conforme apresentado no mapa (Figura 8).

**Figura 8 - Mapa das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo (2019).**



Fonte: MTUR, (2019).

Ao observarmos o mapa (Figura 8), é possível verificar que todas as consideradas estâncias balneárias estão localizadas no litoral. As estâncias hidrominerais, em menor número, continuam as mesmas da década de 1970, justamente por sua particularidade, e as estâncias turísticas espalhadas pelo Estado, inclusive na região onde está localizado o recorte deste estudo, o município de Santo Expedito.

Os recursos dos convênios que os municípios recebem provêm do Fundo de Melhoria das Estâncias, que é mencionado no artigo 146 da Constituição do Estado de São Paulo e funciona de acordo com a Lei nº 7.862/1992 (SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO, 2016).

§2º – O Estado manterá, na forma que a lei estabelecer, um Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, com o objetivo de desenvolver programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos.

§3º – O Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos terá dotação orçamentária anual correspondente a 11% (onze por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias no exercício imediatamente anterior, limitada ao valor inicial da última dotação atualizado pela variação anual nominal da receita de impostos estaduais estimada na subsequente proposta orçamentária.

§4º – Os critérios para a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos serão estabelecidos em lei, garantida a destinação de 20% (vinte por cento) para os Municípios de Interesse Turístico.

A receita que o Fundo disponibiliza para os municípios é composta pela somatória dos Impostos Municipais de todas as estâncias por meio da apresentação de seu DREMU (Declaração de Receita Tributária Própria Municipal). Há também uma dotação oriunda do Governo do Estado no próprio Plano Plurianual. O orçamento que é disponibilizado para cada cidade, anualmente, também varia de acordo com a participação do próprio município na composição do Fundo de Melhoria das Estâncias (LEI Nº 7.862, DE 1º DE JUNHO DE 1992).

Ao longo dos anos, a legislação que regulamenta e norteia ações voltadas a criação de estâncias no Estado de São Paulo sofreu algumas alterações e atualizações. Com base inicial na Constituição do Estado de São Paulo de 1967, a legislação sofreu atualizações em 1971, com a definição de requisitos mínimos para criação de estâncias hidrominerais, climáticas e balneárias; em 1977 com a criação da classificação de estância turística; em 1989 com a criação do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE); e em 1996 a ementa constitucional

nº 4 estabelece um percentual mínimo de 10% destinado a dotação orçamentária oriundos da arrecadação dos impostos municipais das estâncias.

O quadro a seguir apresenta um breve histórico das principais políticas públicas norteadoras do turismo no estado, desta forma é possível observar que desde o início, as primeiras atividades foram voltadas ao reconhecimento, classificação e fomento de estâncias de acordo com suas potencialidades (Quadro 5).

**Quadro 5** - Histórico das principais Leis e Decretos para o Turismo no Estado de São Paulo.

<b>LEI/ DECRETO</b>	<b>OBJETIVO</b>
1945 - Decreto Lei nº 7841/45	Código de Águas Minerais da União - Requisitos mínimos para a instalação e funcionamento de uma estância hidromineral.
1971 - Decreto nº 10.426/71	Define novos critérios para a classificação dos municípios como estância hidromineral ou balneária.
1972 - Decreto nº 20/72	Regulamentação da classificação proposta pelo Decreto nº 10.426/71.
1977 - Lei nº 1457/77	Passa a ser adotada a terminologia estância turística, ou seja, localidades que possuir atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, ou de recursos naturais e paisagísticos.
1989 - Lei nº 6470/89	Criação do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) entre outras atribuições, transferir recursos diretos para a execução de obras e programas ligados ao desenvolvimento do turismo nas cidades reconhecidas como estâncias.
1992 - Lei nº 7862/92 – (Revogada pela Lei nº 16.283/16, a partir de 1º de janeiro de 2017).	Estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para transferência e aplicação de seus recursos.
1996 – Emenda Constitucional nº 4	Altera o parágrafo 2º do Artigo 146 da Constituição Estadual, estabelece o percentual destinado à dotação orçamentaria que deverá ter um piso de 10%, no mínimo, da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das estâncias, no ano anterior e fixa critério para aplicação dos recursos.
2002 – Decreto nº 47.180/02	Institui o Projeto "Circuito das Frutas".
2011 - Decreto nº 56.635/11, (organizada pelo decreto nº 56.638/11 e alterado inciso II do artigo 3º pelo Decreto nº 57748/12).	Criação da Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo

2015 - Lei Complementar nº 1261/15	Regulariza ações para impulsionar melhorias e desenvolvimento nos locais em que a atividade turística ocorre, com o foco em obras de infraestrutura turísticas no município contemplado. Estabelece novos critérios para candidatura e escolha dos municípios/ cria a categoria de MIT.
2016 – Resolução ST 14	Estabelece parâmetros para elaboração do Plano Diretor de Turismo dos municípios e dá outras providências conforme Lei Complementar Estadual nº1.261/2015.
2016 – Lei nº 16.283/16	Dispõe sobre o Fundo de Melhorias para os Municípios Turísticos.

Fonte: Fino e Queiroz (2012, p.5), Mtur (2020). Organizado pela autora (2020).

Outro importante fator no processo de classificação é a presença e atuação do Conselho Municipal de Turismo local (COMTUR). Entende-se o COMTUR como: “um colegiado de entidades representativas da comunidade e do setor público e tem como responsabilidade assessorar na definição e implementação das políticas municipais de turismo” (MTUR, 2018).

De acordo com o Ministério do Turismo (MTUR, 2018), o COMTUR precisa ser o primeiro passo ao se pensar em políticas públicas para um desenvolvimento integrado, pois se trata de um canal de participação de todos os envolvidos no setor com a finalidade de implementação, monitoramento, avaliação e solução de continuidade de políticas públicas mais eficientes.

Para o Secretário Estadual de Turismo em São Paulo, Vinicius Lummertz<sup>14</sup>, os conselhos favorecem a união de esforços pelo desenvolvimento do setor e proporcionam um diálogo qualificado por melhorias no destino com a adoção de iniciativas integradas nos municípios (SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO, 2019).

O processo de criação de um COMTUR conta com algumas deliberações determinadas pelo poder público. Neste caso, é necessário que o município estabeleça um decreto ou lei que regulamente a formação e atuação do Conselho Municipal de Turismo durante um determinado período. No município de Santo Expedito, o primeiro Decreto foi o de nº 2.077 estabelecido no ano de 2015, homologando a composição da diretoria do COMTUR até o ano de 2017, e renovada por meio do Decreto de Lei nº 2.384 de vinte e seis de setembro de 2018, válido até 2020.

<sup>14</sup> Secretário de Turismo do Estado de São Paulo desde janeiro de 2019. Foi ministro do Turismo de abril de 2018 a dezembro de 2019, presidente da Embratur de junho de 2015 a abril de 2018 e secretário nacional de Políticas de Turismo de setembro de 2012 a maio de 2015.

Sobre sua composição, algumas orientações são dadas, porém não há limitação do número de participantes. O Mtur recomenda que 1/3 dos seus membros represente o poder público, 1/3 da iniciativa privada e 1/3 da sociedade civil organizada (MTUR, 2018). Todos os membros precisam ter participação ou ligação com a cadeia produtiva do turismo, independente de quem esteja representando no Conselho.

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 1261/2015, aos municípios que pleiteiam o reconhecimento como Estância ou MIT é necessário “manter Conselho Municipal de Turismo devidamente constituído e atuante” antes mesmo do pedido, o que mostra a autonomia do município diante da atividade turística.

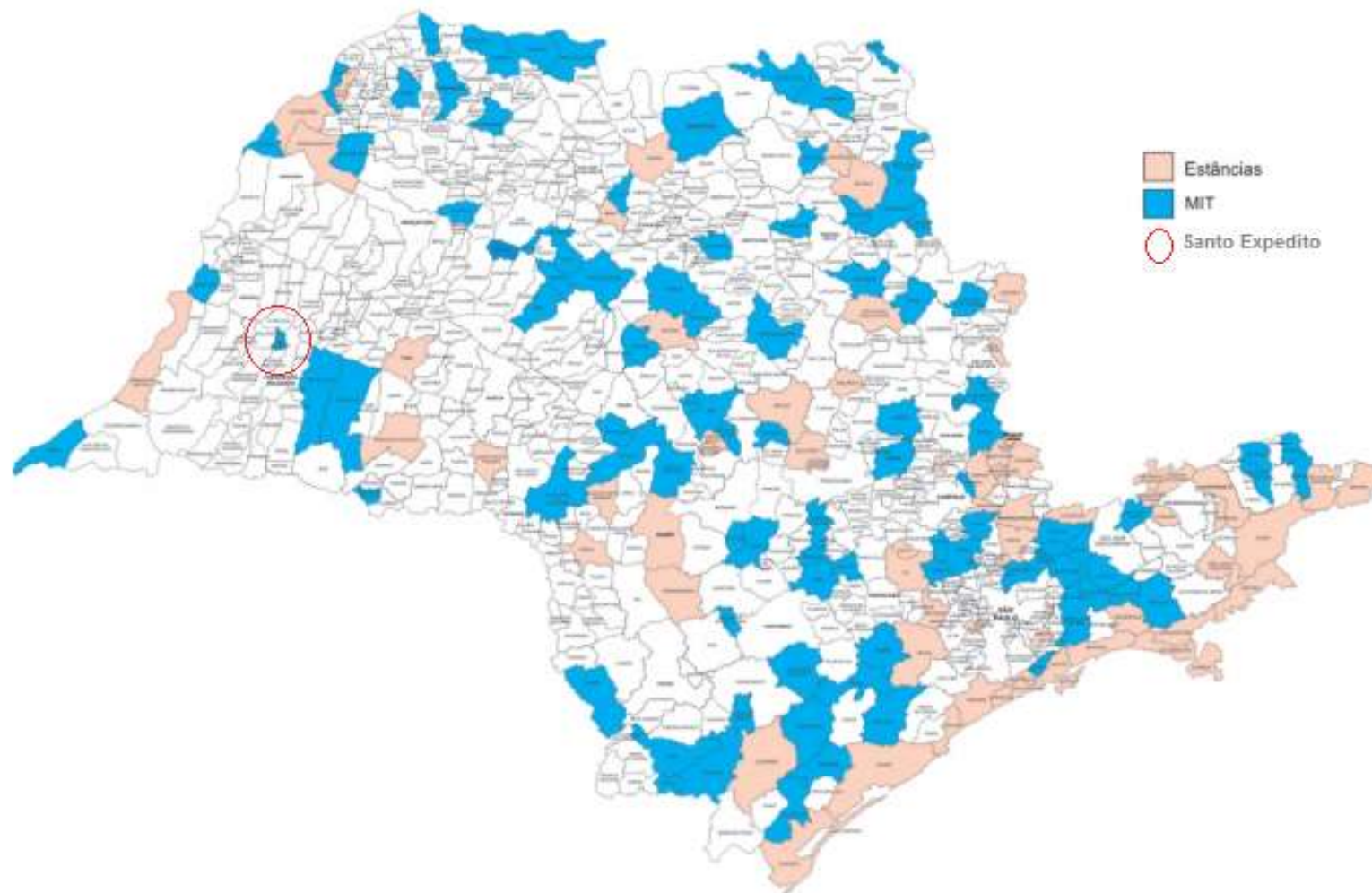
Entre 1947 e 2003, 67 municípios possuíam tais classificações e com a Lei nº 1261/2015 um número limite foi estabelecido, atualmente, 70 municípios podem ser classificados como estância e 140 como MIT.

Existem algumas diferenças que estabelecem as classificações (estância e MIT), são estas: o tempo em que a atividade turística vem se desenvolvendo (destino consolidado); equipamentos e atrativos turísticos já existentes; e a receita específica decorrente a atividade no município. Ressalta-se que entre estâncias e MIT os valores disponibilizados são diferentes, ou seja, enquanto um MIT recebe, em média, aproximadamente R\$600 mil reais, uma estância pode chegar a R\$ 5 milhões de reais por ano. Nesse quesito, os destinos com maior fluxo turístico geram um montante maior de impostos, portanto, os valores recebidos são equivalentes.

Atualmente, no Estado de São Paulo, 140 municípios possuem o título de MIT, e 70 reconhecidas como estâncias turísticas. Pela primeira vez desde a criação da Lei, em 2015, o número máximo estabelecido foi atingido, dado que pode ser justificado pelo tempo de ajuste de projetos antigos e abertura para novos municípios. Vale ressaltar que a Lei nº 1261/2015, em seu artigo terceiro, delimita um número máximo de habitantes que o município interessado precisa possuir, sendo assim, poderão ser classificados como Estâncias Turísticas os municípios com até 200.000 (duzentos mil) habitantes, observado o censo demográfico decenal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, salvo aqueles assim classificados antes da publicação desta Lei Complementar (Figura 9).



**Figura 9 - Mapa Estâncias Turísticas e MIT's**



Fonte: Secretaria Estadual de Turismo e São Paulo (2019). Adaptado pela autora (2021).

Algumas características são atribuídas aos municípios que possuem interesse em pleitear o reconhecimento de MIT ou estância turística no estado. Em seu art. 4º do capítulo 3 são apresentadas as condições indispensáveis e cumulativas para o reconhecimento enquanto MIT. São estes:

- I – Ter potencial turístico;
- II – Dispor de serviços médicos emergenciais e, no mínimo os seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem no local ou na região, serviços de alimentação e serviços de informação turística;
- III – Infraestrutura básica capaz de atender a população fixa e flutuante no que se refere ao abastecimento de água potável e coleta de resíduos sólidos;
- IV – Possuir expressivos atrativos turísticos, plano diretor de turismo, conselho municipal de turismo, previstos na Lei (ARTIGO 4º, LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015).

Caso o município possua tais características e competências, será necessário que um projeto de interesse seja redigido e entregue para que seja avaliado pela Assembleia Legislativa do estado por um deputado estadual que represente o município munido de alguns documentos como: Inventário turístico do município, estudo de demanda referente aos dois anos anteriores, cópia do Plano Diretor de Turismo e atas das seis últimas reuniões.

Após a apreciação na Assembleia Legislativa, o projeto deverá ser encaminhado a Secretaria do Estado para acareação final, quando aprovado o município deverá prestar contas de todos os gastos obtidos com a verba destinada, a cada dois anos o município passará por uma fiscalização geral para certificação de que as recomendações da lei sejam cumpridas, a localidade que não estiver de acordo com as determinações corre o risco de perder o reconhecimento e seus benefícios.

Os municípios turísticos contemplados pela classificação estadual que não conseguirem apresentar corretamente sua prestação de contas terão um prazo para revê-la e caso não consigam comprovar seus gastos mediante apresentação de notas fiscais e contratos estabelecidos poderão ser “rebaixados” para MIT (no caso de estâncias) ou perder diretamente o reconhecimento, o que se aplica tanto para MIT quanto para estâncias. Por outro lado, quando devidamente correta a prestação de contas o município tem a possibilidade de se manter como estância ou até mesmo pleitear uma nova classificação como estância, no caso de um MIT. Nestes casos,

além da prestação de contas correta, é necessário que o MIT tenha realizado importantes e necessárias alterações em sua estrutura física ao ponto do fluxo turístico e sua arrecadação com a atividade obtenha número significativos.

Sobre o repasse dos valores aos municípios contemplados, os critérios para sua utilização direcionam para infraestrutura básica turística previstas no plano de trabalho apresentado e aprovado junto ao projeto inicial. Entre os anos de 2010 e 2015, os valores destinados às estâncias turísticas do estado de São Paulo totalizaram R\$ 949.870.709,00, em um período em que menos de 70 municípios compunham o quadro, muitos destes desde o início da proposta na década de 1940.

Ao analisarmos os números apresentados (Quadro 6), é possível verificar uma oscilação nos repasses entre 2011 e 2015, em destaque está o ano de 2012 com um valor significativo de R\$ 322.966.291,38 destinados apenas para municípios classificados como estâncias no estado de São Paulo. Considerando que, em 2011, não houve nenhum motivo aparente que justifique o maior repasse em 2012, é possível que o valor esteja relacionado às etapas de contratos ligados às obras de infraestrutura com foco na Copa do Mundo realizada em 2015 no Brasil, no entanto, não há informações disponibilizadas que confirmem esta hipótese.

**Quadro 6 - Repasses de valores às Estâncias Turísticas de São Paulo**

<b>Ano vigente</b>	<b>Valor repassado</b>
<b>2011</b>	R\$ 178.010.525,77
<b>2012</b>	R\$ 322.966.291,38
<b>2013</b>	R\$ 137.699.097,63
<b>2014</b>	R\$ 207.261.738,14
<b>2015</b>	R\$ 103.933.056,33
<b>Total</b>	<b>R\$ 949.870.709,00</b>

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo. Organizado pelo autor (2020).

Atualmente (2020), o quadro limite proposto pela Lei está completo com 70 estâncias e 140 MITs, ou seja, mais municípios estão recebendo o repasse para o fomento da atividade e o montante geral ainda assim é menor do que dos anos anteriores a Lei, conforme apresenta o quadro abaixo (Quadro 7):

**Quadro 7 - Repasses de valores às Estâncias e Municípios de Interesse Turístico de São Paulo após a Lei 1.261/2015.**

<b>Ano vigente</b>	<b>Valor repassado</b>
<b>2016</b>	R\$ 74.034.478,40

<b>2017</b>	R\$ 75.375.870,50
<b>2018</b>	R\$ 94.694.665,00
<b>2019</b>	R\$ 182.891.404,00
<b>2020</b>	R\$ 79.625.225,40
<b>Total</b>	<b>R\$ 506.621.643,00</b>

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo. Organizado pelo autor (2020)

O quadro 7 apresenta o número de repasses realizados de acordo com as novas diretrizes estabelecidas em 2015. O ajuste nos projetos e atualização de documentações fez com que o número de municípios diminuísse no primeiro momento, bem como o valor dos repasses. No entanto, é notório o crescimento dos repasses nos anos seguintes que acompanhou o aumento no número de municípios contemplados, em 2020 o número total de municípios estabelecido pela foi atingido, mas a pandemia paralisou as atividades e o início dos novos contratos.

Uma simples comparação entre os repasses possibilita uma reflexão sobre os valores dos recursos disponibilizados antes e depois da nova Lei. Ao serem comparados, é possível verificar uma diferença de 53% entre os períodos: antes um número menor de municípios concentrava um número maior de repasses, cabe um estudo mais aprofundado para verificar em qual período os repasses estão realmente de acordo com as arrecadações. Importante citar que as fontes pesquisadas não apresentam essa informação.

Outro dado a ser considerado é que a ampliação do número de oportunidades aos municípios possibilitou o fomento da atividade no interior do estado, um exemplo é o município de Santo Expedito, que, mesmo a mais de 600km de distância da capital, movimentou de forma significativa o turismo religioso na região em que está inserido.

Os investimentos potencializam o turismo nesses municípios, atraindo investimentos do setor privado e dinamizando a economia na escala local, desdobrando-se na melhora da qualidade de vida da comunidade por meio de empregabilidade e obras em infraestrutura que são compartilhadas.

Os dados econômicos do Estado de São Paulo voltados ao turismo reforçam seu potencial socioeconômico. A atividade turística representa 10% do Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo, correspondendo a 2,2 trilhões de reais no ano de 2018, segundo a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.

Frisamos que o turismo pode potencializar a economia, valorizando o social na escala local. Respalhando essa afirmação, pode-se verificar a potencialidade voltada

às micro e pequenas empresas que envolvem o setor. Tal realidade reflete nas estatísticas do estado, visto que atualmente conta com 7.269 microempresas registradas, contra 2.747 microempresas cadastradas no ano de 2015, de acordo com Pesquisa de Emprego do Setor de Turismo no Estado de São Paulo (PESP Turismo).

Relembra-se que, para que haja a consolidação do turismo em um município, este deve ser dotado de infraestrutura, assegurando a assistência básica aos munícipes e aos visitantes. Nesse sentido, os recursos destinados às Estâncias Turísticas e aos Municípios de Interesse Turístico utilizam esses recursos para projetos que diretamente não apresentam foco turístico, porém, sem esses programas e projetos indiretos no tocante ao turismo, não há o desenvolvimento dessa atividade.

## **4 A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O TURISMO RELIGIOSO DE SANTO EXPEDITO.**

### **4.1 Santo Expedito: desdobramentos políticos enquanto Município de Interesse Turístico (Mit).**

Segundo Wernet (2000), “não é o homem que escolhe os lugares sagrados e os caminhos que a ele conduzem. Ele apenas o descobre”. O turismo religioso em Santo Expedito (SP) é uma atividade recente que em duas décadas transformou o espaço em referência da atividade no estado e no país, suas ações são totalmente direcionadas pela igreja local, representada pela figura do Pároco.

O município está inserido na macrorregião intitulada como Sol do Oeste, juntamente com os Municípios de Presidente Prudente, Rancharia e Presidente Epitácio. No ano de 2019, obteve certificação de reconhecimento junto ao Ministério do Turismo e passou a compor o mapa do turismo nacional como destino do turismo religioso.

Dentro da proposta, o Ministério do Turismo identifica alguns pontos necessários para que a atividade turística seja estabelecida e, neste ponto, a criação do roteiro Sol do Oeste foi um dos principais fatores que contribuíram para a certificação de Santo Expedito.

As variáveis utilizadas na categorização dos municípios que integram o mapa do turismo brasileiro são: a quantidade e qualidade dos equipamentos turísticos (meios de hospedagem, aeroportos e acesso rodoviário, número de empregos formais no setor de hospedagem), Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério

do Trabalho e Emprego, estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/Ministério do Turismo); e IV – estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Internacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015).

Diante das variáveis apresentadas, podemos verificar que Santo Expedito se enquadra, diretamente, somente no quesito estimativa de turistas. No entanto, por fazer parte do Roteiro Sol do Oeste e pela proximidade de Presidente Prudente, que possui os demais quesitos, o município se enquadra na proposta feita pelo Mtur. Integrar o roteiro regional proporcionou um reconhecimento nacional ao turismo religioso de Santo Expedito.

O certificado emitido pelo Mtur qualifica Santo Expedito como parte do Mapa do Turismo Brasileiro (Anexo 2). A certificação é válida entre 2019–2021, com possibilidade de renovação, mediante atualização cadastral e de toda documentação necessária.

Além do certificado que comprova participação no mapa do turismo brasileiro, o município possui o reconhecimento como Município de Interesse Turístico (MIT) e compõe o quadro de destinos turísticos reconhecidos pela Secretaria de Turismo do estado de São Paulo. Tais reconhecimentos tem fortalecido o olhar da gestão municipal sobre o turismo religioso e que na verdade é totalmente organizado pela igreja local, neste caso a parceria surge como apoio, divulgação e melhorias possíveis na infraestrutura básica do município.

#### *4.1.2 Santo Expedito: Gestão participativa para o turismo religioso diante das políticas públicas enquanto MIT.*

Com o objetivo de verificar a atuação dos gestores municipais e o principal representante da igreja católica local em Santo Expedito, os questionários foram enviados no dia 26/02/2020, nos quais obtivemos retorno da prefeitura no dia 23/04/2020, e do ao pároco local em 27/05/2020 (Apêndice A e Apêndice B).

Os questionários foram compostos por perguntas referentes à atuação da gestão municipal e igreja católica local diante do cumprimento das ações propostas no projeto enviado à Assembleia Legislativa de São Paulo para a obtenção do título de Município de Interesse Turístico (MIT) e manutenção deste.

A proposta inicial desta etapa do projeto previa a realização de entrevistas presenciais com os principais agentes responsáveis pelos processos que envolvem

as atividades religiosas e a gestão dos recursos destinados pelo Governo do Estado. No entanto, diante da pandemia, os encontros, que seriam realizados no primeiro semestre de 2020, não foram possíveis e a medida encontrada foi o envio de questionários por e-mail.

O primeiro questionário a ser analisado foi direcionado à Prefeitura de Santo Expedito e respondido de forma coletiva por três responsáveis pela gestão municipal de Turismo. Foram elaboradas 15 perguntas relacionadas à gestão municipal e, dentre os respondentes, temos um graduado em Pedagogia que atua também como dirigente da Educação no município, o segundo com graduação em Letras, este por sua vez Presidente do COMTUR, e por fim, a Coordenadora de Turismo com formação superior em Eventos.

As informações apresentam o processo de construção da gestão municipal do turismo em Santo Expedito que, de 2015 a 2017, eram realizados basicamente pelo COMTUR e pela igreja católica, sem uma estruturação técnica. A partir de 2017, o município de Santo Expedito recebeu o título de Município de Interesse Turístico através da Lei nº 16.566, de 01 de novembro, pós o reconhecimento do município, como MIT, as ações voltadas ao turismo passaram a ser normatizadas e o COMTUR foi fortalecido com uma participação mais efetiva por parte de representantes do setor, e em 2019 foi instituída a Lei nº 1.651 de 13 de março que cria o Departamento de Turismo.

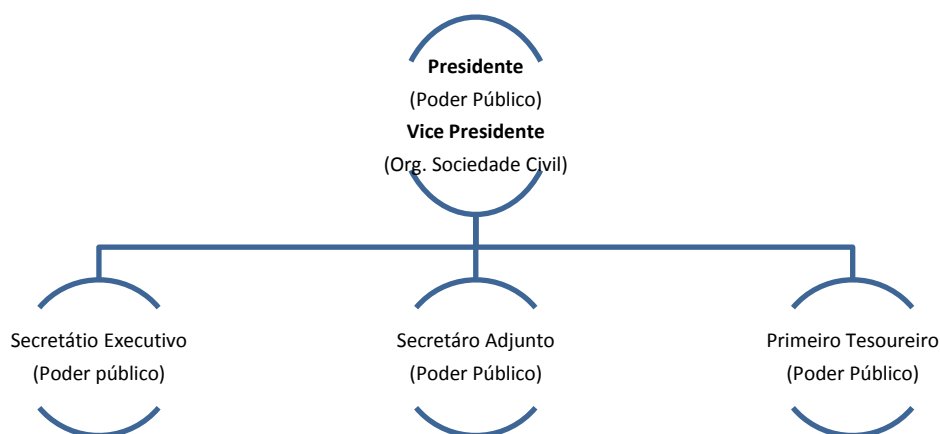
Uma informação importante encontrada durante pesquisas de leis relacionadas ao Turismo no Município é a de que, em 1997, foi estabelecida a Lei 1020/1997 que autorizava a Prefeitura Municipal assinar convênio junto ao Governo do Estado de São Paulo mediante a Secretaria de Esportes e Turismo, o documento destaca a possibilidade de auxílio para a realização de festividades carnavalescas e o aniversário do Município. No documento, não constam indicações e/ ou referências sobre o Turismo Religioso em Santo Expedito.

O COMTUR de Santo Expedito foi instituído por meio da Lei municipal 1540/2016, uma reformulação da Lei Municipal 1247/2005 mediante as diretrizes apresentadas na Lei Estadual que normatiza as estâncias e MITs no Estado de São Paulo. Na Lei atual, os membros possuem mandato de dois anos e, desta forma, em julho de 2019, homologado pelo Decreto 2448/2019 a nova composição com validade em 2021.

A atual gestão do COMTUR de Santo Expedito é composta por 12 membros oficiais. As reuniões são previamente comunicadas à população local e interessados.

Dentre os membros da nova gestão, quatro são representantes do poder público municipal, quatro representam a iniciativa privada e os outros quatro organizações da sociedade civil, nos quais quatro compõem a representatividade geral do conselho (Figura 10).

**Figura 10.** Organograma COMTUR Santo Expedito.



Fonte: COMTUR Santo Expedito (2019), organizado pela autora (2020).

O Programa de Regionalização do Turismo proposto pelo Ministério do Turismo certifica os Conselhos Municipais de Turismo dos municípios que compõe o Mapa do Turismo Brasileiro, uma forma de valorizar e reconhecer a atuação do órgão diante do turismo regional. A certificação acompanha a renovação do município no mapa e emitida mediante a inserção dos documentos no Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo (SISPRT).

De acordo com os representantes, o município vem aprendendo cotidianamente a garantir que as ações no âmbito do turismo sejam executadas e pretende melhorar a estruturação formal do departamento assim como a capacitação dos técnicos responsáveis continuamente. Outro importante e necessário documento que norteia as ações referentes ao setor é o plano diretor municipal de turismo, revisado a cada três anos, que, de acordo com os respondentes é atuante em Santo Expedito e, por meio da Lei Municipal 1689/2020, teve sua atualização aprovada até 2021, vale ressaltar que a primeira edição do plano diretor de turismo de Santo Expedito foi aprovada em novembro de 2015.

O planejamento das ações de desenvolvimento turístico no município é direcionado por meio de reuniões de planejamento junto aos setores envolvidos com



o objetivo de atender tanto o município quanto aos turistas. A prefeitura municipal conta com parcerias como o COMTUR, como espaço de discussão e tomada de decisões de forma participativa. O SEBRAE e a FATEC de Presidente Prudente contribuem com capacitações aos comerciantes locais e grupo de voluntários, e, no que se refere à parceria necessária durante os eventos, estão presentes a SABESP, ENERGISA, DER, POLÍCIA MILITAR e CIVIL, além do Santuário de Santo Expedito, mais precisamente a paróquia local.

Todas as parcerias são importantes no contexto geral do turismo local, o importante é que contemplem todos os envolvidos não se limitando ao foco no turista.

Os investimentos financeiros são necessários no desenvolvimento do turismo em qualquer localidade. Em Santo Expedito, existem os empenhos financeiros municipais, no entanto, as maiores partes dos recursos destinados ao turismo religioso provem da verba disponibilizada pelo Departamento de Desenvolvimento de Estâncias (DADE) aos Municípios de Interesse Turístico.

Diante do reconhecimento e classificação como destino de destaque dentro do turismo religioso, o município de Santo Expedito (SP) passou a ser contemplado com o valor total, até outubro de 2020, de \$1.375.738,58, valor este que foi disponibilizado inicialmente entre 2017 e 2019. Desta forma, foi importante verificar as modificações proporcionadas pelo recurso no município, além de analisar possíveis fatores que poderão ou não contribuir para o desenvolvimento local.

De acordo com as informações apresentadas pelos entrevistados, não existe, no município, um Fundo Municipal de Turismo que destina IPTU das empresas essencialmente comerciais ou de serviços voltados para o segmento. No entanto, ao pesquisar as leis referentes ao turismo no município, constatou-se que em agosto de 2019 entrou em vigor a Lei nº 1658/2019 que estabelece a criação do FUMTUR (Fundo Municipal de Turismo), que tem como principal objetivo autorizar abertura de crédito adicional especial para o turismo no município entre outras providências.

A lei que estabelece o FUMTUR direciona ações como: criação, define a parceria entre o poder público e o COMTUR (órgão fiscalizador), determina o que pode constituir o FUMTUR e em que poderão ser aplicados tais recursos, além de estabelecer que a gestão do fundo estará sob a responsabilidade do departamento municipal de turismo articulado junto ao departamento municipal de finanças e departamento municipal de planejamento (SANTO EXPEDITO, LEI MUNICIPAL CRIAÇÃO DO FUMTUR, 2019).

Sobre o FUMTUR, a Lei apresenta:

- I. Verbas oriundas de locação de espaços públicos cedidos ao COMTUR;
- II. Créditos espaciais ou orçamentários que sejam destinados pelo Município;
- III. Repasse de recurso Federais e Estaduais destinados ao Fundo Municipal de Turismo;
- IV. Vendas de publicações turísticas, como vídeos, livros, camisetas e demais materiais promocionais;
- V. Contribuições, patrocínios, subvenções, verbas promocionais e auxílio institucional dos setores públicos ou privados, obtidos pelo COMTUR;
- VI. Rendimentos oriundos da aplicação de seus recursos no mercado de capitais;
- VII. Rendimentos apurados com projetos realizados exclusivamente com recursos do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), como patrocínio, bilheterias e cessão dos espaços onde os eventos se realizarem, quando não revertidos a título de cachês ou direitos;
- VIII. Outras rendas eventuais. (ARTIGO 2º, CONSTITUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUMTUR, LEI MUNICIPAL CRIAÇÃO DO FUMTUR. 2019).

O artigo 3º da mesma Lei descreve em que situações os recursos poderão ser aplicados, e neste caso, as determinações são específicas ao turismo, de certa forma, podem possibilitar um direcionamento importante diante de tantas demandas impostas ao poder público. Dentre as aplicações apresentadas estão o pagamento pela prestação de serviços, programas e projetos de turismo e aquisição de material permanente e de consumo necessários para seu desenvolvimento, financiamento total ou parcial de projetos de turismo, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos e projetos turísticos e eventos (ARTIGO 3º, APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUMTUR, LEI MUNICIPAL CRIAÇÃO DO FUMTUR, 2019).

O Fundo Municipal de Turismo pode fortalecer a atividade local e se tornar uma importante ferramenta de controle e gestão dos recursos específicos para o turismo no Município de Santo Expedito.

No município, grande parte dos investimentos são direcionados à realização de eventos, visto que a presença dos eventos movimenta o fluxo turístico na localidade, além de capacitações de profissionais na área, materiais de publicidade e marketing e investimentos na infraestrutura local. Dentre os principais investimentos realizados com verba destinada pelo DADE (Verba destinada aos MIT's) até o presente momento, de acordo com os dados apresentados pelos entrevistados foram:

- 2017 - 1ª Etapa Reforma e Revitalização da Praça Central, com custo total de R\$408.433,15, destes R\$385.026,08 repasses do DADE e R\$23.507,07 com recursos municipais;
- 2018 - 2ª Etapa a construção da praça de alimentação, com custo total de R\$ 626.482,82, destes 594.781,59 repasses do DADE e R\$31.701,23 com recursos municipais;
- 2019 - Aprovação das obras de cobertura da praça de alimentação, com valor total previsto de 515.133,34, destes 395.930,91 repasses do DADE e R\$119.202,43 com recursos próprios;
- 2020 - Apresentação da proposta do projeto de acessibilidade do canteiro da avenida central enviado à DADE/ aguardando aprovação.

Devido às paralizações decorrentes da pandemia, no ano de 2020, as atividades e obras relacionadas ao repasse dos recursos da Secretaria de Turismo do estado de São Paulo foram suspensas. As obras previstas para o término de 2020 até setembro não haviam sido retomadas.

Seguem os registros das obras de revitalização realizadas entre o segundo semestre de 2017 e fevereiro de 2020 (Figura 11):

**Figura 11** - Obra inicial de revitalização da Praça Central de Santo Expedito (2018).



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

A praça central de Santo Expedito é um dos principais pontos de lazer do município, é próximo ao terminal rodoviário, posto de saúde, posto de combustíveis,

comércio. A igreja matriz retrata sua importância para os munícipes, bem como para o turismo. Sua revitalização já era proposta antes mesmo da disponibilização da verba do DADE, principalmente por ser, atualmente, o espaço em que se tem a maior concentração de peregrinos e devotos de Santo Expedito nos dias em que são realizados os eventos religiosos.

As fotos acima (Figura 11) apresentam a fase inicial da revitalização, a proposta incluiu uma “modernização” na arquitetura para que o espaço se tornasse mais arejado e espaçoso. A modernização incluiu a retirada do coreto central, bancos e algumas árvores que já se encontravam adoecidas, o que dividiu opiniões entre os moradores, os registros apresentados a seguir apresentam um comparativo do antes e depois da primeira revitalização realizada na praça central de Santo Expedito (Figura 12).

**Figura 12** - Praça Central antes e depois das obras de revitalização.



Fonte: Pesquisa de Campo (2018 e 2019).

A revitalização contou com a construção de um espaço específico para alocar os comerciantes da alimentação. Os antigos quiosques espelhados pela praça, na nova composição, estão juntos no espaço denominado praça de alimentação. A reformulação prevê facilitar o fluxo das pessoas em dias de grande movimentação (Quadro 8).

Os gastos totais com revitalização da praça central, construção da nova praça de alimentação foram de R\$ 1.550.000,00, dos quais R\$ 1.375.000,00 foram recursos oriundos do DADETUR pelo reconhecimento enquanto MIT e R\$ 174.000,00 recursos

disponibilizados pelo Governo Municipal, ou seja, 11% do montante empenhado na obra.



**Quadro 8 -** Obra de revitalização da Praça Central de Santo Expedito/ praça de alimentação/ centro de atendimento ao turista (2019-2021)



Fonte: Pesquisa de campo (2019/2021).

Outra obra realizada no mesmo período foi o recapeamento da área central do município, esta, por sua vez, realizada com recursos municipais (Figura 13). A obra custou aos cofres públicos R\$ 24.999,98, e foi concluída no ano de 2019, conforme observado durante pesquisa de campo realizada pela pesquisadora.

O recapeamento de vias principais beneficia principalmente os moradores que constantemente a utilizam e, portanto, deve estar presente em planejamentos municipais independente da presença do turismo no local. Trata-se de um direito de mobilidade para a população e que acaba sendo usufruído por visitantes e pelo turismo de modo geral.

**Figura 13** - Identificação de obra de recapeamento área central/ Recursos municipais.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A previsão de revisão do projeto de Município de Interesse Turístico de Santo Expedito junto a Assembleia Legislativa de São Paulo era 2020. No entanto, diante da pandemia, algumas medidas foram tomadas, colocadas como prioridades e o turismo sofreu paralisações no que se refere aos recursos destinados aos municípios. Todas as obras realizadas e previstas estão concentradas na praça central do município, onde são realizados os eventos religiosos, também um local importante para os moradores locais.

Sobre os desafios encontrados durante a gestão dos recursos destinados pelo governo estadual, os gestores municipais do turismo em Santo Expedito declararam

ser trabalhar com os valores dos repasses, pois as constantes diminuições nos valores dificultam projeções.

Um dos desafios na gestão do turismo é lidar com a sazonalidade e pensar em ações que preencham os períodos em que o fluxo turístico é menor. No que se refere a Santo Expedito, o dia de maior movimento é 19 de abril, desta forma, os gestores precisam pensar em dinamizar as ações para que os investimentos feitos se justifiquem. De acordo com os gestores municipais, a agenda anual de eventos diversificados proporciona um fluxo minimizando a sazonalidade e a parceria com a igreja católica possibilita o movimento de eventos religiosos durante o ano, são estes: “moto romaria, benção dos carros antigos, festa de maio de Santo Expedito, festa do milho, queima do alho, dentre outras”, de acordo com os entrevistados, “os eventos realizados pela gestão municipal são de caráter social e cultural todos gratuitos”.

Outro importante fator a ser considerado sobre a especificidade do turismo em Santo Expedito é que, por se tratar do turismo religioso referente a tradição católica, a prefeitura demanda buscar equilibrar as ações junto aos demais moradores que professam outras religiões. De acordo com representantes da gestão municipal, o município consegue realizar um trabalho articulado entre a igreja católica e as demais religiões. “Todos os responsáveis pelas igrejas são convidados a participar das reuniões de planejamento e costumam trazer grande contribuição”.

Foi elaborado um quadro que apresenta a sequência das perguntas realizadas juntamente com as respostas enviadas, o objetivo do quadro é apresentar na íntegra as devolutivas dos gestores municipais (Apêndice A e Apêndice B).

O segundo questionário a ser analisado foi direcionado ao responsável pela paróquia de Santo Expedito e respondido de forma individual, foram elaboradas 12 perguntas relacionadas a questões ligadas a gestão do turismo religioso, desafios e possibilidades. As atividades realizadas pela paróquia local são essenciais para o turismo religioso em Santo Expedito, portanto, verificar o ponto de vista do principal responsável pelas atividades é de extrema importância.

O pároco da igreja católica está a frente das atividades desde maio de 2009 e, com uma visão que captou as potencialidades do turismo religioso, possui hoje um papel fundamental na gestão das atividades religiosas, bem como na construção do Santuário de Santo Expedito. O responsável já desempenhou função política frente à Prefeitura de outro município entre 2001 e 2004, o que de certa forma, pode ter contribuído para uma postura emancipatória do turismo no município.



De acordo com o Pároco de Santo Expedito, responsável por organizar todas as atividades religiosas ligadas ao turismo religioso, o aumento no fluxo de visitantes se deu nos anos de 2000, e as ações de divulgação em mídias sociais, além da aparição e participação em programas da TV específica da religião católica permitiu uma visibilidade nacional, proporcionando o aumento do fluxo, principalmente no dia 19 de abril de cada ano.

Com o aumento do fluxo de peregrinos e turistas nos anos 2000, surge a ideia de construir o Santuário de Santo Expedito, que teve início em 2010, com a criação e elevação da capela de Santo Expedito em Paróquia Santuário de Santo Expedito. De acordo com o entrevistado, a maior dificuldade encontrada está relacionada à arrecadação de recursos para “elevação” por se tratar de um projeto muito grande (10 Mil metros quadrados) em um lugar de poucos recursos e a baixa credibilidade por parte dos empresários da região, o que limita possíveis contribuições. Porém, destaca a boa vontade e empenho dos munícipes e romeiros, os verdadeiros responsáveis pela construção até o momento.

Outra importante ferramenta utilizada para auxiliar na arrecadação de recursos para a construção do santuário dá-se por meio do pagamento de contribuições mensais de fiéis e “simpatizantes”. Os interessados podem “financiar” 1m<sup>2</sup> da construção que em sua totalidade custa R\$ 420,00 e pode ser dividido em até 12 parcelas, esses contribuintes recebem informações mensais sobre as obras, compõem um quadro de orações da paróquia e um azulejo com o nome anexado em um obelisco em frente a construção o santuário.

Os valores disponibilizados pelo DADE não podem ser direcionados às obras do Santuário de Santo Expedito. Todas as campanhas e atividades para angariar fundos são motivadas e estão sob a responsabilidade da igreja católica local, de acordo com o entrevistado, “o poder público alega que não legalidade para ajudar uma obra da Igreja, pelo fato de o Estado ser laico”.

Durante todo o ano, na semana do dia 19 de cada mês são realizadas quermesses com o objetivo de gerar fluxo e divisas que neste momento são direcionadas à construção do Santuário, de acordo com o pároco, algumas doações são feitas para a realização dos eventos, no entanto as despesas básicas são retiradas no lucro com a venda de alimentos e produtos religiosos.

Os principais eventos que compõem o calendário da paróquia de Santo Expedito são:

A festa do milho (Figura 14) possui um papel de destaque no calendário de eventos da paróquia e papel primordial na arrecadação de fundos para a construção do Santuário. Criada em 2008, ocorre todos os anos no mês de dezembro e todos os fundos arrecadados com a comercialização de produtos alimentícios, bingo e sorteio são destinados para o Santuário.

A festa consiste em celebrar de forma coletiva um dos produtos mais cultivados na região, uma festa gastronômica que apresenta toda dinamicidade do milho enquanto alimento. O formato do evento é parecido com uma quermesse e, além da parte gastronômica, conta com atrações culturais da região.

A festa do milho de Santo Expedito tem se tornado tradição na região, e uma importante ferramenta na dinâmica do turismo local, pois é realizada em um período sazonal a grande festa do dia 19 de abril. O fluxo do evento ainda é local/regional, diferente da grande festa que atrai pessoas de todo o país, mas tem sido uma estratégia interessante em um período do ano que se tem poucas festas regionais com este perfil.

**Figura 14** - Festa do Milho em Santo Expedito.



Fonte: Santuário de Santo Expedito (2019).

Outros eventos são realizados no decorrer do ano, em grande parte foram iniciativas de fiéis de outras localidades como Presidente Prudente. No entanto, possui uma interação importante junto a paróquia de Santo Expedito. Moto romaria, encontro de veículos antigos, pedal da fé, cavalgada da fé, são exemplos de

movimentações entre grupos específicos de outras localidades que se deslocam até Santo Expedito para ao fim do trajeto receber a benção na igreja matriz.

Os deslocamentos foram motivados inicialmente por questões religiosas e, a cada ano, o número de participantes tem aumentado. Contudo, conta também com a participação de pessoas que são simpatizantes das práticas desenvolvidas e não necessariamente são religiosas.

O turismo religioso é uma forma de viagem na qual a motivação principal é a religiosa, no entanto podem ocorrer outras motivações, tais como curiosidade ou interesse cultural em compreender as manifestações tangíveis e intangíveis de determinada cultura religiosa. (DIAS, 2003, p. 17).

A multifuncionalidade presente em um espaço religioso pode ser observada em Santo Expedito, e tem possibilitado uma diversificação de atividades e público. De certa forma, tem agregado novas práticas e consolidado o turismo religioso local, uma prova disso é que os eventos não se limitam a uma única edição e, a cada ano, o número de participantes aumenta.

A presença do pároco local em todas as atividades é crucial para a efetivação do evento. Outro importante aspecto observado nesse processo de proximidade é o reconhecimento das comunidades regionais no que se refere ao turismo religioso de Santo Expedito, o que fortalece e se conecta com proposta presente na regionalização do turismo.

No ano de 2020, todas as atividades que estavam previstas precisaram ser adiadas e/ ou canceladas devido a pandemia. Portanto, os registros apresentados são de edições anteriores e grande parte foram divulgadas por grupos regionais, o que contribui de forma significativa para a divulgação do evento e de Santo Expedito.

A moto romaria (Figura 15) é um evento em que grupos de motociclistas da região se deslocam até Santo Expedito, ao término da jornada recebem a benção de Santo Expedito. O evento teve sua 14ª edição em julho de 2019, é o mais antigo dentre todos os que iniciaram de forma espontânea no local.

Figura 15 - Moto Romaria em Santo Expedito.



Fonte: Santuário de Santo Expedito (2019)

Da mesma forma, e com os mesmos objetivos da moto romaria, ocorre no mês de agosto o encontro de veículos antigos (Figura 16). Neste caso, se destaca um aspecto importante que é atrair pessoas que gostam de carros antigos para observar os que ficam expostos no local, bem como colecionadores que tem a oportunidade de expor seus exemplares.

O encontro de veículos antigos demonstra um importante aspecto presente no turismo que é o potencial de diversificação das atividades para movimentar o fluxo em períodos de sazonalidade, no caso de Santo Expedito foi inserido de forma inteligente. O evento teve sua 2ª edição no ano de 2019 e atraiu pessoas, devotas ou não, de toda região.

**Figura 16** - Encontros de Veículos Antigos em Santo Expedito.



Fonte: Santuário de Santo Expedito (2019).

Outro evento que tem movimentado a região e que tem como destino principal o município de Santo Expedito é o pedal da fé (Figura 17). Também organizado por grupos da região com foco na junção da prática ciclística e a fé, mais um grupo específico que realiza sua atividade no percurso entre o município de Presidente Prudente com destino final a Santo Expedito.

O pedal da fé tem como objetivo um trajeto de reflexão para os praticantes do ciclismo. Um importante fator presente neste evento é que o percurso é realizado em estradas rurais, ou seja, amplia-se mais um leque muito frequente em destinos de turismo religioso que são os caminhos ou roteiros da fé, que de acordo com Dias (2003, p.33) “consistem em caminhadas de cunho espiritual, pré-organizadas num itinerário turístico religioso”.

A relação entre um trajeto espiritual e o turismo religioso é muito frequente e no que de fato consiste na peregrinação, esse viés do turismo religioso contempla a reflexão. No Brasil, existem vários caminhos de peregrinação nos quais o destino consiste na chegada a um local de prática religiosa, dentre os mais conhecidos temos: Aparecida do Norte (SP), Juazeiro do Norte (CE), Belém (PA), Nova Trento (SC), Trindade (GO), Teatro Nova Jerusalém, Fazenda Nova (PE), Templo de Salomão, São Paulo (SP) e Salvador (BA). Um dos mais famosos caminhos no mundo é o de Santiago de Compostela na Espanha.



Outro aspecto que pode ser observado é que, por se tratar de um pequeno município do interior do estado, as práticas rurais são essenciais e muito presentes, o que amplia outro viés do turismo que é a relação entre o turismo religioso e o turismo rural.

**Figura 17-** Pedal da Fé



Fonte: Santuário de Santo Expedito (2019).

Diante desta proximidade de práticas gastronômicas, sistemas de produção agrário e a essência do município, há também a composição no processo de idealização das atividades apresentadas nos eventos locais.

A cavalgada está presente nos principais eventos, inclusive um momento muito esperado durante a “festa maior” no dia 19 de abril. Na oportunidade, comitivas se reúnem e se apresentam em um desfile que cruza a cidade pela avenida principal, trata-se de um momento de devoção, beleza e valorização da cultura rural e uma alusão a chegada dos primeiros devotos na década de 1990. Ao passar diante da igreja matriz, todas recebem as bênçãos de Santo Expedito direcionada pelo padre. O número de participantes é grande e o desfile chega a ter uma hora de duração.

A cavalgada não se resume somente como parte das atividades do dia do padroeiro. Em dezembro de 2016, as comitivas iniciaram a cavalgada entre amigos, e o evento passou a encerrar as atividades da festa do milho. Na ocasião, o trajeto inclui as estradas da zona rural, parte do mesmo caminho feito pelo pedal da fé (Figura 18).

**Figura 18** - Cavalgada em Santo Expedito.



Fonte: Santuário de Santo Expedito (2019).

Como parte das atividades realizadas pela paróquia de Santo Expedito, com o objetivo de expandir as fronteiras locais e divulgar regionalmente a construção do Santuário, foi realizada a “Grande Festa de Santo Expedito” em Presidente Prudente. Para os organizadores, a realização do evento na maior cidade da região seria uma estratégia de aproximar os fiéis de Santo Expedito. No entanto, o fluxo real foi bem inferior do que se esperava, mesmo com o engajamento da diocese na divulgação.

O que ocorreu em Presidente Prudente apresenta um fator primário na composição das características do turismo religioso que é a relação do peregrino com o espaço de devoção. As pessoas se deslocam para os eventos religiosos em Santo Expedito, mas, quando se propõe realizar um evento com as mesmas características em uma localidade onde não há relação de apropriação com a divindade, o interesse pode ser minimizado e outros fatores como data, local e período acabam se tornando determinantes para a presença do público.

O evento foi realizado nos dias 07, 08 e 09 de fevereiro de 2020, no Instituto Brasileiro do Café (IBC), em Presidente Prudente (Figura 19). As atividades realizadas incluíram celebrações religiosas, atrações culturais, barracas de comidas

típicas e *stands* para a divulgação das obras do Santuário, para a qual toda renda foi revertida.

**Figura 19** - Festa de Santo Expedito no Instituto Brasileiro do Café (IBC)/ Presidente Prudente.



Fonte: Jornal O imparcial (2020).

Com o cancelamento dos eventos religiosos a partir de março de 2020, algumas estratégias foram adotadas para manter a comunicação entre a paróquia e os fiéis. Desta forma, as missas e momentos de oração passaram a ser transmitidos pelas redes sociais da paróquia, e *lives* com participação de convidados e espaço para doações foram realizadas, além de eventos juninos no formato *drive-in*.

O reconhecimento do município de Santo Expedito como MIT é considerado importante para o representante de igreja católica local, inclusive a atuação da igreja é o que de fato faz do município um destino de turismo religioso, no entanto, de acordo com o pároco, o único benefício direto ao Santuário será a melhoria das condições e infraestrutura voltadas aos romeiros e turistas, visto que este recurso não pode ser repassado à igreja/ Santuário. Importante ressaltar que existem regras específicas para aplicação dos recursos destinados pelo DADE, o que possibilita um controle sobre as ações de cada município beneficiado. A principal orientação é o uso para infraestrutura básica turística sob responsabilidade de gestão do município.

Outro motivo pelo qual os recursos não foram direcionados à construção do Santuário de Santo Expedito apresentado pelo pároco é o reconhecimento do Estado Laico. Desta forma, nenhum recurso público pode beneficiar nenhuma religião, neste



caso, a religião católica, sendo assim, a política pública direciona as ações para que todos os envolvidos sejam beneficiados de forma igualitária, sejam estes turistas, peregrinos e moradores locais.

Valores destinados por meio de políticas públicas precisam ser gerenciados de acordo com as especificidades propostas pela própria política, no caso da Lei Complementar nº 1261/2015, o uso de seus recursos é específico e não contempla direcionamento de valores para equipamentos turísticos e por este motivo as obras do Santuário não obtiveram nenhum benefício específico.

A finalização das obras do Santuário de Santo Expedito está prevista para 2023. A data já foi alterada algumas vezes por conta de atrasos nas obras que dependem de doações. Trata-se de uma obra considerada importante e que aguça expectativas aos moradores e devotos. Segundo relato do pároco, a conclusão das obras é o sonho de todos e acredita que tudo irá melhorar: o fluxo de turistas, a economia e o comércio, com as instalações de meios de hospedagem. Antes do término do Santuário, não se pode cobrar muitas melhorias, “pois as visitas ainda são tímidas, mas se tratando de turismo religioso, que a motivação maior é a fé, o município tendo uma infraestrutura decente, os turistas religiosos (romeiros) virão” (palavras do pároco entrevistado).

Em 2020, as restrições impostas pelo isolamento social afetaram diretamente o turismo em todo o mundo, principalmente localidades em que o fluxo é constante e/ou concentram grande número de pessoas em dias específicos, no caso de Santo Expedito, todas as atividades presenciais foram canceladas, inclusive o grande evento realizado no dia 19 de abril. Diante deste cenário, o representante da igreja católica local afirma que as preocupações foram afetivas e religiosas, pois o cancelamento restringiu o contato com as pessoas e a oportunidade de observarem o andamento das obras do Santuário, pois muitos separam esta data para realizarem visitas ao local.

As atividades realizadas no dia do padroeiro foram remodeladas e as celebrações campais que acontecem de três a quatro vezes por dia todo dia 19 de abril foram limitadas a uma celebração transmitida em rádio, internet e alguns *flashes* pela televisão. A expectativa inicial para o evento de 2020 era de 70 mil pessoas presentes, por se tratar de um domingo seguido do feriado do dia 21 de abril, o que gerou um sentimento de frustração por parte dos organizadores. Até o momento da entrevista existia uma expectativa de retorno às atividades previstas no calendário anual.

Em 2021, novamente, não foi possível realizar a grande festa do padroeiro no dia 19 de abril, visto que as restrições para o ajuntamento de pessoas foram ainda maiores que em 2020. Desta forma, as atividades religiosas realizadas na igreja matriz de Santo Expedito foram transmitidas *on-line* para todos os fiéis e, em alguns momentos, por uma emissora de televisão aberta. Diferente de 2020, houve a presença de algumas pessoas mediante protocolo sanitário junto a limitação de 25% de pessoas no local, foram celebradas três missas durante o dia.

Cada uma das celebrações teve objetivos diferentes e foram direcionadas a públicos específicos, sendo assim, a celebração das 10 horas da manhã foi para homenagear o aniversário de 63 anos do município de Santo Expedito. A celebração das 15 horas teve como objetivo os romeiros e a última celebração do dia ocorreu às 18 horas, e foi direcionada à comunidade local e regional (SANTUÁRIO DE SANTO EXPEDITO, 2021).

Mesmo diante das limitações impostas pelo cenário, e o aumento de casos de Covid-19 na região em que está localizado o município de Santo Expedito, a paróquia de Santo Expedito decidiu realizar as atividades de forma reduzida, pautada somente em celebrações religiosas limitadas presencialmente, porém, a transmissão *on-line* permitiu uma média de 7 mil visualizações em cada uma das três celebrações realizadas, conforme observado pela pesquisadora.

As expectativas para a finalização da construção do Santuário de Santo Expedito são muitas. De acordo com o pároco, o Santuário poderá acolher um maior número de fiéis de forma mais apropriada e confortável, além da possibilidade de proporcionar maior reconhecimento por conta de sua grandiosidade.

A proposta da construção foi grandiosa desde sua idealização, espelhada em outros santuários como o de Fátima em Portugal e o de Aparecida no Brasil. Alguns detalhes específicos na construção, como espaços para alimentação e lojas de souvenirs também existem nos dois modelos citados, o que permite uma discussão necessária sobre a formação dos espaços específicos e planejados para o turismo religioso.

Não há dúvidas que o Santuário trará uma nova etapa para o turismo religioso em Santo Expedito. No entanto, sua essência precisa ser considerada para que as práticas existentes não sejam descaracterizadas. Após paralizações e baixa nas arrecadações, devido à não realização dos eventos em 2020/2021, a finalização foi prorrogada e a previsão para o término é 2023. Seguem os registros referentes ao segundo semestre de 2020 (Quadro 9):

**Quadro 9** - Santuário de Santo Expedito em construção etapas concluídas até 2021.



Fonte: Santuário de Santo Expedito (2020/ 2021).

Após observar o ponto de vista dos gestores municipais de turismo de Santo Expedito e do responsável pelas atividades religiosas, foi verificado que, mesmo diante de uma atividade recente, o reconhecimento como MIT proporciona melhorias na infraestrutura, que conseqüentemente se reflete ao bem-estar dos romeiros e turistas. A forte atuação da igreja católica movimenta as atividades que estimulam o crescimento e fortalece o turismo religioso, a parceria entre esses dois órgãos é fundamental, e o que parece essa relação é próxima e positiva.

Outro importante ponto a ser considerado se refere ao ponto de vista da população que reside em Santo Expedito, não somente como contribuintes e voluntários durante as atividades e eventos, mas principalmente como moradores. Para tanto, o próximo capítulo apresenta considerações sobre o turismo religioso em Santo Expedito captadas por meio de uma pesquisa realizada.

#### *4.1.3 Análise dos questionários respondidos por moradores do município de Santo Expedito.*

Entre os dias 21 de maio a 4 de junho de 2020, foi disponibilizado o questionário *on-line* direcionado aos moradores de Santo Expedito. O objetivo principal foi coletar informações sobre o ponto de vista sobre o turismo no local. O levantamento foi realizado por amostragem e disponibilizado a todos os que quisessem contribuir, infelizmente, esse tipo de abordagem dificulta a participação de moradores que não tenham acesso à internet ou os que não são alfabetizados. No entanto, devido às restrições foi a abordagem possível de ser realizada.

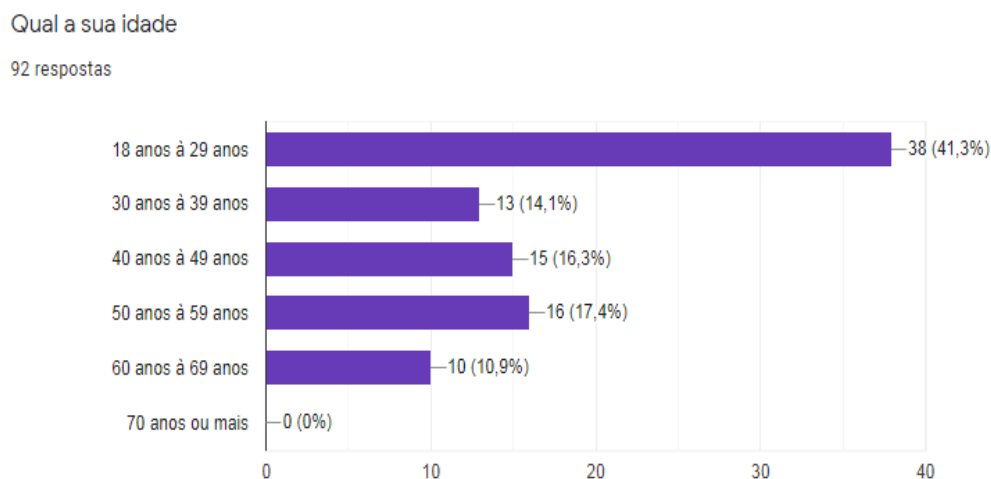
A primeira questão apresentada na pesquisa está relacionada à idade do entrevistado. Neste primeiro momento, as perguntas possuem caráter de identificação do público participante. O maior número de respondentes nessa primeira questão possui entre 18 anos e 29 anos, com 41,3% participantes, seguidos de 17,4% entre 50 anos a 59 anos, com o segundo maior número de respostas (Gráfico 1).

Importante observar que uma possível familiaridade com os meios tecnológicos e acesso à internet entre os mais jovens pode justificar os resultados do maior e do menor (nulo) número de respondentes citadas. Contudo, a faixa etária entre 18 anos a 29 anos se refere à geração a que propõe estabelecer uma continuidade das práticas religiosas católicas relacionadas ao turismo religioso.

A segunda e terceira faixas etárias com maior número de respondentes representam a terceira maior faixa etária do geral do município de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Durante as observações e participações em eventos religiosos dos dias 19 de abril de 2019, Festa do Milho em dezembro de 2018 e dezembro de 2019, Festa de Santo Expedito no Instituto Brasileiro do Café (IBC) 07,08 e 09 de fevereiro de 2020, bem como em uma reunião realizada no centro paroquial junto aos voluntários que auxiliam na organização, a pesquisadora verificou que grande parte desses voluntários se enquadra na faixa etária entre 40 anos e 59 anos, representada na pesquisa.

**Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes.**



Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020)

A segunda pergunta realizada durante a pesquisa se refere a identificação do gênero dos participantes e foram apresentadas três opções: feminino, masculino e outros. O maior número de respostas obtidas foi do gênero feminino computando mais da metade dos participantes com 66,3%, o gênero masculino obteve 33,7% e nenhum dos participantes se declarou como outro gênero (Gráfico 2).

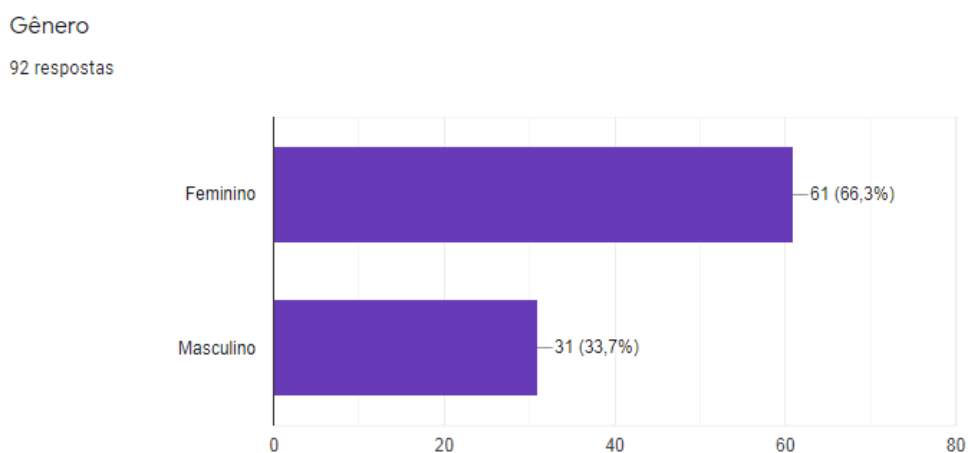
A presença feminina em atividades religiosas católicas é frequentemente observada como maior em atividades cotidianas como celebrações, catecismo e tudo que envolva trabalhos comunitários, como os que são desenvolvidos pelas pastorais, no entanto, esse trabalho sempre ocorre de forma coadjuvante, a mercê da gestão paroquial quase que totalmente masculina. Historicamente, a relação entre a figura feminina e a igreja apresenta cenários tenebrosos, inclusive no catolicismo em

questão, onde a mulher era culpabilizada por todo o mau que pudesse ocorrer. No entanto, a mulher sempre esteve presente no fortalecimento de qualquer religião, basta observar a presença feminina em celebrações religiosas pelo mundo, com exceção de algumas derivações do Islã.

As atividades realizadas em Santo Expedito contam com a presença expressiva das mulheres, visto que todos os eventos que atraem o público externo ofertam alimentação, em grande parte produzidos por elas.

Ao observarmos o grande número de questionários respondidos por este público podemos fazer uma reflexão sobre o interesse no assunto, pois quando recebemos uma pesquisa de forma espontânea, sem a presença do pesquisador, a liberdade em não responder é maior e, por outro lado, optar por responder pode estar relacionado com interesse e/ou relação com a temática da pesquisa. Importante destacar que a liberdade em participar ou não de uma pesquisa, neste caso, possibilita dar voz diante de um assunto relevante para o município e neste caso o público feminino, em maior número, optou em contribuir.

**Gráfico 2 - Gênero dos participantes**



Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020).

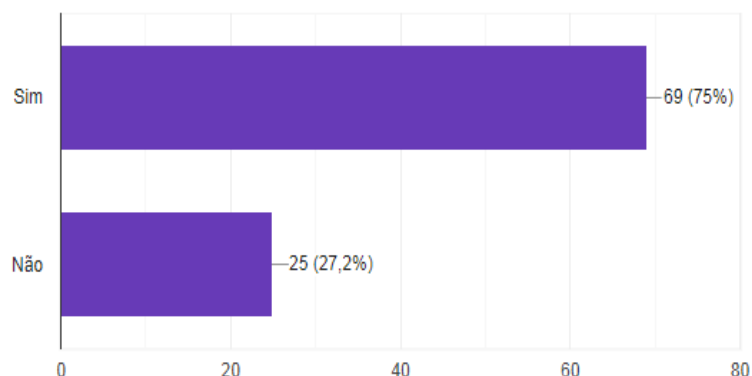
A terceira pergunta realizada se refere ao município em que residem os participantes, mesmo que a pesquisa tenha como foco principal obter o ponto de vista dos moradores de Santo Expedito, a disponibilização online permite que todos os interessados participem. No entanto, 75% afirmaram ser morador de Santo Expedito, o que nos permite considerar as respostas direcionadas ao município em relação a gestão do turismo religioso no local (Gráfico 3).



**Gráfico 3 - Município em que residem os participantes.**

Reside em Santo Expedito

92 respostas



Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020).

No que se refere ao tempo em que residem no município, é possível fazer a seguinte observação, o primeiro deslocamento por motivos religiosos possui aproximadamente 13 anos, ou seja, 23% estão no município a menos de 10 anos, período em que os primeiros movimentos de peregrinos se iniciaram. Por outro lado, somados os demais participantes, 76% residem no município antes dos primeiros movimentos de peregrinação, sendo destes 17,6% a mais de 30 anos e 7,7% desde a formação do município (Gráfico 4), moradores que passaram pelo processo de transformação de uma pequena cidade no interior do Estado de São Paulo estruturalmente rural a um destino que recebe 200 mil pessoas durante o ano, sendo destes 60 mil em um único dia.

Mudanças no cotidiano em destinos turísticos são inevitáveis, e para tanto, a Organização Mundial do Turismo estabeleceu no Código Mundial de Ética para o Turismo o 5º princípio que classifica o turismo como uma atividade benéfica para países e comunidades anfitriões, mas para isso:

As populações locais devem estar associadas às atividades turísticas e compartilhar de maneira equitativa os benefícios econômicos, sociais e culturais que geram, e particularmente na criação de empregos diretos e indiretos resultantes (OMT, 1999, p.5).

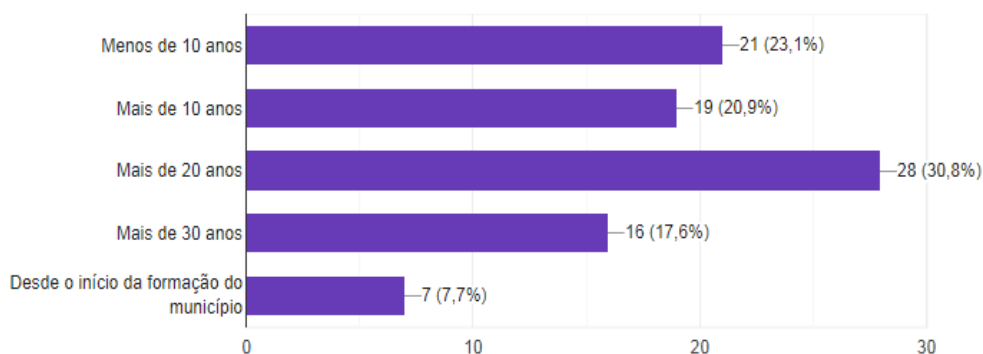
Sempre importante que no processo de planejamento da atividade turística, os responsáveis possam prezar por benefícios revertidos à comunidade local, não só por

se tratar de um dos princípios estabelecidos pela OMT, mas por ser uma característica possível e necessária do turismo, diante de toda sua mobilização na localidade.

**Gráfico 4** - Tempo em que os participantes residem em Santo Expedito.

A quanto tempo reside em Santo Expedito?

91 respostas



Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020).

A atuação do turismo religioso contempla todas as religiões existentes, pois se caracteriza com o deslocamento, geração de emprego e renda, movimentação econômica motivada pelo fluxo de pessoas nesses destinos. Vários são os destinos de destaque do turismo religioso em todo o mundo. Entretanto, quando se pensa em turismo religioso a religião católica apresenta destaque, talvez dado ao fato de que se destaca entre as religiões com maior número de adeptos no mundo, e também por suas práticas incluírem peregrinações de seus devotos.

Uma das perguntas aplicadas durante a pesquisa se refere a informações sobre a religião dos participantes (Gráfico 5), mesmo ciente de que o turismo em Santo Expedito é totalmente ligado a religião católica, o município possui moradores de várias outras religiões e/ou até mesmo nenhuma religião. Como o turismo é uma atividade que visa a fortalecer uma cadeia produtiva local, muitos comerciantes são beneficiados mesmo sem congregar na fé católica. Sendo assim é importante levantar o ponto de vista sobre a atividade sem acepção de religião.

De acordo com os dados levantados, 71,7% dos entrevistados se declaram católicos. Essa predominância pode estar relacionada ao interesse sobre o assunto, pois a comunidade católica local encontra-se envolvida entre as principais atividades que movimentam o turismo religioso. Ao mesmo tempo em que é importante verificar o ponto de vista de moradores pertencentes a outras religiões, observar o que



pensam os católicos pode apresentar dados importantes sobre o pertencimento e aceitação do turismo diante de práticas tidas como sagradas para os católicos.

A mobilização presente durante todo o ano por parte de voluntários foi algo relevante e que precisa ser destacado. Todas as atividades religiosas e de apoio realizadas são movidas pelo empenho de pessoas que se dedicam de forma hospitaleira e com muito respeito para com os peregrinos católicos que vão até o local. O grupo de voluntário se reúne juntamente com o pároco local durante todo o ano e de forma intensificada nos meses em que se aproximam as principais celebrações, recebem treinamento e orientação voltadas a qualidade no atendimento e a hospitalidade, um dado importante observado na pesquisa participante durante uma das reuniões em 2018 é que alguns voluntários contribuem com seus serviços como pagamento de promessas alcançadas.

As outras opções de religiões apresentadas aos participantes foram: a evangélica que obteve 21,7% das respostas, espírita e budista obtiveram 2,2% de respondentes cada uma, o ateísmo e religiões de origem africana (umbanda, candomblé etc.) cada uma obteve 1,1% de representatividade e 3,3% declaram pertencentes de outras religiões. A segunda religião com o maior número de participantes foi a evangélica, o que reflete também a realidade geral do município de acordo com dados do IBGE, inclusive, entre as atividades realizadas pelo Governo Municipal algumas são específicas para este público, e foi instituído por meio da Lei Municipal nº 1490/2014 o dia Municipal do Evangélico, comemorado no dia 20 de abril, um dia após o dia do Padroeiro Santo Expedito (Figura 20).

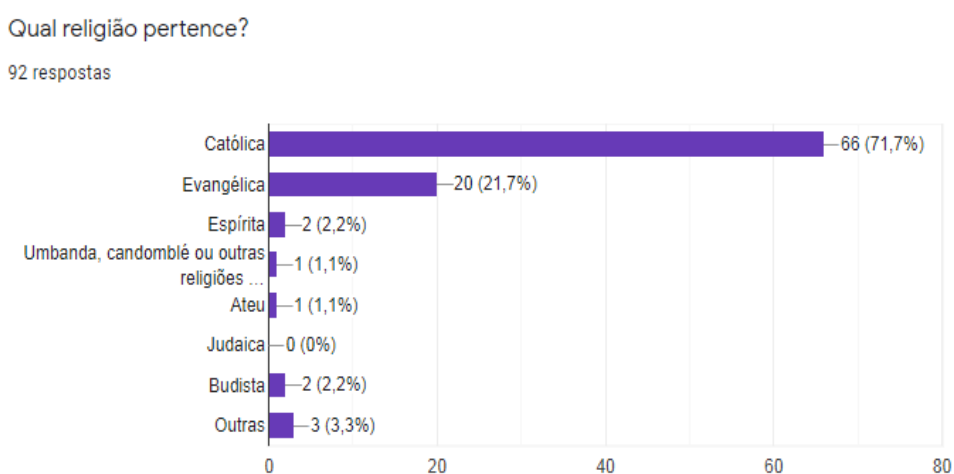
**Figura 20** - Comemoração Dia Municipal do Evangélico em Santo Expedito



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Expedito (2019).

De acordo com moradores locais, não existem tensões religiosas no município, no entanto, o Governo Municipal teve que se posicionar diante de reivindicações com gastos públicos específicos com o dia 19 de abril, mesmo que grande parte da organização das festividades e celebrações esteja sob a responsabilidade da paróquia local. Mesmo que velada, esta situação pode apresentar uma disputa “espiritual” por parte de alguns dos moradores, o que não altera a vocação do local como destino do turismo religioso católico.

**Gráfico 5 - Religião dos participantes.**



Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020).

O ponto de vista dos moradores sobre a atividade turística pode ser considerado um fator importante no processo de fortalecimento da atividade, é preciso salientar, que o turismo não pode ser considerado simplesmente pela perspectiva do mercado e da atenção aos desejos dos turistas, pois, o local onde as “intervenções turísticas” ocorrem são dotados de símbolos, valores, tradições, costumes, e por pessoas, as quais deram identidade aquele espaço, que merece ter sua integridade respeitada e preservada.

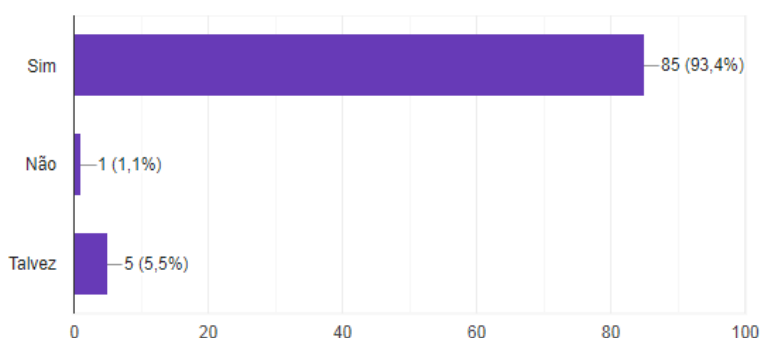
O reconhecimento por parte dos moradores pode não significar propriamente sua aceitação, e quando se trata de um pequeno município, até mesmo as movimentações do fluxo de visitantes sinalizam sua existência. No caso de Santo Expedito, toda movimentação proposta pelo turismo religioso é extremamente visível.

Quando perguntados sobre se reconhecem o município de Santo Expedito como um destino de turismo religioso, as afirmações foram praticamente unânimes com 93,4% das respostas, 5,5% declararam que talvez possa ter essa classificação e apenas 1% dos respondentes declarou não reconhecer Santo Expedito como destino de turismo religioso (Gráfico 6).

O reconhecimento por parte da população local é importante no processo de fortalecimento da atividade, bem como de sua identidade, no entanto é necessário que o conhecimento não se limite a superficialidade e proporcione reflexões necessárias que aproximem comunidade local, turismo e turistas. É importante saber que ao turismo está presente, mas é crucial compreender que sou parte desse conjunto que não pode se desenvolver de forma isolada.

**Gráfico 6** - Reconhecimento do Município de Santo Expedito como destino de Turismo Religioso.

Você reconhece o município de Santo Expedito como um destino de Turismo Religioso?  
91 respostas



Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020).

No que se refere ao reconhecimento do município como Município de Interesse Turístico, 77,2% dos participantes da pesquisa se mostraram cientes, e 22,8% disseram não ter conhecimento deste título (Gráfico 7). A política de turismo do Estado de São Paulo que classifica esses destinos turísticos não possui divulgação ampla, portanto, cabe aos municípios fazerem esta divulgação junto aos moradores locais, por se tratar de um município pequeno pode facilitar este processo, visto que toda e qualquer obra realizada precisa ser sinalizada e desta forma, a visibilidade pode ser facilitada.

No processo de reconhecimento, não basta somente divulgar que se tem o título, mas informar o significado e os processos envolvidos, como por exemplo, o

simples fato de que o valor disponibilizado não pode ser direcionado para outras áreas como educação, saúde, entre outras. Neste caso, a educação para o turismo pode ser aprimorada e por meio de projetos realizar essa comunicação direta e ampla sobre o que é ser um MIT e de que forma esse reconhecimento pode trazer benefícios para a população e melhorias na infraestrutura de forma geral.

De acordo com Ribas (2002, p.9):

[...] educar para o turismo é uma necessidade para que o desenvolvimento da atividade turística não seja responsável pela extinção da mesma, pois sem planejamento para o progresso, o turismo pode ocorrer de modo que a constante presença humana venha a esgotar os recursos e atrativos, os quais compõem sua matéria-prima.

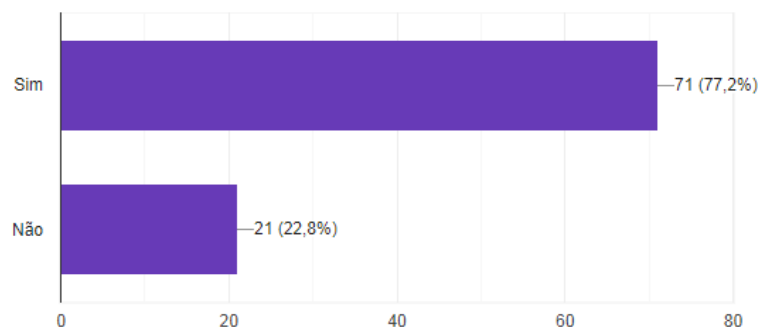
O processo de educação para o turismo não se limita a informar a população sobre questões técnicas e burocráticas relacionadas as políticas públicas, ou como bem receber o turista, mas, principalmente, sobre a sensibilização da população local sobre a importância de reconhecer e valorizar os elementos de sua história e do seu espaço de convívio. Desta forma, a educação surge como via de acesso à construção de uma visão sócio-crítica e consciente perante o seu patrimônio e a sua própria existência e, principalmente, a inclusão e a participação dos residentes nas ações voltadas ao turismo e sua localidade.

A porcentagem de respondentes que confirmam saber que o Santo Expedito possui o título de MIT apresenta um reconhecimento que pode ou não ser superficial, mas que é um indicativo de reconhecimento por parte dos maiores interessados, a população local. No que se refere à educação para o turismo, no município, não existe nenhum projeto desenvolvido no momento, no entanto, a partir dessas informações uma proposta pode ser apresentada junto à gestão municipal.

**Gráfico 7** - Reconhecimento do Município de Santo Expedito como MIT.

Você sabia que Santo Expedito recebeu o título de Município de Interesse Turístico do Estado de São Paulo (MIT)?

92 respostas



Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020).

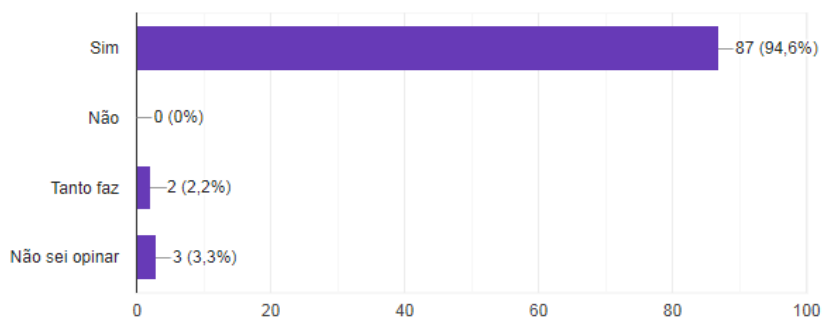
Na sequência, a pergunta realizada está relacionada sobre quanto os participantes acham ser importante que o município tenha esse reconhecimento por parte do Governo do Estado. A pergunta foi proposta como objetivo de verificar se os moradores participantes da pesquisa compreendem a dimensão do reconhecimento como MIT.

A maior parte dos respondentes declarou achar importante o reconhecimento do município de Santo Expedito perante o Governo do Estado de São Paulo, totalizando 94,6% das respostas, 3,3% não souberam opinar e 2,2% declararam não achar importante esse reconhecimento (Gráfico 8).

**Gráfico 8** - Importância do reconhecimento do Município de Santo Expedito como MIT pelo Governo do Estado de São Paulo.

Você acha importante o município ter esse reconhecimento de MIT pelo Governo do Estado de São Paulo?

92 respostas

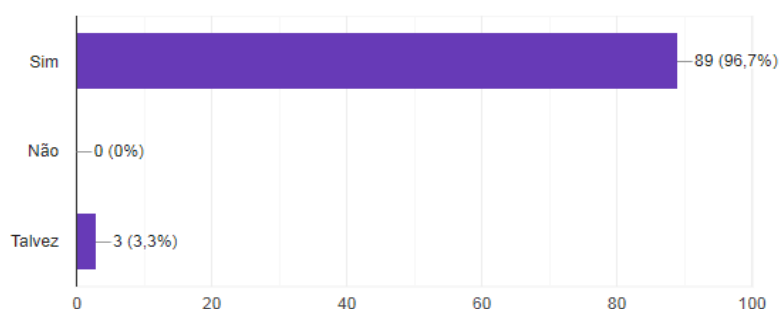


Fonte. Pesquisa Google Forms, 2020. Organizado pela autora (2020).

Quando perguntados sobre o ponto de vista pessoal relacionado a presença do turismo ser importante e gerar ou não benefícios ao município, 96,7% responderam que sim, 3,3% afirmaram que talvez exista benefícios gerados pelo turismo em Santo Expedito, nenhum dos participantes afirmou de forma negativa. O grande número de participantes que afirmam que o turismo em Santo Expedito é importante e traz benefícios pode ser considerado um importante indicador de aceitação do turismo local por parte da população e identificar possíveis benefícios pode auxiliar no processo de fortalecimento da atividade no local (Gráfico 9).

**Gráfico 9** - Ponto de vista sobre a importância e benefícios do turismo para o município.

Você acha que a presença do Turismo é importante e traz benefícios para o município de Santo Expedito?  
92 respostas



Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020).

Após a pergunta sobre a importância e benefício do turismo no local, foi apresentada uma relação de possíveis benefícios para que os participantes pudessem relacionar de acordo com seu ponto de vista. Os cinco benefícios propostos foram (Gráfico 10):

1. Econômico (gera empregos, fortalece o comércio local);
2. Religioso (fortalece a fé católica);
3. Social (estimula o trabalho voluntário e comunitário);
4. Dá visibilidade ao município no cenário turístico (traz pessoas de outras localidades);
5. Infraestrutura básica (melhorias/ reformas e construção de locais de uso da comunidade local).

O objetivo dessa pergunta foi observar, entre os participantes, a identificação de fenômenos positivos decorrentes da atividade turística e o maior percentual de

respostas obtidas identifica os benefícios econômicos com 40,2%, muito frequente nas afirmações e expectativas voltadas ao turismo em Santo Expedito, o discurso voltado para a geração de emprego e renda e fortalecimento do comércio local está sempre presente nas falas dos gestores municipais, bem como dos responsáveis pelas atividades ligadas à paróquia local e talvez essa possa ser considerada uma das principais expectativas direcionadas ao desenvolvimento do turismo no local.

Em seguida, 26,1% das respostas identificou como benefício gerado a visibilidade ao município no cenário turístico e conseqüentemente atrai pessoas de outras localidades, com 22,8% os entrevistados reconhecem que o turismo religioso pode gerar benefícios relacionados à infraestrutura básica, melhorias e/ou reformas, construção de locais de uso da comunidade local, situação presente no município com a obra de revitalização da praça central como parte de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo.

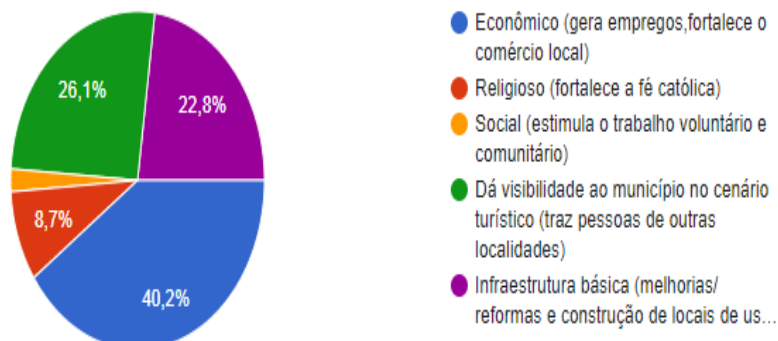
A quarta opção mais selecionada pelo grupo de participantes da pesquisa se refere ao benefício relacionado ao fortalecimento da fé católica com 8,7% das respostas. Por se tratar de um destino do turismo religioso católico, o reconhecimento que essa atividade pode trazer benefícios de fortalecimento ligados a religiosidade não possui tanto destaque.

A quinta opção apresentada se refere ao estímulo ao trabalho voluntário e comunitário como um possível benefício gerado pelo turismo religioso em Santo Expedito e obteve 4% das respostas. Mesmo diante de todo o empenho e mobilização voltados ao voluntariado por parte de fiéis católicos durante os eventos religiosos, de acordo com os participantes, é pequena a relação entre a mobilização voluntária como um benefício gerado pelo turismo.

### Gráfico 10 - Benefícios gerados pelo Turismo Religioso em Santo Expedito.

Se a resposta anterior foi sim, quais seriam esses benefícios?

92 respostas



Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020).

O questionário apresentou duas perguntas abertas, nas quais os participantes puderam opinar livremente, e possibilitou captar informações e pontos de vista pessoais. A primeira questão foi proposta para os que declararam que o turismo em Santo Expedito pode não gerar benefícios, as respostas soaram com tom de preocupação por parte dos respondentes, e um grande número se mostrou preocupado com relação à segurança dos munícipes diante do fluxo de pessoas desconhecidas.

Para um dos participantes “Devido a aglomeração de turista pode ter pessoas com más intenções uma possível porcentagem de furtos”, outro e declara que “um fluxo de pessoas maior na cidade que não conhecemos [...] pois quanto mais gente, mais probabilidade de roubo”, além da presença de “alguns andarilhos”.

Como foi possível observar durante os eventos religiosos, o fluxo no município toma proporções muito maiores do que nos dias comuns e, por se tratar de uma cidade de pequeno porte e interiorana, as práticas cotidianas precisam ser mudadas diante da presença de pessoas desconhecidas, pois infelizmente, nem todos que vão até o município podem estar bem intencionados.

A segurança precisa ser uma prioridade para a população, pois envolve o bem-estar e, portanto, precisa ser assumida como compromisso por parte dos gestores municipais, de acordo com uma das respostas, “por ser uma cidade turística precisa ter mais segurança”, e outro declara que “vai deixar de ser uma cidade tranquila e sossegada. Vim morar aqui pela paz e tranquilidade que esta cidade oferecia. Sem índice de violência, onde criei e eduquei meus dois filhos”, se um morador apresenta



a falta de segurança como um ponto a ser considerado pode ser que episódio de roubos, furtos e violência podem ter ocorrido em algum momento.

Outro posicionamento apresentado se refere à preocupação com o aumento desordenado da população que de acordo com um dos respondentes “pode sobrecarregar a infraestrutura local”, outro participante declara que “muitas pessoas de fora vem trabalhar aqui e não tem infraestrutura para acomodar tantas pessoas”. A infraestrutura local precisa comportar em todos os aspectos, em primeiro lugar a população e na sequência turistas e peregrinos.

Outro aspecto negativo relacionado ao turismo de Santo Expedito e apontado por parte dos participantes da pesquisa, se refere aos possíveis interesses envolvidos por parte de pessoas que queiram tirar vantagens do turismo no local. De acordo com um dos participantes, “as pessoas são de várias localizações, com certeza deve ter sempre alguém mal-intencionado, onde tem dinheiro sempre tem alguém querendo tirar proveito disso”, para outro, pode ser que haja a presença de “pessoas de má fé se aproveitando desse crescimento”.

Para um dos participantes, a “interferência da igreja” pode ser considerada um aspecto negativo. De fato, a relação da igreja local é muito presente, mas por se tratar do turismo religioso, e todas as atividades estarem totalmente ligadas a práticas religiosas organizadas pela paróquia, no entanto, a transparência nos processos e a comunicação precisam ser efetivas para que dúvidas sejam sanadas sobre cada papel dentro da gestão do turismo no município.

Como parte dos objetivos principais propostos, está a verificação da aplicação dos recursos disponibilizados enquanto MIT ao município de Santo Expedito diante de melhorias em sua infraestrutura, uma das obras assumidas pela gestão municipal como necessária nesse primeiro momento está a revitalização da praça central do município. A obra teve início no segundo semestre de 2017, e passou por algumas fases até chegar ao que se tem atualmente, sua localização na área central e proximidade com a igreja matriz também foram fatores que contribuíram para sua escolha nesses primeiros três anos de recursos. O investimento empenhado de 2017 até o primeiro semestre de 2020 foi de 1.550.049,31, destes 174.410,73 se referem à recursos municipais e 1.375.738,58 recursos disponibilizados pelo DADE.

Para auxiliar nesse processo de análise do ponto de vista da população, a pergunta realizada se refere justamente ao que os participantes acharam das obras de revitalização da praça central. Diversas foram as respostas e grande parte positiva classificando as obras como boa, excelente, ótima, importante, linda o que possibilitou

melhora, “cara nova para a cidade, uma praça bem feita para os munícipes, algo que estava mais que na hora de ser feito”.

Outras observações pertinentes foram feitas, sendo estas destacando aspectos positivos e/ou negativos (Quadro 10):

**Quadro 10** - Observações sobre as obras de revitalização da praça central de Santo Expedito.

<b>Observações positivas</b>	<b>Observações com ressalvas</b>	<b>Observações negativas</b>
<i>“Lugar bem arquitetado e bem limpo atrai mais público”.</i>	<i>“Praça de alimentação aparenta pequena pelo tanto de quiosques”.</i>	<i>“Não gostei principalmente dos bancos”.</i>
<i>“Ampliou o espaço é deu melhor visual”.</i>	<i>“Faltou os bancos com encostos mesas pro jogos”.</i>	<i>“Não é atrativa”.</i>
<i>“Trouxe e ainda trará muitos benefícios principalmente aos moradores da cidade”.</i>	<i>“Ficaram boas, mais esperava mais”.</i>	<i>“Ficou feio, Regular”.</i>
<i>“Acredito que deixa a cidade mais bonita”.</i>	<i>“Eu gostei bastante, mas faltou sombra durante o dia”.</i>	<i>“Tinha que ser diferente trazer atração mais pros jovens”.</i>
<i>“Estrutura básica para melhor gestão de serviços proposto pelo município”.</i>	<i>“Falta organizadores de lixo”.</i>	<i>“Gasto desnecessário”.</i>
<i>“Muito importante para o município, para a população e turistas, ter um ponto turístico onde possa acolher bem a população e ter um lugar adequado para os turistas, a praça de alimentação será um local que irá gerar emprego e aumentar a economia municipal”.</i>	<i>“Estão atrasadas, mas vai ser importante para desenvolver o turismo no município”.</i>	<i>“Poderia ser melhor arquitetada, principalmente no que tange à questão ambiental, Acho que antes tinha mais vida, falta verde umas mesinhas para os da terceira idade passar o tempo”.</i>
<i>“Ficou bem espaçosa para os eventos realizados, Excelentes e providenciais para a população local e turística”.</i>	<i>“Como cidade turística não vi nada que chame a atenção na praça, a iluminação é muito boa, porém não há mesas, não há encostos nos bancos, tem um bom espaço para eventos específicos, mas de modo geral no dia dia, não há nada demais para os moradores, é vaga e vazia”.</i>	<i>“Poderia investir o dinheiro outras obras”.</i>
<i>“Ficou mais bonito acessível, necessárias para comportar romeiros e fiéis”.</i>	<i>“Ficou linda tinha ter uma área coberta pra quando tiver a missa”</i>	_____
<i>“Importante melhoria de infraestrutura para acolhimento dos turistas”</i>	<i>“Nada”.</i>	_____

Fonte. Pesquisa Google Forms (2020). Organizado pela autora (2020).

Ao observarmos o quadro acima, podemos verificar que os pontos de vista positivos são superiores aos demais. Entretanto, cada apontamento precisa ser considerado, pois se trata do ponto de vista de representantes da comunidade local. As observações positivas apresentadas pelos participantes destacam as obras de revitalização da praça central como importantes e necessárias para os moradores locais e para o turismo, algumas colocações destacam o novo espaço como essencial e que beneficia o turismo, importante para o acolhimento dos romeiros e turistas.

Os que responderam com ressalvas destacaram alguns pontos que precisavam ser considerados por parte do poder público, principalmente, no que se refere ao uso dos moradores, se por um lado o espaço amplo pode facilitar o acolhimento dos romeiros, a falta de sombra pode dificultar o uso diariamente aos moradores. Outras questões como falta de lixeiras e bancos mais confortáveis (com encostos) foram pontuadas, mesmo diante de um contentamento pela realização da obra.

Alguns respondentes demonstraram certo descontentamento diante das obras de revitalização da praça central da matriz, apontamentos sobre o descontentamento com a arquitetura e falta de arborização, o que de acordo com os participantes não torna o espaço atrativo. Dois respondentes disseram achar um gasto desnecessário e que o investimento poderia ser feito de outra forma, importante ressaltar que os valores disponíveis para um MIT só pode ser utilizado em obras de infraestrutura específica, o que muitas vezes pode não chegar ao conhecimento da população. Nestes casos, é possível que moradores relatem que o dinheiro destinado para tais obras poderiam ser destinados a outros setores como escolas, hospitais, quando na verdade, neste caso, isso não é possível.

De modo geral, os resultados obtidos na pesquisa apresentaram pontos de vista que demonstram contentamento e esperança diante das possibilidades que o turismo pode proporcionar, mas alguns pontos importantes que não podem ser desconsiderados, como a infraestrutura precisa, antes de tudo corresponder às expectativas da população local e isso inclui desde um projeto mais arborizado e bancos com encostos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características presentes no turismo religioso são específicas e compõem uma diversidade de possibilidades de atuação. A Organização Mundial de Turismo (OMT) classifica a religião/ peregrinação como uma das principais motivações para viagens turísticas e junto com a associação da cultura faz do turismo religioso uma modalidade que tem se destacado.

A cada ano, novos destinos surgem e outros se consolidam e a presença de uma rede entre os gestores tem proporcionado ao turismo religioso um profissionalismo que o tem distanciado das práticas iniciais voltadas somente ao voluntariado e a caridade. Atualmente, são realizados encontros internacionais de gestores de turismo religioso com o objetivo de proporcionar troca de experiências, apresentação de estudos de caso e até mesmo qualificar destinos iniciantes.

Um exemplo dessa rede é o evento que ocorre todos os anos em Portugal, o Workshop Internacional de Turismo Religioso. O evento tem como objetivo proporcionar um espaço de discussão, capacitação e troca de experiência internacional aos gestores do turismo religioso em todo o mundo, sua IX edição já está prevista para 2021.

As primeiras considerações feitas por representantes da igreja católica sobre o turismo mundial ocorreram na década de 1960 por meio de reflexões sobre a “necessidade de uma pastoral capaz de dialogar com o turismo e suas facetas” (MORENO, 2016, p.22). Logo, em 1970, foi criada a Pontifícia Comissão para a Pastoral das Migrações e do Turismo, que ficou responsável pelas ações, porém em 1988 é nomeado o Pontifício Conselho da Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, que passou a abrigar essa pastoral até os dias atuais (TABORDA, 2014).

Em 2001, foi publicado um documento com orientações direcionadas a Pastoral do Turismo. O documento apresenta quatro eixos considerados fundamentais para a atuação da pastoral no mundo do turismo:

- i) Conhecimento da natureza do tempo livre e o papel que ocupa na vida das pessoas;
  - ii) A relevância do turismo;
  - iii) A incidência do turismo no conjunto da sociedade;
  - iv) A reflexão sobre o turismo como meio de evangelização.
- (MORENO, 2016 p. 22 apud CONSELHO PARA A PASTORAL DO MIGRANTES E ITINERANTES, 2001).

No Brasil, a Pastoral do Turismo (Pastur) foi inicialmente implantada nas arquidioceses de Belo Horizonte (MG) e Salvador (BA) e em paróquias de cidades como Caldas Novas (GO), Castelo (ES) e Belém (PA). Atualmente está presente em quase todos os estados brasileiros, e teve sua atuação intensificada em 2014.

Diante do cenário do turismo mundial, as políticas públicas demandam um papel que além de nortear as ações de fomento da atividade, possam estabelecer segurança e manutenção dos processos. A forma com que a representação da atividade turística é reconhecida em âmbito municipal, regional e nacional, foi observada no decorrer da pesquisa, bem como o uso do espaço e da expansão do turismo: apropriação e consumo do espaço.

As políticas públicas de turismo no Estado de São Paulo visam a fortalecer e reconhecer as potencialidades presentes em um estado tão dinâmico e diversificado. A atualização da Lei nº 1261/2015 possibilitou acessos antes não existentes, e levou ao interior do estado novas possibilidades.

Para Dias (2003, p. 29), os principais pontos a serem considerados no turismo religioso são: o destino escolhido, o objetivo final da viagem e a motivação. Desta forma, o autor propõe uma distinção básica entre os atrativos como Santuário de peregrinação, espaços religiosos de grande significado histórico-cultural, encontros e celebrações de caráter religioso, festas e comemorações em dias específicos, espetáculos artísticos de cunho religioso e roteiros da Fé.

Ao retomarmos os objetivos propostos por esta dissertação, foi possível verificar que as políticas públicas de turismo são presentes, e há o interesse por parte da gestão pública municipal em organizar os processos, até mesmo por se tratar de uma exigência para os municípios que pretendem permanecer com o reconhecimento junto a Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo. A aplicação dos recursos destinados foi realizada de acordo com a que estava proposto no plano de trabalho apresentado em 2017, quando o município obteve o reconhecimento como município de interesse turístico, mesmo diante de atrasos e paralizações decorrentes da pandemia de Covid-19 em 2020 e primeiro semestre de 2021.

Ao observarmos o município de Santo Expedito diante desta proposta, é possível verificar que há um enquadramento das atividades religiosas desenvolvidas como local de encontros e celebrações de caráter religioso, festas e comemorações em dias específicos e duas novas propostas que se encaminham, santuário de peregrinação e roteiros da fé.

Santo Expedito tem passado por constantes transformações após sua inserção e reconhecimento no cenário do turismo religioso estadual e nacional. Uma cidade que diante de suas dinâmicas próprias se divide com outras dinâmicas criadas pelo fluxo das mais de 100 mil pessoas que visitam o local todos os anos. Percebe-se um interesse do poder público municipal em gerir da melhor forma possível a atividade turística. No entanto, todas as atividades que estão totalmente ligadas a prática do turismo religioso estão sob a responsabilidade da paróquia. Sendo assim, torna-se desafiador manter uma relação de proximidade e compartilhamento das responsabilidades, pois disso vale o bem-estar da população local.

Por outro lado, as atividades principais concentradas nas mãos da paróquia podem facilitar o processo de continuidade, visto que esse pode ser considerado um desafio na gestão do turismo em qualquer localidade. Problemas como troca de gestão podem acarretar uma ruptura na continuidade dos processos.

Um desafio presente na gestão do turismo em Santo Expedito é o baixo engajamento do comércio local. Alguns acreditam que o movimento ainda não é constante o suficiente para que invistam em melhorias em seus estabelecimentos. Desta forma, fica o desafio a gestão municipal em diversificar as atividades e minimizar os impactos causados pela sazonalidade.

A atuação do COMTUR é satisfatória e tem cumprido seu papel, no entanto, é necessário que haja um engajamento na sensibilização da população sobre o turismo no município e até mesmo uma apresentação do que o órgão representa para o município. A comunicação entre o COMTUR e a população é muito importante, inclusive para que possam compor gestões futuras.

A aplicação dos recursos nas obras de revitalização da praça central, independente da escolha arquitetônica, gerou possibilidade de bem-estar para a população local. O local ficou atrativo e, diante das possibilidades restritas permitidas pelo contrato, os resultados foram empenhados de forma positiva, a praça central tem seu papel importante para a população local e também no acolhimento dos peregrinos e turistas, pelo menos até a finalização da construção do Santuário.

As expectativas que envolvem a finalização das obras têm mobilizado, desde 2008, todos os olhares para o Santuário. Acredita-se que o número de peregrinos e visitantes terá um aumento significativo e a visibilidade do destino ultrapassará os limites regionais. Contudo, até que isso aconteça, é necessário que todos os agentes de desenvolvimento estejam envolvidos.

O turismo precisa ser comunicado em Santo Expedito, ser apresentado aos moradores com sua carga histórica. A educação para o turismo pode ser uma estratégia nesse processo de apresentação da atividade aos moradores, de forma clara e que permita observar a atuação por todos os ângulos possíveis.

Percebe-se uma motivação por parte da paróquia de Santo Expedito em alcançar status de cidade santuário, assim como Aparecida, Lourdes e Fátima. É possível observar que padrões de gestão e até mesmo arquitetônicos (Santuário), são muito parecidos com os de destinos mais conhecidos e consolidados, a única diferença está na “popularidade” de Santo Expedito, mesmo possuindo um grande número de devotos espalhados pelo mundo ainda é inferior ao número de devotos que visitam Aparecida, Lourdes e Fátima.

Com a paralização das atividades em 2020 e 2021, destinos dependentes do turismo como única fonte de geração de divisas sofreram impactos nunca antes presenciados, inclusive destinos religiosos que mesmo diante de crises econômicas não sofriam impacto, pois a natureza da atividade sempre estabeleceu segurança. A proibição de deslocamento e aglomerações devido a pandemia Covid-19 trouxe uma reflexão sobre a fragilidade presente no turismo, mesmo em segmentos considerados seguros como o turismo religioso e, mais do que nunca, o planejamento e uma diversificação de atividades são necessários.

Santo Expedito ainda não é uma cidade em que o turismo é essencial para o comércio e geração de emprego e renda, mas a crise imposta pela pandemia necessita ser um fator considerado para que os próximos passos sejam definidos. Um exemplo dos impactos negativos causados pela falta de diversificação econômica local é a cidade de Aparecida que diante da baixa no fluxo de visitantes chegou a 70% de desempregados na cidade de 35 mil habitantes.

Mesmo que em proporções menores, Santo Expedito também teve prejuízos com as paralizações de 2020 e 2021. Houve o cancelamento da grande festa do padroeiro realizada no dia 19 de abril nos dois anos e as demais atividades nas quais houve tentativas em outros formatos como *on-line* e *drive*, não obtiveram público esperado, mas, sem dúvida o maior impacto da não realização dos eventos religiosos foi a baixa no número de contribuições para a finalização das obras do santuário.

Após a retomada da normalidade das atividades turísticas no mundo, será necessário um período de recuperação e será importante que os gestores responsáveis pensem em alternativas mais sólidas no enfrentamento de crises inevitáveis. O turismo quando realizado de forma responsável, torna-se um fator

importante para minimizar impactos sociais e econômicos na sociedade, possibilitando o desenvolvimento regional, qualidade de vida a sociedade, inclusão social e proteção ao meio ambiente.

A integração entre os agentes que fazem parte desse processo é um importante fator para que se alcance o desenvolvimento local e regional, pois cada agente cumpre seu papel de forma individual e estabelece padrões e trocas coletivas o que proporciona a sinergia.

Comunidade local, instituições de ensino e pesquisa, poder público e privado são peças fundamentais para gestão democrática de uma atividade como o turismo, pois serão responsáveis em estabelecer padrões que permitirão o uso de determinado espaço sem que haja maiores impactos e desta forma, serão beneficiados comunidade local, comercio e visitantes.

Muitas comunidades têm visto no turismo receptivo uma opção de melhoria de suas condições de vida. Desta maneira, o desenvolvimento local tem sido possível em projetos endógenos de turismo de base comunitária resultantes da decisão, da autogestão e da plena participação da comunidade local nas atividades turísticas. Isso implica dizer que o turismo de base comunitária possibilita à população local ter um controle efetivo das decisões sobre o turismo no local e sobre o desenvolvimento de suas atividades. Pratica-se, assim, a gestão comunitária daquilo que é disponibilizado como serviços e atrativos turísticos, valorizando aspectos culturais e naturais do local.

A velocidade com que destinos surgem e são divulgados, a troca de experiências entre os gestores, facilidade de acesso ao turista, políticas públicas que possibilitam subsídios, são características de uma atividade globalizada e, muitas vezes, um processo irreversível e, portanto, um novo olhar será sempre necessário.

Uma outra globalização também estabelece um outro turismo. Um turismo realmente inclusivo que proporcione o sentimento de pertencimento de quem visita e de quem reside. Um turismo que gere renda, postos de trabalho e benefícios a todos os envolvidos no processo; um turismo que possibilite a parceria entre população local, poder público e setor privado, mas cabe os gestores mudarem o olhar e perceber que a coletividade faz a diferença e pode transformar uma atividade exploratória em momentos inesquecíveis pra quem está de passagem e pra quem permanece no local.



## REFERÊNCIAS

ABMANSSUR, E. S. (org.) **Turismo Religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo**. Campinas: Papyrus, 2003.

AULICINO, Madalena Pedrosa. **Turismo e estâncias: impactos positivos**. Turismo em análise, v. 5, 1994.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico**; tradução Joseli Baptista. EDUCS, 2002.

BRASIL. Código de Aguas Minerais, CEPAM (1945) – Fundação Prefeito Faria Lima. Produto 1 – **Estudo das normas vigentes sobre as estâncias hidrominerais, climáticas, balneárias e turísticas**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/De17841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De17841.htm). Acesso em 15 de jan. de 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) apud Embratur (1992). **Definição de Turismo religioso**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/67-outros/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>. Acesso em mai. de 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Termo de Referência do PDITS. In: PRODETUR II, BNB/BID**. Brasília, s/d. YÁZIGI, Eduardo (org.). “Turismo e Paisagem”. São Paulo/SP: Ed. Contexto, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2012). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Segmentação do Turismo**. (2012) Disponível em: [http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf). Acesso em 20 de abr.2021.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Programa de regionalização do turismo. Brasília: Diretrizes**. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/PROGRAMA\\_DE\\_REGIONALIZACAO\\_DO\\_TURISMO\\_-\\_DIRETRIZES.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf). Acesso em: 30 de ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2013). **PORTARIA Nº 105, DE 16 DE MAIO DE 2013. Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=93> . Acesso em 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2015). **PORTARIA Nº 144, DE 27 DE AGOSTO DE 2015. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes**

**às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=822> . Acesso em 12 de jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2015). **Turismo religioso continua em alta no Brasil.** Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/turismo-religioso-continua-em-alta-no-brasil>. Acesso em jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2015). **MAPA DO TURISMO BRASILEIRO.** Disponível em: [http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO\\_Mapas.pdf](http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapas.pdf) . Acesso em 15 abr. 2020

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2016). PORTARIA Nº 119, DE 8 DE ABRIL DE 2016. Dá nova redação aos arts. 1º; 3º, § 2º; 4º, inciso III; e 5º, incisos II e III, da Portaria GM/MTur nº 105, de 16 de maio de 2013, que institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/portaria-n-119-de-8-de-abril-de-2016>. Acesso em 20 de abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR), FIPE (2016). **Estudo da Demanda Turística Internacional.** Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADsticainternacional.html>. Acesso em: 20 de set 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2018). **Anuário Estatístico de Turismo 2020 - Volume 47 - Ano Base 2018 - 2ª Edição.** Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Anuario Estatístico de Turismo 2019 - Ano base 2018 2-Edicao.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Anuario%20Estatistico%20de%20Turismo%202019%20-%20Ano%20base%202018%202-Edicao.pdf) . Acesso em 24 de mar. 2020

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2019). **Anuário Estatístico de Turismo 2020 - Volume 47 - Ano Base 2019 - 1ª Edição - Abril/2019.** Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>. Acesso em 24 de mar. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Aviação (ANAC) MEDIDA PROVISÓRIA Nº 925, DE 18 DE MARÇO DE 2020. **Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv925.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv925.htm). Acesso em 16 de abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2020). **Manual Sobre o Coronavírus. Edição 04, abril 2020.** Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/images/manuais/Manual%20Coronav%C3%ADrus%20-%202001\\_05.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/manuais/Manual%20Coronav%C3%ADrus%20-%202001_05.pdf). Acesso em mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2020). **MAPA DO TURISMO BRASILEIRO.** Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR) (2020). **Nota Técnica n.º 11/2020/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ.** Disponível em:

<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/notas-tecnicas/anexos/nota-tecnica-no-11-2020.pdf>. Acesso em 16 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília, 2004a.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes políticas**. Brasília, 2004b.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; MELLO E SILVA, Sylvio C. Bandeira. **Turismo e Geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed UECE, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. **Geografias do turismo – de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. da (orgs.). **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Alínea, 2003

DURKHEIM, E. **Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano. A essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERREIRA, S. G. **Os impactos do turismo nas pequenas cidades: Um estudo em Itapeçerica – MG. 2005**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras: UFLA, 2005. 92f

FGV; MTUR; SEBRAE. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: Relatório Brasil 2015**. BARBOSA, L. G. M. (Coord.). Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2015. 84 p.

FGV. Centro de Estudos em Competitividade da FGV/EBAPE. **Estudo de impactos do Coronavírus sobre o Turismo**. Disponível em: [https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19\\_impactoeconomico\\_v09\\_compressed\\_1.pdf](https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf). Acesso em mai. 2020.

FINO, Patrícia; QUEIROZ, Odaléia. **Políticas públicas de turismo no Estado de São Paulo: evolução da legislação no caso das Estâncias**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO TURÍSTICA, 5., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012. p.1-15. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20857\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20857_arquivo.pdf) .Acesso em 10 jan. 2020.

GOOGLE MAPS. **Mapa do município de Santo Expedito SP**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Santo+Expedito,+SP,+19190-000/@-21.8486874,-51.4020658,15z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x949155834ea25a17:0xa53ea5bf91a62e28!8m2!3d-21.846262!4d-51.3902852>. Acesso em 10 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA (IBGE). **Histórico de Santo Expedito SP**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-expedito/historico>. Acesso em 15 de jan. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA (IBGE). **Panorama/ Cidades/ Santo Expedito SP**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-expedito/panorama>. Acesso em 09 de jan. 2020.

ITO, C. **Santo Expedito: Da devoção espontânea à construção de território**. VII Congresso Internacional em Ciências da Religião, Goiânia: PUC-GO, 2014 v. 1, p. 35 - 43; ITO.

JURADO DA SILVA. Paulo Fernando. SPOSITO. Eliseu Savério. **DISCUSSÃO GEOGRÁFICA SOBRE CIDADES PEQUENAS**. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3170-Texto%20do%20artigo-24995-1-10-20110930.pdf>. Acesso em mar. de 2020.

LEDHESMA. Miguel. **Periodismo Turístico: Muchos principios y algunos finales (2016)**. Disponível em: <https://www.entornoturistico.com/wp-content/uploads/2018/01/Periodismo-tur%C3%ADstico-muchos-principios-y-algunos-finales-de-Miguel-Ledhesma-PDF.pdf>. Acesso em 20 de abr. 2021.

LIMA, Matheus. Guimarães. **Produção do espaço e turismo religioso em Santo Expedito/SP**. REVISTA PRESENÇA GEOGRÁFICA , v. V, p. 57-73, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

MORENO, Pedro Augusto Ceregatti. **A Pastoral Do Turismo E Sua Ambiguidade Estrutural**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7990/DissPACM.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 22 de out. 2020.

NOVAES. Regina, Reyes. **A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política (2001)**. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/32908-Texto%20do%20artigo-38493-1-10-20120711%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/32908-Texto%20do%20artigo-38493-1-10-20120711%20(3).pdf). Acesso em 20 de abr.2021.

O IMPARCIAL. **Festa de Santo Expedito no IBC em Presidente Prudente SP**. Disponível em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/segue-ate-amanha-festa-de-santo-expedito,32548> . Acesso em 25 de jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Introdução ao Turismo. Madrid: OMT, 2001. RIBEIRO, M. A. **Turismo no Estado do Rio de Janeiro: ensaio de uma tipologia**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano V, n. 10, p. 79-91, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Conferência Internacional sobre Turismo, Religiões e Diálogo de Culturas; Córdoba, Espanha, 29-31 de outubro de 2007** (documentos em inglês, francês e espanhol): 204-223. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/abs/10.18111/9789284412792.8> . Acesso em 28 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Organização Mundial do Turismo. Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Conselho Municipal de Elche e Organização Mundial de Turismo (2015), **I Congresso Internacional Patrimônio religioso e turismo: tipos, tendências e desafios** - Elche, Espanha, 26 a 28 de novembro de 2014, Conselho Municipal de Elche. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284416684> . Acesso em 31 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Parte II - Turismo e Religiões: Uma Contribuição ao Diálogo entre Religiões, Culturas e Civilizações - Resumo do Relatório Preparado no Contexto da Conferência**. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284412792.8> . Acesso em 22 de mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Código Mundial de Ética para o Turismo**. Disponível em: < [http://www.unwto.org/ethics/full\\_text/en/pdf/Brazil.pdf](http://www.unwto.org/ethics/full_text/en/pdf/Brazil.pdf) >. Acesso em: 09 ago. de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) (2020), **Notas Metodológicas ao Banco de Estatísticas do Turismo, Edição 2020, OMT, Madri, DOI**. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284421473>>. Acesso em 22 de mai. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Folha informativa – COVID-19**. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:COVID19&Itemid=875#historico](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID19&Itemid=875#historico) . Acesso em 22 de mai. 2020.

PINTO, Andrei Guimarães. **O turismo religioso em Aparecida (SP): aspectos históricos, urbanos e o perfil dos romeiros**. 2006. 97 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/95576>>. Acesso em 15 de jan. de 2021.

PIMENTEL. Mariana Pereira Chaves; PEREIRA. Jose Roberto; PIMENTEL. Thiago Duarte; CARRIERI. Alexandre De Pádua. **As cinco vidas da agenda pública brasileira de turismo**. In: Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo (2012), Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/5803-Texto%20do%20Artigo-11222-1-10-20121004.pdf>. Acesso em 12 de jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO EXPEDITO (SP). LEI MUNICIPAL Nº 1658/2019. **Dispõe sobre a criação do fundo municipal de turismo (FUMTUR) no município de Santo Expedito/SP, autoriza abrir o crédito adicional especial para o fim que especifica e dá outras providências**. Disponível em:



<https://www.santoexpedito.sp.gov.br/legislacao/detalhe/9977/pdispoe-sobre-a-criacao-do-fundo-municipal-de-turismo-fumtur-no-municipio-de-santo-expeditosp-autoriza-abrir-o-credito-adicional-especial-para-o-fim-que-especifica-e-da-outras-providenciasp-/>. Acesso em 20 de out. 2020.

PUPO, Oswaldo de Aguiar. **ABC do Turismo e Estâncias**. São Paulo: Martins, 1974.

RIBAS, Mariná Holzmann. **Educação para o turismo**. In: **Revista olhar de professor**. Ponta Grossa, 2002. Disponível em: [www.uepg.br/olhardeprofessor/pdf/revista51](http://www.uepg.br/olhardeprofessor/pdf/revista51) . Acesso em 01 jul. 2020.

ROSENDAHL, Z. **O sagrado e o urbano: gênese e função das cidades. Espaço e cultura**, uerj, rj, edição comemorativa, P. 67-79, 1993-2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6061>  
RUSCHMANN, D. van de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 10ª ed. Campinas-SP: Papirus, 1999.

SANTOS SILVA, Fabiana dos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. **Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país**. 2013. Disponível em: < <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf>> Acesso em 10 jan. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec 2ª edição, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTUARIO DE SANTO EXPEDITO. **Fotos da construção do Santuário de Santo Expedito**. Disponível em: <http://santuariosantoexpedito.com.br/galeria/> . Acesso em 10 de out 2020.

SANTUARIO DE SANTO EXPEDITO. **Fotos de eventos realizados em Santo Expedito**. Disponível em: <http://santuariosantoexpedito.com.br/galeria/> . Acesso em 17 de jul. de 2020.

SANTUARIO DE SANTO EXPEDITO. **História de formação do município**. Disponível em: <http://santuariosantoexpedito.com.br/historia/> . Acesso em 17 de jul. de 2020.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo. DECRETO Nº 20, DE 13 DE JULHO DE 1972. **Estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias**. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1972/decreto-20-13.07.1972.html>. Acesso em 14 de jan. 2020.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo. LEI Nº 1.457, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1977. **Estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias**. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1977/original-lei-1457-11.11.1977.html> . Acesso em 17 de jan. de 2020.

SÃO PAULO. **Constituição Estadual (1989)**. Disponível em:

<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dq280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305a?OpenDocument>. Acesso 30 mar. 2020

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo (2002). DECRETO Nº 47.180, DE 02 DE OUTUBRO DE 2002. **Institui o Projeto "Circuito das Frutas"**. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-47180-02.10.2002.html>. Acesso em 20 de abr. 2021.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo. **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015**. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Acesso em 15 de jan. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Turismo do Estado de São Paulo. (2015) Decreto nº 56.638/2011 e alterado inciso II do artigo 3º pelo Decreto 57748/2012.

**Organiza a Secretaria de Turismo e dá providências correlatas**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-56638-01.01.2011.html>. Acesso em 20 da abr.2021.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo. LEI Nº 16.283, DE 15 DE JULHO DE 2016. **Dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos e dá providências correlatas**. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16283-15.07.2016.html>. Acesso em 20 de abr. 2021.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo. **Dispõe sobre a criação de Distritos Turísticos no Estado com a implantação de Projeto Piloto**. Projeto de lei nº 82 /2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1303695>>. Acesso em 24 de mar. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (2018). **Guia dos Criação e Fortalecimentos dos Conselhos Municipais de Turismo**. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/mit/guia-de-conselho>. Acesso em 25 de mai. de 2020.

SÃO PAULO. Investe SP - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (2020). **Apresentação de propostas** Disponível em:

<https://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/>. Acesso em 24 mar. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **Informações gerais sobre o turismo no Estado de São Paulo**. Disponível em: [http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia\\_tour.php?cod\\_menu=100](http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=100). Acesso em 16 de jan. de 2020.

SÃO PAULO. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (2020). **Notícias/ Governo de SP prepara lei que estabelece distritos turísticos**. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=171>. Acesso em 06 de fev. de 2020.

SÃO PAULO. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (2020). **Notícias/ Iniciativa do Governo do Estado concorre na categoria ‘Melhoria do Ambiente de Negócios e Atração de Investimento**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/com-programa-sp-para-todos-secretaria-de-turismo-e-finalista-de-premio-nacional/>. Acesso em 06 de fev. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo – **Recursos liberados entre 2011 e 2020 pelo DADETUR as Estâncias Turísticas e Municípios de Interesse Turísticos de São Paulo**. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/dadetur/recursos-liberados>. Acesso em nov.2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVEIRA, Emerson, Sena da. **Turismo Religioso no Brasil: uma perspectiva local e global**. Revista Turismo em Análise, v. 18, n. 1, p. 33-51, maio 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/62606-Texto%20do%20artigo-81774-1-10-20131003%20\(10\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/62606-Texto%20do%20artigo-81774-1-10-20131003%20(10).pdf). Acesso em 20 ago. 2020.

STEIL, Carlos Alberto. 1998. **Peregrinação e turismo: o Natal Luz em Gramado e Canela**. REUNIÃO DAANPOCS, 22. Caxambu.

SOUZA, M.C. **Variabilidade da Precipitação e a Prática Turística em Foz do Iguaçu-PR: interações e repercussões no Parque Nacional do Iguaçu**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP Presidente Prudente, 2020.

TABORDA, Eduardo de Jesus. **História e Gestão do Turismo Católico: Pastoralis quaod Turismum**. Editora DM, Porto Alegre. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). **Governança, comunicação e participação social: Introdução à Gestão Participativa**. Disponível em: [https://capacitacao.ead.unesp.br/dspace/bitstream/ana/123/1/Apostila\\_-\\_Introdu%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_Gest%C3%A3o\\_Participativa.pdf](https://capacitacao.ead.unesp.br/dspace/bitstream/ana/123/1/Apostila_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Gest%C3%A3o_Participativa.pdf). Acesso em 02 abr. 2020.

WERNET, A. **Peregrinação à Aparecida: das romarias programadas ao turismo religioso**. In: RODRIGUES A B. Turismo, modernidade, globalização. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999. P. 83 – 90. Teoria e Realidade

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.



\_\_\_\_\_ CRUZ TERRA SANTA (2020). Devoção a Santos. Santo Expedito. Disponível em: <https://cruzterrasanta.com.br/santo-expedito/122/104/>. Acesso em jan. 2021.

**Apêndice A.** Questionário aplicado aos Gestores Municipais de Turismo de Santo Expedito.

### QUESTÕES NORTEADORAS

1. Existe um plano dedicado apenas ao turismo em Santo Expedito (Plano Municipal de turismo) que esteja atrelado ao plano diretor? Qual o período determinado para sua revisão/ atualização?
2. Como funciona a organização gestora de turismo no município de Santo Expedito atualmente? Desde quando esse formato foi adotado e como era a gestão anterior a esta formação?
3. Como funciona o planejamento das ações de desenvolvimento turístico no município?
4. A Prefeitura Municipal conta com parcerias para o desenvolvimento da atividade turística (setor público, privado e sociedade civil)? Quais e de que forma essas parcerias funcionam?
5. Existe algum tipo de investimento financeiro, infraestrutura ou qualificação profissional por parte da gestão municipal atual (recursos próprios)? Quais?
6. Em que ano o município de Santo Expedito recebeu o título de Município de Interesse Turístico? Houve tentativas anteriores?
7. Quais os principais investimentos realizados com verba destinada pelo DADE (Verba destinada aos MIT's) desde o reconhecimento como MIT?
- 8.
9. Quais foram os maiores desafios na gestão dos recursos destinados pelo governo estadual? E quais valores o município foi contemplado até 2020?
- 10.
11. Existe no município um Fundo Municipal de Turismo que destina IPTU das empresas essencialmente comerciais ou de serviços voltados para o segmento?
- 12.
13. Como a secretaria responsável pela gestão do turismo no município encara a sazonalidade turística, ou seja, o período em que a procura pelo turismo religioso é menor? Existem ações para aumentar o fluxo turístico durante todo o ano?
14. Economicamente o que o Turismo representa para o município?
15. Como é a participação da sociedade em relação à atividade turística? Existe a atuação do COMTUR?
16. O município tem atividades turísticas que tenha uma função social?

17. Quais as “facilidades” pontos positivos e “dificuldades” pontos negativos que Santo Expedito apresenta no setor turístico? (Estruturas, atrativos, fluxo)
18. Por se tratar do turismo religioso referente a tradição católica no município, como a prefeitura equilibra as ações junto aos demais moradores que professam outras religiões?

**Apêndice B.** Questionário aplicado ao Pároco responsável pela Igreja Católica em Santo Expedito.

### **QUESTÕES NORTEADORAS**

1. Quando foi percebido pela Paróquia de Santo Expedito que a quantidade de romeiros no local poderia possibilitar um fluxo de turismo religioso?
2. Como a paróquia se organiza para os eventos anuais realizados no município?
3. Existe a cooperação de voluntários? Quem e quantos são aproximadamente? Qual a importância desta participação para a realização dos eventos anuais?
4. Como e quando surge a ideia de construção do Santuário de Santo Expedito? Quais os maiores desafios encontrados durante o processo de construção até os dias de hoje?
5. A Paróquia conta com parceiros para a realização das atividades anuais (poder público, privado, sociedade)? Quais são?
6. Como a paróquia lida com as despesas básicas dos eventos? Qual a importância das doações para a manutenção das atividades realizadas?
7. Ser reconhecido como MIT (Município de Interesse Turístico) pelo Governo do Estado de São Paulo trouxe algum benefício para as atividades desenvolvidas pela Paróquia em Santo Expedito? No seu ponto de vista, o título de MIT beneficia o turismo religioso local? Como?
8. Quais são as expectativas futuras sobre o fluxo turístico após a finalização das obras do Santuário de Santo Expedito?
9. Quais os maiores desafios em ser um destino de turismo religioso no interior do estado de São Paulo.
10. Quais as maiores preocupações na decisão do adiamento da comemoração religiosa do dia de Santo Expedito em 2020 por conta da pandemia?
11. A celebração ao vivo teve a repercussão esperada?
12. Existe alguma previsão para realização em 2020?

**Apêndice C.** Histórico de Políticas Públicas de Turismo no Brasil. Adaptação à proposição de Melo (1996):

GOVERNO	ANO	DECRETO/ LEI/ PORTARIA	OBJETIVO
Era Vargas Getúlio Vargas 1930-1945	1939	Decreto-Lei Nº 1.915	Instituiu a Divisão de Turismo, primeiro organismo oficial de turismo da administração pública federal, extinta em 1946 (DIAS, 2003).
	1940	Decreto Lei Nº 2.440	Medidas para organizar o setor de agências de viagens (DIAS, 2003).
República Populista (Jânio Quadros Nereu Ramos Café Filho Gaspar Dutra Juscelino K. Carlos Luiz Getúlio Vargas Ranieri Mazzili João Goulart) 1946-1963	1946	_____	Instituição do Departamento Nacional de Imigração e Colonização assume a gestão do turismo no Brasil (DIAS, 2003).
	1958	Decreto-Lei Nº 44.863	Criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Pode ser considerada a primeira tentativa para a articulação de uma política nacional de turismo estruturada e sistematizada, no entanto, foi extinta em 1962 (DIAS, 2003).
Ditadura Militar (Castello Branco Costa e Silva Emílio Médice Ernesto Geisel João Figueiredo) 1964-1984	1966	Decreto-Lei Nº 55	Criação do Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), na oportunidade a Política Nacional de Turismo passa por uma reformulação. Assumiria o papel de normatizar as empresas prestadoras de serviços turísticos, facilitando incentivos fiscais à construção de equipamentos e serviços, foi considerada a primeira empresa estatal (VIEIRA, 2011).
	1967	Decreto-Lei Nº 60. 244	Criação do Sistema Nacional de Turismo, por meio do que era constituído pela EMBRATUR e pelo Ministério das Relações Exteriores (DIAS, 2003).
	1971	Decreto-Lei Nº 1.191	Instituído o FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo), responsável por



<b>2003-2010</b>	<b>2005</b>	Portaria Interministerial Nº 33	Portaria conjunta com o Ministério da fazenda, define os atinentes à exploração de parques temáticos sujeitos do PIS/Pasep e COFINS (MTUR, 2005).
	<b>2005</b>	Portaria nº 57	Estabelece os procedimentos e requisitos necessários para o cadastramento das sociedades empresárias, das sociedades simples e dos empresários individuais no Ministério do Turismo (MTUR, 2005).
	<b>2006</b>	Portaria nº 3	Dispõe sobre os procedimentos de credenciamento para as operações de câmbio pelas agências de turismo e meios de hospedagem e dá outras providências (MTUR, 2006).
	<b>2006</b>	Portaria nº 28	Estabelece Regras e Critérios para apoio a Projetos de Promoção de Eventos e Divulgação do Turismo Brasileiro no Mercado Nacional (MTUR, 2006).
	<b>2006</b>	Portaria nº 32	Aprova as condições de operacionalização do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR e dá outras providências (MTUR, 2006).
	<b>2007</b>	_____	Substituição do Plano Nacional de Turismo pelo Plano Nacional de Turismo (PNT 2007-2010), (PNT 2013 – 2016), (2018 – 2022) – A proposta estabelece metas, diretrizes, estratégias e ações voltadas ao estímulo do setor turístico em todo o Brasil (interno e externo). Os documentos apresentavam um diagnóstico do setor em todo o país e a partir destes dados as metas e diretrizes eram propostas (MTUR, 2007).
	<b>2007</b>	Portaria nº 129	Estabelece regras e critérios para apoio a projetos de promoção de eventos e divulgação do turismo brasileiro no mercado nacional (MTUR, 2007).
	<b>2008</b>	Portaria nº 171	Estabelece regras e critérios para apoio a projetos de promoção de eventos e divulgação do turismo brasileiro no mercado nacional

	<b>2008</b>	Portaria nº 185	(MTUR, 2008). Institui o Sistema Integrado de Gestão do Turismo – SIGTur <sup>15</sup> (MTUR, 2008).
	<b>2008</b>	Portaria nº 192	Autoriza o repasse e a utilização dos recursos orçamentários e financeiros à Fundação Universidade de Brasília – FUB, para implementar o Programa Viaja Mais Jovem – educação e Inclusão pelo Turismo (MTUR, 2008).
	<b>2008</b>	Lei Nº 11.771	Lei Geral do Turismo - Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências (MTUR, 2008).
	<b>2009</b>	Portaria nº 54	Constitui Grupo de Trabalho visando o aperfeiçoamento de políticas que viabilizem uma gestão eficiente do Turismo Náutico brasileiro (MTUR, 2009).
	<b>2009</b>	Portaria nº 92	Aprova as condições de operacionalização do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR e dá outras providências (MTUR, 2009).
	<b>2009</b>	Portaria nº 93	Institui o Comitê Executivo com o objetivo de elaborar o planejamento estratégico e coordenar a execução das ações relativas às políticas públicas do turismo interno e externo com vistas à preparação para a Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2014 (MTUR, 2009).
	<b>2009</b>	Portaria nº 153	Institui regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou

<sup>15</sup> Ferramenta de gestão estratégica dos macros programas, programas e ações executadas pelo Ministério do Turismo e pela EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, com o objetivo de monitorar e avaliar a execução das metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo – PNT e no Plano Plurianual – PPA (MTUR, 2008).

			nacional (MTUR, 2009).
	2010	Portaria nº 6	Dispõe sobre a transferência voluntária de recursos do Ministério do Turismo para apoio a realização de Eventos Geradores de Fluxo Turístico, no Período Eleitoral (MTUR, 2010).
	2010	Portaria nº 18	Constitui o Grupo de Trabalho com objetivo de desenvolver uma política de fomento ao turismo ferroviário no País, especificamente, no que concerne ao segmento de Trens Turísticos e Culturais, com a finalidade de recuperação, requalificação e preservação dos trechos em atividade ou desativados (MTUR, 2010).
	2010	Portaria nº 72	Estabelece os procedimentos e requisitos necessários para o cadastro do prestador de serviços turísticos formalizados como Microempreendedor Individual perante o Ministério do Turismo (MTUR, 2010).
	2010	Portaria nº 73	Altera o artigo 17, da Portaria nº 153, de 06 de outubro de 2009, que institui regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional (MTUR, 2010).
	2010	Portaria nº 88	Institui regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional, com o órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta (MTUR, 2010) - Revogada pela Portaria nº 112, de 2012.
	2010	Portaria nº 90	Dispõe sobre as diretrizes do Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo e formaliza o Programa Bem Receber Copa (MTUR, 2010).
	2011	Portaria nº 100	Institui o Sistema Brasileiro de

<b>Governo Dilma Roussef 2011 – 2016</b>			<p>Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências (MTUR, 2011).</p>
		Portaria nº 125	<p>Aprova normas para edital de chamada pública do segmento Turismo Religioso e dá outras providências (MTUR, 2011).</p>
	2011	Portaria nº 126	<p>Dispõe sobre a criação do Centro de Informações Turísticas 2014 – CIT-14 e dá outras providências (MTUR, 2011).</p>
	2011		
		Portaria nº 130	<p>Criação do CADASTUR. Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo. Visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor (MTUR, 2011)<sup>16</sup>.</p>
	2011	Portaria nº 135	<p>Dispõe sobre critérios para celebração de convênios ou instrumentos congêneres com entidades privadas sem fins lucrativos (MTUR, 2011).</p>
	2011	Portaria nº 136	<p>Suspende temporariamente a celebração de convênios e instrumentos congêneres com entidade privada sem fins lucrativos (MTUR, 2011).</p>
	2011	Portaria nº 177	<p>Estabelece o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos, regulamenta a adoção da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH e dá outras providências (MTUR, 2011).</p>
	Portaria nº 180	<p>Suspende, temporariamente, a</p>	

<sup>16</sup> Acesso ao cadastro por parte de empresários ligados ao setor de turismo e consulta por parte de turistas sobre os estabelecimentos cadastrados e recomendados pelo Mtur <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/capa/entrar#capalnicio>.



	2011		execução e o repasse de recursos de todos os convênios e instrumentos congêneres celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, destinados à qualificação dos profissionais do setor do turismo, em especial aqueles firmados no âmbito do Programa Bem Receber Copa (MTUR, 2011).
	2011	Portaria nº 194	Transfere a base de dados dos Bacharéis em Turismo cadastrados no Ministério do Turismo para a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo – ABBTUR e dá outras providências (MTUR, 2011).
	2011	Portaria nº 246	Estabelece critérios para investimentos no Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional – PRODETUR NACIONAL (MTUR, 2011)
	2011	Portaria nº 250	Revoga a alínea “n” e os §§ 1º e 2º do art. 16, da Portaria nº 88, de 10 de dezembro de 2010, que estabelece regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional, com o órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta, e dá outras providências (MTUR, 2011).
	2011	Portaria nº 268	Dá nova redação aos arts. 13 e 15 da Portaria nº 177, de 13 de setembro de 2011, que estabelece o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos, regulamenta a adoção da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH (MTUR, 2011).
	2012	Portaria nº 30	Institui o Comitê Gestor – CG COPATUR e o Grupo Técnico Executivo GTE COPATUR, para planejar, coordenar e acompanhar, no âmbito do Ministério do Turismo, a execução das ações estratégicas para a preparação das cidades sedes e do seu entorno turístico com vistas à Copa das Confederações FIFA

	2012	Portaria nº 203	<p>2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 e dá outras providências (MTUR, 2012).</p> <p>Institui o Comitê Gestor previsto na Cláusula Quarta do Acordo de Cooperação Técnica MTur/MPA nº5/2011, firmado com o objetivo de implementar ações conjuntas para identificar, ordenar e fortalecer a relação entre a pesca amadora e a atividade turística no Brasil (MTUR, 2012).</p>
	2012	Portaria nº 204	<p>Institui Comitê Gestor para elaborar Plano de Ação que norteará a consecução do objeto do Acordo de Cooperação Técnica MTur/MDIC nº 3/2011, celebrado entre o Ministério do Turismo e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MTUR, 2012).</p>
	2012	Portaria nº 216	<p>Dá nova redação aos arts. 3º, § 7º, 5º, 6º, inciso IV, 13 e 15 da Portaria nº 177, de 13 de setembro de 2011, que estabelece o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos, e regulamenta a adoção da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH (MTUR, 2012).</p>
	2012	Portaria nº 268	<p>Dispõe sobre a Comissão de Ética do Ministério do Turismo (MTUR, 2012).</p>
	2012	Portaria nº 344	<p>Institui Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC e dispõe sobre suas competências, no âmbito do Ministério do Turismo (MTUR, 2012).</p>
	2012	Portaria nº 348	<p>Define as ações de qualificação profissional complementares às ofertadas pelos Programas PRONATEC COPA e COPA IN COMPANY, institui critérios de padronização das ações de qualificação profissional e empresarial e o Plano de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional e Empresarial apoiadas mediante transferência voluntária de recursos</p>

	2013	Portaria nº 7	no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências (MTUR, 2012).
	2013	Portaria nº 105	Institui o Comitê Interno do Projeto Esplanada Sustentável – CIPES define suas atribuições e designa os respectivos integrantes (MTUR, 2013).
	2013	Portaria nº 108	Reformulação do Programa de Regionalização do Turismo. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País, a partir de oito eixos estruturantes com vistas à promoção do desenvolvimento regional (MTUR, 2013).
	2013	Portaria nº 196	Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, no âmbito do Ministério do Turismo (MTUR, 2013).
	2013	Portaria nº 228	Aprova o Manual de Instruções para Celebração e Execução de Termos de Compromisso, contendo os procedimentos para a contratação de obras de infraestrutura turística, integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (MTUR, 2013).
	2013	Portaria nº 281	Institui o Programa Viaja Mais, o Projeto Viaja Mais Melhor Idade e dá outras providências (MTUR, 2013) – Revogado Portaria nº 207/2016.
	2013	Portaria nº 288	Estabelece regras e critérios de execução e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Ministério do Turismo – PRONATEC TURISMO (MTUR, 2013) - Atualizada pela Portaria nº 44/2014.
	2013	Portaria nº 311	Institui Comissão Especial com o objetivo de selecionar e classificar estudantes para o Projeto de Cooperação entre o Brasil e Portugal na Área de Qualificação Profissional em Hospitalidade e Turismo (MTUR, 2013).

	2013	Portaria nº 313	Institui a forma e os procedimentos de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos pelo Ministério do Turismo e seus órgãos delegados (MTUR, 2013).
	2014	Portaria nº 27	Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências (MTUR, 2013).
	2014	Portaria nº 51	Estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências (MTUR, 2014) – Atualizada Portaria nº 58/ 2015.
	2015	Portaria nº 144	Institui o Comitê Gestor do Acordo de Cooperação Técnica nº 004/2013, celebrado entre o Ministério do Turismo, a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (MTUR, 2014).
	2015	Portaria Conjunta Nº 215	Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências (alterado em 2017, 2018 e 2019) (MTUR, 2015).
	2016	Portaria nº 211	Lista os países que terão seus nacionais dispensados da exigência de visto para fins de turismo no período de 1º de junho a 18 de setembro de 2016 (MTUR, 2015).  Aprova o Plano de Dados Abertos do Ministério do Turismo, e dá outras providências (MTUR, 2016).
<b>Governo Michel Temer 2016 - 2018</b>	2017	Portaria nº 8	Institui o Programa de Qualificação Internacional em Turismo e Hospitalidade (MTUR, 2017).
	2017	Portaria nº 46	Institui o Canal Braços Abertos, com objetivo de promover a elevação da qualidade no atendimento ao turista, o aperfeiçoamento profissional, no âmbito da Plataforma de Engajamento e Aprendizagem – PEA, destinadas

			profissionais que atuam na linha de frente do turismo (MTUR, 2017).
	<b>2017</b>	Portaria nº 47	Fica instituída Comissão Técnica Interministerial para dar cumprimento ao disposto no item 9.1 do Acórdão nº 311/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, que recomenda ao Ministério do Turismo que elabore, em conjunto com os Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura, uma Política Nacional de Gestão do Patrimônio Mundial da Humanidade (MTUR, 2017).
	<b>2018</b>	Portaria nº 45	Dispõe sobre cursos de ensino à distância desenvolvidos pelo Ministério do Turismo na Plataforma de Engajamento e Aprendizagem – PEA (MTUR, 2018).
	<b>2018</b>	Portaria nº 74	Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo - Prodetur+Turismo, aprova o documento com as Diretrizes Estratégicas do Programa e institui o Selo+Turismo (MTUR, 2018) – Atualizada Portaria nº 104/ 2018.
	<b>2018</b>	Portaria nº 105	Disciplina o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (MTUR, 2018).
	<b>2018</b>	Portaria nº 162	Institui Grupo Técnico de Trabalho para a Promoção do Turismo Cinematográfico - GTT de Turismo Cinematográfico (MTUR, 2018).
	<b>2018</b>	Portaria nº 181	Dispõe sobre a institucionalização da prática de monitoramento e avaliação da atuação do MTur e da Embratur por meio da adoção de indicadores estratégicos de desempenho (MTUR, 2018).
	<b>2018</b>	Portaria Interministerial Nº 182	Institui o Código de Conduta destinado à proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (MTUR, 2018).
	<b>2018</b>	Portaria nº 185	Valida as metas, diretrizes, linhas de atuação e respectivas iniciativas que compõem o Plano Nacional de

	2018	Portaria nº 192	<p>Turismo 2018-2022 a ser aprovado pelo Presidente da República (MTUR, 2018).</p> <p>Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro (MTUR, 2018).</p>
<b>Governo Jair Bolsonaro 2019 e 2020</b>	2019	_____	Programa Investe Turismo – Objetivo: Acelerar o desenvolvimento, aumentar a qualidade e a competitividade em 30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil, com foco na geração de empregos. O investimento inicial previsto de R\$ 200 milhões. (MTUR, SEBRAE, EMBRATUR, 2019).
	2019	Decreto nº 9.731	Dispensa visto de visita para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão e altera o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração (PLANALTO, 2019). <sup>18</sup>
	2020	Nota Técnica <sup>17</sup> n.º11/2020	Oferecer mecanismos de atuação nesse momento de crise, o Ministério do Turismo e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) requerem às empresas da cadeia produtiva do turismo que façam sua adesão imediata à plataforma oficial do governo: <a href="http://www.consumidor.gov.br">www.consumidor.gov.br</a> (CGEMM/DPDC/SENACON/MJ, 2020).
	2020	Portaria nº 204	<p>Restrição emergencial da entrada de estrangeiros por 30 dias, de qualquer nacionalidade (MTUR, 2020).</p> <p>Transforma a Embratur em Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo que desta forma passa a ser um Serviço Social Autônomo de direito privado (MTUR, 2020).</p>

<sup>17</sup> Estudo técnico a respeito dos impactos econômicos da pandemia de Covid-19 - “coronavírus”- declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sobre o setor de turismo no Brasil.

<sup>18</sup> Não se trata de uma política específica para o setor de turismo, porém está totalmente relacionada ao setor, visto que o objetivo é incentivar a vinda para o Brasil.

	2020	Medida Provisória nº 907	Prevê aos passageiros que decidirem adiar suas viagens no período da pandemia a isenção de cobrança de multa contratual caso aceitem crédito para comprar uma nova passagem no período de 12 meses contados da data do voo contratado (MTUR, 2020).
	2020	Medida Provisória nº 925	Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19 ( <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivi">http://www.planalto.gov.br/ccivi</a> )
	2020	Medida Provisória nº 936	Flexibiliza contratos, salários e jornada de trabalho, desta forma, garantir a sobrevivência do mercado evitando demissões em massa (MTUR, 2020).
	2020	Medida Provisória nº 948	Estabelece regras sobre o cancelamento de serviços, reservas, eventos de serviços turísticos e culturais (MTUR, 2020).
	2020	Medida Provisória nº 963	Abre Crédito Extraordinário no valor de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para o Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional (Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo). (MTUR, 2020).
	2020	Programa “Selo Turismo Limpo e Seguro”.	Busca cancelar as atividades turísticas que assegurem o cumprimento de, por exemplo, requisitos de higiene e limpeza para prevenção da Covid-19. Inicialmente, estão previstos 16 protocolos de boas práticas (MTUR, 2020).
	2020	Lei nº 14.017	Lei Aldir Blanc- promover ações para garantir renda emergencial para trabalhadores da Cultura e manutenção dos espaços culturais brasileiros durante o período de pandemia do Covid-19.

Fonte: (DIAS, 2003), (MELO, 1996), (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020). Organizado pela autora (2020).

## Apêndice D. Termo de consentimento de uso da entrevista.



### TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA- Título (provisório) “Políticas Públicas e desenvolvimento local. Análise da aplicabilidade dos recursos destinados aos Municípios de Interesse Turístico (MIT): Estudo de caso Município de Santo Expedito (SP)”.

O pesquisador responsável pela pesquisa é Berta Lucia do Nascimento Camargo, portador do RG: 43.392.953-4, CPF: 316.929.228-58, aluno regular do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Presidente Prudente, sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz. O entrevistador se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatada pelo telefone (18) 99720-0525; ou ainda pelo correio eletrônico: berta\_nascimento@hotmail.com.

Pelo presente documento, o/a [CEDENTE], \_\_\_\_\_, portador/a do documento \_\_\_\_\_ **cede e transfere gratuitamente à Universidade Estadual Paulista – UNESP**, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre a entrevista prestada, perante a entrevistadora Berta Lucia do Nascimento Camargo. Também informo que ( ) permito a citação do meu nome na redação da pesquisa; ( ) não permito a citação do meu nome na redação da pesquisa. Por fim, informo a ciência da gravação dessa entrevista, sendo que a mesma será utilizada para transcrição dos relatos orais e, possivelmente elaboração de materiais científicos/pedagógicos que irão compor o acervo do Museu do Assentado, bem como demais trabalhos e atividades produtos da Pesquisa citada acima.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

---

Assinatura do(a) Cedente

---

Assinatura do Entrevistador

---



Assinatura da Testemunha:

**Anexo 1.** Certificado de integração no Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021).



Fonte. Ministério do Turismo, (2019).

**Anexo 2.** Certificado COMTUR Santo Expedito junto ao Ministério do Turismo.

Fonte: Mtur (2020). Mapa do Turismo Brasileiro